

## Índice

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Introdução</b>   | <b>5</b>  |
| <b>Capítulo I – Amílcar Cabral: família, escola, trabalho. 1924-1945</b>                                      | <b>10</b> |
| 1. A sociedade caboverdeana: caracterização e problematização   | 11        |
| 1.1. Os fundamentos histórico e geográficos   | 11        |
| 1.2. A estrutura familiar caboverdeana  | 14        |
| 1.2.1. Amílcar Cabral e a rede de relações familiares   | 16        |
| 2. O sistema de ensino colonial   | 22        |
| 2.1. Organização Geral  | 22        |
| 2.2. Amílcar Cabral e as críticas ao sistema de ensino colonial   | 25        |
| 3. As crises alimentares e as consequências sócio-demográficas  | 28        |
| 3.1. A fome e os confrontos sociais   | 28        |
| 4. A emergência de uma cultura de identidade caboverdeana   | 34        |
| 4.1. Claridade e Certeza  | 34        |
| 4.2. A poesia de Amílcar Cabral. A sociedade caboverdeana vista através da sua poesia                         | 37        |
| <b>Capítulo II – Os anos decisivos da formação em Portugal. 1945-1952</b>                                     | <b>44</b> |
| 1. Portugal entre 1945-1952   | 45        |
| 1.1. A sociedade portuguesa: a situação política e socio-económica  | 45        |
| 1.2. A questão colonial: fundamentos e práticas de dominação  | 47        |
| 1.3. O Estatuto do Indigenato e os particularismos do caso caboverdeano                                       | 51        |
| 2. Amílcar Cabral e a sua integração na sociedade portuguesa  | 55        |
| 2.1. A Casa dos Estudantes do Império   | 55        |
| 2.2. Centro Estudos Africanos: negritude e emergência cultural de uma teoria de libertação nacional em Cabral | 58        |
| 2.3. A formação política e técnica  | 64        |
| 2.3.1. Lisboa: palco de uma formação política revolucionária  | 64        |
| 2.3.2. A formação de Engenheiro Agrónomo: da teoria à prática   | 67        |
| <b>Capítulo III – A aprendizagem e a experiência de outras Africas</b>  | <b>72</b> |
| 1. Amílcar Cabral na Guiné-Bissau   | 73        |
| 1.1. A Guiné-Bissau: história e sociedade   | 73        |
| 1.2. A questão agrícola na Guiné-Bissau   | 76        |
| 1.3. A organização do sistema colonial na Guiné-Bissau  | 79        |
| 1.3.1. A presença caboverdeana na Guiné-Bissau  | 81        |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| 1.3.2.   | As organizações sócio-culturais na Guiné-Bissau  | 83         |
| 2.   | A relação de Amílcar Cabral com Angola   | 85         |
| 2.1.   | Dominação Colonial e Sociedade Angolana  | 85         |
| 2.2.   | O trabalho forçado em Angola   | 88         |
| 2.3.   | Amílcar Cabral, engenheiro agrónomo em Angola  | 93         |
| 3.   | O trinómio terra, agricultura e camponeses na modelação revolucionária de Cabral         | 97         |
| <b>Capítulo IV – A internacionalização do facto colonial português</b>                                     |  | <b>101</b> |
| 1.   | O impacto do sistema colonial sobre os povos e territórios colonizados                   | 102        |
| 2.   | O sistema colonial no contexto internacional   | 104        |
| 3.   | Estratégias de resistência   | 107        |
| 4.   | Amílcar Cabral e a diplomacia internacional na defesa dos direitos dos povos africanos   | 111        |
| <b>Capítulo V – Estratégias políticas – culturais de Cabral para a independência da Guiné e Cabo Verde</b> |  | <b>117</b> |
| 1.   | Os fundamentos teóricos de Cabral  | 118        |
| 1.1.   | História e Cultura   | 118        |
| 1.2.   | Luta de Classes ou de uma Nação-classe   | 122        |
| 2.   | O campesinato e a luta de libertação nacional  | 129        |
| 3.   | PAIGC  | 132        |
| 3.1.   | Formação de um Estado-Nação na Guiné e em Cabo Verde                                     | 132        |
| 4.   | Amílcar Cabral e o pan-africanismo   | 140        |
| 4.1.   | As unidades africanas  | 140        |
| 4.2.   | O PAIGC no contexto da Unidade africana  | 143        |
| 5.   | O homem no modelo quadro de reflexão de Amílcar Cabral                                   | 147        |
| 5.1.   | A formação do Homem Novo   | 147        |
| 5.2.   | A mulher negra-africana no projecto de libertação e construção nacional de Cabral/ PAIGC | 150        |
| <b>Conclusão</b>   |  | <b>157</b> |
| <b>Bibliografia</b>  |  | <b>162</b> |

## Índice de Mapas e Quadros

|   |    |
|---|----|
| Figura 1. Mapa da República de Cabo Verde                       | 11 |
| Quadro 1. Mortalidade pela fome em Cabo Verde entre 1903-1948   | 31 |
| Figura 2. Mapa da República da Guiné-Bissau                     | 73 |
| Figura 3. Mapa da República de Angola                           | 85 |
| Quadro 2. Dados do recenseamento da população de Angola em 1950 | 86 |



## Introdução

Estávamos em 1969, quando Amílcar Lopes Cabral assumiu no Seminário de Quadros do Partido, o seu profundo empenho, dedicação e lealdade com a luta de libertação nacional, “*Jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como Homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição na medida do possível, para a vida do homem se tornar melhor no mundo. Este é o meu trabalho.*”<sup>1</sup>.

Apenas depois do seu assassinato, na madrugada de 21 de Janeiro de 1973, o mundo dava conta da perda de um dos mais importantes políticos e intelectuais africanos da história do século XX.

Para a propaganda do governo português, Amílcar Cabral era um bandoleiro, um terrorista, um criminoso a soldo de potências estrangeiras.

Só depois da sua morte, os jornais portugueses falariam dele *como aluno brilhante, engenheiro competente, hábil diplomata, dirigente africano prestigiado em todo o mundo e até poeta e cultor da língua portuguesa*. Para os seus companheiros de luta e admiradores, Amílcar Cabral foi, e continua a ser, *um grande revolucionário*.

Nascido na Guiné portuguesa, educado em Cabo Verde e na universidade de portuguesa, profissional no campo da agronomia em Portugal e nos territórios colonizados, Amílcar Cabral foi actor de um percurso único, sedimentado nos tempos duros da dominação colonial portuguesa quando, fora de Portugal e do seu império, movimentos intelectuais, ideias políticas e acções culturais procuravam libertar o homem colonizado africano das malhas do colonialismo e da opressão.

É com base nesta breve descrição que ressaltamos a necessidade de analisar as estratégias políticas e culturais de Cabral para a conquista da independência da Guiné e Cabo Verde, procurando o que foi produto da colonização portuguesa, mas sobretudo apurar como integrou contribuições teóricas internacionais e africanas, que em meados do século XX marcaram as escolhas e práticas dos intelectuais e políticos africanos integrados no processo de luta de libertação e independência.

---

<sup>1</sup> Amílcar Cabral: *Sou um Simples Africano*. Cabo Verde: Fundação Mário Soares, 2000, p. 13.

Procuramos estudar neste trabalho a forma como este notável político africano estruturou as suas aprendizagens e reflexões, articulando as realidades guineenses e caboverdeana do século XX e as correntes marcantes do pensamento libertador africano. Tentaremos, também, perceber as diversas dinâmicas que contribuíram de alguma maneira especial para construção da sua identidade, o que se traduziu numa dedicação total à luta de libertação dos territórios da Guiné e de Cabo Verde. Cabral, as suas estratégias políticas e culturais, o seu impacto nos territórios africanos constituiu o eixo central desta investigação que titulamos «**Amílcar Cabral: Estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné e Cabo Verde**».

Partindo do princípio de que todo o indivíduo é o reflexo da sociedade em que vive e do mundo que o envolve, propomo-nos, nesta investigação, compreender o processo de aprendizagem e de socialização de Cabral.

Para alcançar o objectivo optamos por dividir a investigação em duas fases. Uma primeira fase dedicada ao processo de socialização e construção/construção da identidade de Cabral, através das suas aprendizagens.

Uma segunda fase dedicada ao processo de construção e estruturação da sua estratégia para a libertação da Guiné e Cabo Verde.

A identidade, enquanto resultado de um processo de socialização que decorre desde o momento que nasce até que morre, é um processo singular para cada indivíduo, que o torna uno e único.

São vários os factores que intervêm na construção/construção da identidade, para além dos factores do património genético e hereditários, características individuais e específicas de cada indivíduo, a identidade é muito influenciada pelos contextos em que o indivíduo está integrado.

Os factores sociais são determinantes na formação da identidade de um indivíduo ao transmitir-lhe determinados padrões de comportamento característicos da cultura em que está inserido e da época a que pertence.

É no contexto dos agentes de socialização – família, escola, grupo de amigos, relações de trabalho, estruturas, instituições, meios de comunicação, etc. – a que o indivíduo pertence que exerce uma forte influência na sua forma de ser e de reagir,

de interiorizar atitudes, normas e padrões de comportamento, concepções do mundo que são integrados na personalidade em construção.

A combinação dos factores – hereditários, ambientais e experiências vividas – permitem-nos afirmar que a identidade de um indivíduo resulta de um processo dinâmico que se desenrola num processo interactivo com o meio em que este vive.

Optamos, nesta primeira fase, por abordar os espaços de socialização de Cabral que apresentamos em três diferentes capítulos.

O primeiro capítulo dedicado ao processo de socialização primária de Cabral, ou seja o processo de integração social ocorrido durante a infância e a adolescência em que o indivíduo adquire competências básicas, comportamentos, normas e valores. Neste período, destacamos quatro elementos que tiveram com certeza um papel decisivo na personalidade de Cabral. Falamos da família, da escola e da sociedade guineense e caboverdeana colonizada. Embora seja difícil comprovar o impacto da sociedade guineense na personalidade de Cabral durante a sua infância, no que respeita à família, escola e sociedade caboverdeana, todas foram alvo de uma reflexão constante nos escritos de Cabral como veremos adiante.

O segundo e terceiro capítulo estão marcados por um processo de socialização secundária de Cabral, caracterizado pela sua aprendizagem e integração social na vida adulta, onde os grupos de amigos, os grupos socioprofissionais, políticos, etc. tiveram especial importância.

Nesta fase, as novas situações na vida do indivíduo são responsáveis pelas suas mudanças das atitudes, isto é, as predisposições para responder de determinado modo a uma situação ou objecto social (pessoa, instituição, acontecimento).

Destacamos neste período a formação de Cabral em Portugal e o seu trabalho enquanto engenheiro agrónomo na Guiné e em Angola.

Durante a sua estadia em Portugal, são de destacar três importantes factores que condicionaram as suas futuras decisões, nomeadamente o contacto mais próximo com o sistema colonizador português e os conhecimentos que adquiriu sobre o mesmo, o reconhecimento da sua própria situação enquanto sujeito colonizado, a sua rede de amigos na universidade, na Casa dos Estudantes do Império, no Centro de Estudos Africanos, e o contacto com grupos políticos e culturais (nacionais e internacionais).

A pobreza em que vivia grande parte da sociedade portuguesa e as políticas governamentais aplicadas neste sentido foram outro factor que causou um grande impacto na personalidade de Cabral.

O regresso de Cabral a África - Guiné e Angola – como engenheiro agrónomo colonial elevaram a um outro nível o seu conhecimento sobre a verdadeira situação dos povos africanos sob domínio colonial português, bem como os interesses que se escondiam atrás da política do *Minho a Timor* do governo português. São factores que abordamos no terceiro capítulo.

Após um período de aprendizagem, inicia-se um processo de modelação e reformulação dos conhecimentos apreendidos. Este processo desenvolve-se através da observação, identificação e imitação de um modelo, que pode assumir a forma de pessoas, estruturas, comportamentos ou ideologias, que o indivíduo ao mesmo tempo as incorpora, também reformula consoante os seus objectivos, valores e personalidade.

Entramos aqui na segunda fase da nossa investigação, marcada pela construção e estruturação da sua estratégia política e cultural para a independência.

O sentimento de indignação, inconformismo e revolta de Cabral em relação à acção colonizadora a que foram submetidos os territórios africanos e as políticas coloniais adoptadas pelas estruturas colonizadoras, com particular atenção para o sistema português, motivaram-no a ingressar primeiro nos movimentos anti-coloniais, onde começou a soltar o seu *grito de revolta*.

Seguiu-se um processo de luta de libertação nacional da Guiné e de Cabo Verde, com o objectivo de libertar o homem *negro-africano* da política colonizadora.

O papel de Cabral na luta de libertação assumiu duas importantes vertentes. Uma vertente internacionalista que analisamos no quarto capítulo, marcada pela denúncia do sistema colonial português a nível internacional.

A sua atitude não ficou marcada apenas pela denúncia do sistema colonial, mas sobretudo pela forma como se apropriou e fez uso da legislação e outros mecanismos internacionais para a defesa da sua política e acção anti-colonial.

Para Cabral, a denúncia do sistema colonizador português não era suficiente para o fim da opressão portuguesa. Daí a construção e desenvolvimento de estratégias políticas e culturais que tivessem como resultado a libertação total do homem *negro-*

*africano*, a construção de um novo espaço político, económico e social forte e autónomo, a ser governado por este *Homem Novo* que se formava no decorrer da luta.

A construção e desenvolvimento destas estratégias que corresponde à segunda vertente, que abordamos no quinto capítulo, passou pela reformulação de uma importante corrente política presente nos movimentos anti-coloniais na altura. Falamos da corrente ideológica marxista-leninista que Cabral assimilou mas, ao mesmo tempo, reformulou e adaptou à realidade africana.

Por outro lado, apoiado na teoria pan-africanista, Cabral viu na união Guiné e Cabo Verde, uma estratégia fundamental, para a construção de uma grande nação que pudesse abrir caminho para uma África forte e independente do ponto de vista político, económico e cultural, integrada na história mundial.

Podemos deste modo afirmar que as estratégias políticas e culturais concebidas por Cabral foram, antes de mais, fruto do contexto social, das experiências únicas que viveu que tiveram uma forte influência na sua personalidade.

É nosso objectivo contribuir para o preenchimento de vazios significativos no que respeita ao conhecimento da história de vida de Cabral. É nosso objectivo, ainda, dar o nosso contributo para melhor perceber os motivos que levaram Cabral a integrar-se na luta de libertação nacional, compreender as influências recebidas e a forma como este as integrou na construção e desenvolvimento de estratégias políticas e culturais que visavam uma libertação territorial da Guiné e Cabo Verde, mas também a libertação física e psicológica do homem negro-africano, educado dentro de um sistema colonial.

É também nosso objectivo contribuir para o preenchimento de vazios muito significativos no que respeita ao conhecimento da guerra de libertação nacional/guerra colonial, nomeadamente as origens deste fenómeno e as suas evoluções e que foram definitivamente marcadas pela intervenção teórico-prática do Engenheiro Amílcar Lopes Cabral.

## **Capitulo I – Amílcar Cabral: família, escola, trabalho - 1924-1945**

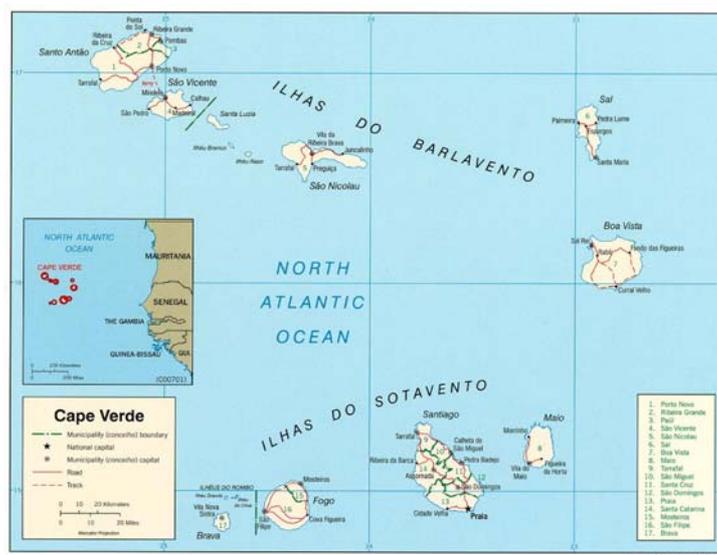
# 1. A sociedade caboverdeana: caracterização e problematização

## 1.1. Os fundamentos histórico e geográficos

O arquipélago de Cabo Verde, situado a 500 km<sup>2</sup> do continente africano, é constituído por dez ilhas (cerca de 4.033 km<sup>2</sup>), que se distribuem em dois grupos, definidos pela sua posição em relação aos ventos dominantes.

As ilhas do barlavento, constituídas por Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista e os ilhéus Raso e Branco, e as ilhas do sotavento, compostas por Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Grande, Luís Carreira e Cima.

Pela posição geográfica que ocupa, Cabo Verde marca a extremidade ocidental da faixa subsaariana, esta localização confere-lhe um clima árido, marcado pela pluviosidade fraca e irregular. Distinguem-se, no arquipélago, duas estações durante o ano, o *tempo das Brisas* ou a estação seca de Dezembro a Junho, e a estação das chuvas ou *ázaguas*, de Agosto a Outubro.



**Fig. 1. Mapa da República de Cabo Verde**

Fonte: [http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/cap\\_verde\\_pol\\_2004.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/cap_verde_pol_2004.jpg)

A localização geográfica e as condições climáticas do arquipélago, constituíram um factor incontornável da história do arquipélago, caracterizado por uma grande variabilidade social e cultural, donde distinguimos o povoamento, a relação do Homem com o ambiente, o desenvolvimento da língua crioula (caboverdeano), as relações sociais, factores estes que estão na base da história e construção da *identidade caboverdeana*.

A entrada do arquipélago nos anais da história oficial data 1460, com a chegada das embarcações portuguesas dirigidas pelo italiano António Noli, considerado o descobridor oficial de cinco ilhas orientais do arquipélago.

Quando da sua chegada, as ilhas encontravam-se desabitadas o que não implica que fossem totalmente desconhecidas em tempos recuados, nem afasta a hipótese de uma possível passagem regular, pelas ilhas de outros povos, para o carregamento de sal. Estes dados podem ser comprovados, tendo em conta as referências à ilha do Sal, datadas do século XII<sup>2</sup>.

Uma vez que se encontravam desabitadas à chegada dos portugueses, tal como aconteceu nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, foram povoadas. Daí que não se possa falar de uma colonização neste período mas sim de um povoamento, uma vez que por parte de Portugal não houve a necessidade de dominar ninguém para aí se estabelecerem<sup>3</sup>

O povoamento das ilhas regeu-se sobretudo por dois factores:

- a) O grau de interesse económico imediato, ou seja a “possibilidade de extrair delas, com o mínimo esforço e em pouco tempo, o máximo de proveito possível”<sup>4</sup>;
- b) Os benefícios fiscais reservados aos moradores do arquipélago concedidos pela Coroa na exploração do comércio africano.

Só quando se intensificaram as relações marítimas com o Brasil e com o Oriente, é que se notou um maior interesse pelo povoamento do arquipélago, pois a partir de então, algumas ilhas tornaram-se importantes entrepostos e pontos de comércio, como foi o caso das ilhas de Santiago, Fogo e Maio.

---

<sup>2</sup> Lopes, João Filho – *Ilha de S. Nicolau- Cabo Verde formação de uma sociedade e mudança cultural*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, p. 89-92.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>4</sup> *Ibid*, p. 21.

Como entreposto comercial, o povoamento foi constituído no início portugueses e outros comerciantes europeus, homens negros escravizados provindos da Costa Africana, e negros livres que acompanhavam os comerciantes e os capitães de navio. A sociedade caboverdeana surgiu assim como o resultado da expansão marítima europeia quatrocentista, fruto do encontro de dois mundos: o português/europeu e o africano.

Deste encontro nasceu e se formaram o Homem e a sociedade caboverdeana, num processo de cinco séculos de *mestiçagem* e *crioulização*.

Uma **mestiçagem** que se impôs no aspecto físico, associado ao isolamento e à escassez de mulheres brancas, que culminou nas relações entre diferentes grupos, homem branco – mulher negra/escrava, e um processo de **crioulização**, aqui entendido como uma dinâmica social em que se misturam, chocam e interpenetram saberes, valores e símbolos oriundos de duas vertentes civilizacionais, neste caso africana e europeia, das quais nascem, assumem e se percebem diferentes formas de comportamento, ora de formas mais próximas de uma ou de outra<sup>5</sup>.

Este factor é visível sobretudo nos aspectos culturais do homem caboverdeano, que vão desde o modo de ser e de estar, da religião, da gastronomia, na arte, nas tradições e na linguagem.

Destacamos, aqui, a emergência da língua crioula (caboverdeano), resultado do contacto entre os diferentes povos que habitaram o arquipélago. Uma língua de base lexical portuguesa, língua dominante que forneceu a maioria do seu léxico, nomeadamente nas ilhas de Santiago e Fogo, que se formou algumas décadas após o início do povoamento de Cabo Verde.

Cabo Verde, terra de agricultores com os olhos postos no céu e no mar, negligenciado pelo governo colonizador, assolado pelas secas e pela fome, reclamava um estatuto idêntico (estatuto de adjacência), ao dos arquipélagos Açores e Madeira já no século XIX. Tratava-se de uma reivindicação fundada em argumentos de carácter cultural, mas com objectivos económicos, uma vez que, adquirindo este estatuto, o arquipélago teria uma maior autonomia administrativa na gestão das suas receitas como forma de financiar o seu desenvolvimento económico. No entanto

---

<sup>5</sup> Trajano Filho, Wilson – *Uma experiência singular de crioulização*, Série Antropológica, Brasília, 2003, p. 35.

manteve-se como território colonial português até 5 de Julho de 1975, data em que foi proclamado como país independente.

Foi para esta sociedade caboverdeana que Amílcar Lopes Cabral foi viver aos nove anos de idade. Esta a sociedade crioula e mestiça teve um importante contributo na construção da identidade, o seu modo de ver, agir e pensar.

## 1.2. A estrutura familiar caboverdeana

Para melhor compreender a estrutura familiar caboverdeana é necessário ter presente dois factores importantes:

- a) O processo de formação da sociedade caboverdeana, visto estar baseada na velha instituição escravocrata/colonial;
- b) O facto de ser produto de um processo de mestiçagem e criouliização em desenvolvimento por mais cinco séculos.

Tal como nas diversas sociedades africanas e Cabo Verde não foi excepção, a estrutura familiar difere, substancialmente, do conceito europeu urbano de família nuclear<sup>6</sup>, de modo que é preferível falar da existência de um agregado familiar alargado, cujos laços entre indivíduos ultrapassam o carácter meramente consanguíneo.

Tomando por base o estudo antropológico *Tão Longe, tão perto. Organização familiar e emigração feminina na ilha da Boavista, Cabo Verde*, da antropóloga Souza Lobo, o conceito família em Cabo Verde pode ser usado em dois sentidos.

De uma forma geral, expresso pela frase *nós somos família*, quando se refere a um parente de sangue, ou de uma forma mais específica pela expressão *nha família*

---

<sup>6</sup> O termo família pode ser considerado, um conceito ambíguo, na medida em que pode assumir uma pluralidade de significados. Pode-se hoje dizer que não existe uma definição concreta do termo família, assim como não existe apenas um tipo de estrutura familiar. Esta instituição é composta por uma enorme variedade de formas, que têm vindo a evoluir ao longo do tempo, tanto do ponto de vista histórico, como do ponto de vista sócio-cultural e económico. O casamento, a residência, o tipo de filiação, os laços de sangue, são elementos normalmente apresentados da chamada *família tradicional*.

(minha família), quando se refere a grupos de pessoas mais próximas entre si, que se manifestam com laços emocionais, económicos e sociais mais próximos<sup>7</sup>.

Este último termo encontra-se envolvido numa rede de relações íntimas, que ultrapassam os portões da habitação e prolongam-se ao espaço da rua, da casa dos vizinhos e parentes, onde os conceitos família, residência comum, vizinhança e amizade se misturam.

É este espaço unitário, social, económico e emocional que marca e revela a pertença social do indivíduo, espaço onde este se socializa.

Este espaço é marcado por duas importantes personagens, onde a mulher e a criança são uma presença constante. Quanto ao homem, este tem uma relação marcada pela ausência física e distante no quotidiano dos filhos e *mães-de-filho*<sup>8</sup>, contribuindo financeira e socialmente de forma esporádica.

A falta de rendimentos económicos, a emigração e a libertinagem, são considerados os motivos justificadores que levam a ausência masculina do meio familiar. A relação pai e filhos revelam-se, de certo modo, distantes, não só pela inexistência de apoio financeiro, mas também na esfera psicológica e na transmissão de saberes, sobretudo durante a infância.

Esta ausência implica o aumento da rede de solidariedade entre famílias, vizinhos e outros amigos, no sentido de diminuir a dependência da mulher face ao companheiro.

Se a relação com os filhos é marcada por um certo distanciamento ou um *pertencimento distante*<sup>9</sup>, as relações conjugais entre homem e mulher aparecem como tendo um carácter transitório. O casamento, apesar de ser um importante símbolo de prestígio e da entrada do homem para o seio familiar, assumindo as suas responsabilidades, normalmente só ocorre no último estágio da sua vida – filhos, união de facto e, por fim, o casamento.

---

<sup>7</sup> Lobo, Andrea de Souza - *Tão longe, tão perto. Organização familiar e emigração feminina na ilha da Boavista, Cabo Verde*, Brasília: 2006, p. 58.

<sup>8</sup> “Termos comumente utilizados para se referir aquele ou aquela com quem o homem teve um filho. Além disso, quando o casal mantém uma relação conjugal, esse termo é utilizado para se referir ao companheiro ou companheira, *meu pai-de-filho* ou *minha mãe-de-filho*”. *Idem*, p. 65

<sup>9</sup> “Esta relação é no entanto mediada, por um sentimento de respeito à autoridade paterna, mesmo quando estes não vivam juntos, imposta normalmente por parte da mãe.” *Ibid.* p. 25.

Por ter sido uma sociedade formada em condições particulares, nomeadamente na instituição escravocrata/colonial, a divisão do espaço na família apresentam características muito especiais.

Existe, ainda que subjectivamente, uma relação de domínio do homem, cujo o espaço é a rua, em relação à mulher, cujo domínio é a casa e os filhos, acompanhada por uma hierarquia no seio da família, em que os papéis e os domínios do homem são, teoricamente, superiores aos da mulher.

Esta aparente desorganização ou desestruturação familiar surge apenas quando analisada sob a perspectiva do modelo familiar europeu/ocidental, como o ideal correcto, como mostra a seguinte afirmação de uma professora de liceu, ao tentar explicar a uma estrangeira italiana a estrutura familiar da região da sua residência, *Aqui temos muito o problema da família desestruturada, não tanto por causa do divórcio, porque a maioria nem casada no papel é, mas por causa da emigração. (...) é a família desestruturada, não é normal como lá na Europa por exemplo. Lá o pai e a mãe dividem tudo, a responsabilidade na casa e no trabalho, aqui só a mulher, coitada. O homem só quer saber do seu egoísmo, de sua rua, das pequenas (namoradas) e do grogue (cachaça).*<sup>10</sup>.

O modelo familiar balança assim entre o desejo de ter uma família tipo europeu/ocidental, quando na verdade adaptou-se esse estilo a uma forma de estar, herdeira africana onde, apesar do aparente distanciamento, mãe, pai e filhos, existe, no seu seio, outras formas de organização, onde a cada membro é atribuída uma função.

### **1.2.1. Amílcar Cabral e a rede de relações familiares**

Em qualquer sociedade, a educação é considerada uma das formas de transmitir e reproduzir a cultura. Esta envolve diversas estruturas, tais como a família, o grupo onde o indivíduo está inserido, a comunidade, os meios de informação, ou seja todo o meio social que envolve o indivíduo.

---

<sup>10</sup> Lobo, Andrea de Souza – *Tão longe, tão perto. Organização familiar e emigração feminina na ilha da Boavista, Cabo Verde*, Brasília, 2006, p. 7.

Neste processo de transmissão de conhecimento, a família adquire um papel importante na primeira fase da vida do indivíduo. Esta transmite-lhe a história, os valores familiares, o modo de funcionamento da sociedade, ainda que limitado ao espaço de vivência e a uma pequena rede de relações.

Pode dizer-se que a família é a primeira escola que o indivíduo realmente conhece e é através dela que dá os primeiros passos para a sua integração e aceitação na sociedade.

Ao abordar a família Lopes Cabral, há quatro elementos a ter em consideração e que, certamente, influenciaram o percurso educativo de Cabral.

Falamos dos antecedentes escolares da família paterna, da importância dada à educação escolar dos filhos, a religião católica que foi uma presença constante nos valores familiares, a emigração e a procura de oportunidades de trabalho que marcou a vida dos pais de Cabral, e o interesse paternal pela situação política e social do arquipélago. É sobre estes quatro prismas que abordamos este primeiro espaço de socialização de Cabral.

Amílcar Lopes da Costa Cabral filho de caboverdeanos emigrados na Guiné, nasceu em Bafatá a 12 de Setembro de 1924, onde viveu até 1932, período em que regressa a Cabo Verde na companhia dos seus irmãos (Luís Cabral, as irmãs gémeas Arminda e Armanda), seu pai Juvenal Cabral e a esposa de então Adelina Correia.

Juvenal Lopes da Costa Cabral era filho de um finalista do curso de seminário<sup>11</sup>, António Lopes da Costa e de Rufina Lopes Cabral, filha de lavradores (pequenos proprietários) da Ribeira do Engenho que, devido a dificuldades económicas, migraram para a Ilha de São Nicolau.

Entregue aos cuidados de sua madrinha Simôa dos Reis Borges, a quem o seu avô havia deixado uma pequena herança de 600 mil réis para custear a sua educação, cedo haviam-lhe traçado o caminho do sacerdócio.

---

<sup>11</sup> Uma característica histórica do clero caboverdeano, foi a sua relação de concubinação com mulheres negras escravizadas da qual nasceu uma vasta prole de mestiços. Numa carta de 3 de Dezembro de 1854 o Governador Barreiros, caracterizava da seguinte forma a Igreja de Cabo Verde, “ *o estado de serviço eclesiástico na província é muito pouco satisfatório, tanto pela profunda ignorância da maior parte dos vigários como pela soltura de costumes deles*”. A mancebia do clero e o seu comportamento manteve-se até princípios do século XX, como revela a carta sobre “ *A moralidade escencia do clero d’esta diocese*” datada de 1904. Numa das passagens o autor revela que “ *o cônego de Coimbra é o homem mais imoral que há em S. Nicolau, tem cinco crianças prenas*”. in Lopes, João Filho - *Ilha de S. Nicolau- Cabo Verde formação de uma sociedade e mudança cultural*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, p. 784-787.

Aos nove anos de idade foi enviado, pela família, para iniciar os seus estudos em Portugal no Seminário de Viseu mas, face às dificuldades da família em manter os seus estudos, devido a estiagem, *“que se prolongou por muito tempo, colocando proprietários da Ilha de Santiago, e ainda de todas as ilhas de Cabo Verde, em precárias circunstâncias”*<sup>12</sup>, Juvenal retornou a Cabo Verde em 1906.

De volta a Cabo Verde, prosseguiu os seus estudos no Seminário de S. Nicolau, no entanto, recusou o destino eclesiástico que a família lhe havia traçado e face às dificuldades em encontrar um emprego em Cabo Verde, emigra para a Guiné onde encontra emprego como funcionário público na Administração da Fazenda. Mais tarde, tornou-se professor primário em diferentes regiões da Guiné, desempenhando, em simultâneo, a função de sub-delegado do Procurador da República.

Juvenal Cabral auto caracterizava-se como *“Caboverdeano de nascimento e raça, português pela Bandeira e Educação, e, portanto, convictamente integrado nos alevantados ideais que deram a Portugal o prestígio universal que desfruta”*<sup>13</sup>.

Foi um homem com uma grande consciência e preocupação política e social sobre a situação arquipélago, ao mesmo tempo defensor dos ideais da colonização portuguesa revelando um espírito patriótico e de lealdade ao governo português.

O patriotismo de Juvenal não o impediu de, várias vezes, criticar a política colonial da metrópole em relação ao Arquipélago. As suas críticas deviam-se, sobretudo, à forma como o governo da colónia conduziu as políticas relativas às crises agrícolas e consequentes períodos de fome.

A escrita foi a sua principal arma para manifestar o seu desagrado em relação a estas políticas, por isso renunciando um período de fome, em Dezembro de 1940, enviou um memorando ao então Governador da Colónia, Major Amadeu Gomes Figueiredo, alertando-o para o facto de, *“encontrando-nos no limiar de 1941, o aspecto desolador das searas do litoral, como o de muitas outras no interior das Ilhas, anuncia claramente o advento de nova e horripilante hecatombe.”*<sup>14</sup>.

Um ano depois, aproveitando a visita do Ministro das Colónias Francisco Vieira Machado, alertava, novamente, as autoridades para o problema da fome no

---

<sup>12</sup> Cabral, Juvenal - *Memórias e reflexões*, Praia, Edições do Autor, 1947, p. 41.

<sup>13</sup> *Idem*. p. 88.

<sup>14</sup> *Ibid.* p. 30

Arquipélago, propondo algumas soluções, sobretudo na área agrícola que pudessem ajudar e minimizar este problema.

As críticas à administração colonial e a inação do Governo em resolver este problema, não fizeram com que Juvenal Cabral colocasse em causa o estatuto colonial do Arquipélago, nem a sua dissociação de Portugal, pelo contrário, considerava Cabo Verde como a “*mas valiosa parcela do Império Colonial Português,*” cuja soberania defende, “*alicerçada sobre os reais propósitos apostólicos, de sacrifício próprio até onde for necessário, para que o Império se mantenha e os nossos direitos sejam cada vez mais fortes em função dos deveres cada vez mais integral e religiosamente cumpridos.*”<sup>15</sup> .

A este facto acrescenta-se a sua partilha de opinião com Joaquim Duarte Silva, de uma *colonização da Guiné* realizada por caboverdeanos através da criação de uma *Colónia Penal Militar e agrícola na Guiné para caboverdeanos refractários ou incorrigíveis ao trabalho*,<sup>16</sup> como forma de enfrentar os períodos de crise agrícola em Cabo Verde, alegando a relação histórica colonizadora que sempre existiu entre estes dois povos fomentada por Portugal.

Juvenal Cabral insere-se, assim, na geração intelectual nativista formada em finais do século XIX, que assume uma defesa da cultura e das necessidades caboverdeanas, embora não dissociada do governo colonial português.

A sua influência sobre Cabral é indiscutível, quanto mais não seja pelo despertar, em Cabral, de uma consciência social em relação aos problemas sociais e agrícolas do arquipélago, bem como o estado de abandono a que o governo da metrópole havia vetado Cabo Verde.

A predisposição de Juvenal Cabral para o mundo da diplomacia e da escrita, através de artigos, cartas ao governo, peças teatrais, poesia e outros escritos, poderão ter sido um factor de grande importância na formação de Cabral que, cedo, começou a revelar a sua propensão para a escrita poética durante a adolescência e que, mais tarde, desenvolveu no decorrer da luta.

Durante a sua estadia na Guiné, Juvenal teve a possibilidade de conhecer a sua estrutura social e os proveitos agrícolas que os caboverdeanos poderiam obter com a sua exploração, que descreve no seu livro *Memórias e Reflexões*.

---

<sup>15</sup> *Ibid.* p. 88-89

<sup>16</sup> *Ibid.* p. 80.

Tal conhecimento poderá ter influenciado Cabral, tanto no desejo de voltar e conhecer Guiné, bem como o seu projecto político de união entre os dois países, “Tendo deixado, há pouco, as rochas nuas da Praia Negra, da Achada Grande, do Lazareto, e cujo aspecto, severo e triste, parece simbolizar o sofrimento e a dor, meus olhos, maravilhados, contemplaram sem cessar a paradisíaca majestade da flora que, de modo misterioso, parece emergir do mar! ... Se toda a Guiné fosse cultivada, produziria géneros alimentícios excedentes das necessidades de Metrópole, com uma óptima vantagem de que Cabo Verde não teria necessidade de recorrer a Angola, quando acossado pelos ventos mortíferos da Crise.”<sup>17</sup> .

Apesar de todas as competências de Juvenal Cabral, foi Iva Pinhel Évora a figura central da educação de Cabral. De origem humilde, com poucas posses e de escassa instrução, Iva Évora era natural da ilha da Boavista. Na Guiné, onde geria uma pequena pensão, conheceu Juvenal em 1922.

Regressou a Cabo Verde em 1934 e encarregou-se da educação dos filhos. Cabral, na altura, com dez anos de idade não frequentava ainda o ensino primário, o que só veio a acontecer em 1936, com doze anos de idade. Em apenas um ano lectivo, Cabral termina a escola primária, dado este que pode revelar que, talvez, Juvenal não se tenha descuidado tanto assim da educação do filho.

Para que Cabral e seus irmãos pudessem prosseguir os seus estudos, em finais de 1937, Iva mudou-se para São Vicente onde Cabral prosseguiu os seus estudos no Liceu Gil Eanes.

Costureira de profissão, viu-se obrigada a arranjar um rendimento suplementar, com trabalhos temporários numa fábrica de conservas. Não podia contar com a ajuda financeira de Juvenal que encontrava-se a braços com uma crise financeira que o impossibilitou de contribuir, financeiramente, para a educação dos filhos.

Para ajudar a família, financeiramente, e custear os seus estudos, Cabral começou por fazer pequenos trabalhos de venda ambulante, dando explicações aos seus colegas de liceu.

A separação dos pais, os esforços de Iva Évora para a educação dos filhos, os diferentes papéis por ela desempenhados – mulher, emigrante, mãe, chefe de

---

<sup>17</sup> *Ibid.* p. 115-137.

família, operária, que considerou ser a *estrela da minha infância agreste*<sup>18</sup>, com certeza teve um grande impacto na formação de Cabral.

Este ambiente marcadamente feminino e a vida difícil e lutadora da mulher caboverdeana levaram-no a destacar, no seu processo de luta, a valorização e a importância da mulher em contexto de luta.

A criação da União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde (UDEMU), e o texto *As mulheres na frente da nossa vida e da nossa luta*, deixam perceber o impacto na sua personalidade, deste lado feminino de Iva, como uma das estratégias a desenvolver durante e pós independência.

---

<sup>18</sup> Amílcar Cabral, in Osório, Oswaldo – *Emergência da poesia em Amílcar Cabral*, Praia: Coleção Dragoeiro, 1983, p. 77

## 2. O sistema de ensino colonial

### 2.1. Organização Geral

Paralelamente ao processo de socialização realizado pela família, funciona a escola. A escola, principal veículo de ensino tem um importante papel a desempenhar na difusão da cultura, ao preparar os jovens como os futuros alicerces da sociedade.

As instituições escolares, para além de transmitir conhecimentos e promover o treino em determinadas técnicas, têm também como função participar na socialização do indivíduo através da transmissão de hábitos, atitudes, normas e valores (religiosos, políticos, sociais, ideológicos, morais, etc.) e prepará-lo para a vida nas mais diferentes áreas: cultural, social, política, física e individual.

Uma vez que orienta os primeiros passos do indivíduo, quando este sai do circuito familiar, fornecendo-lhe as ferramentas que o preparam para a vida em sociedade, é necessário que os seus mecanismos levem o sujeito a identificar-se com a sua cultura e consigo próprio, para que, posteriormente, não se produza uma ruptura entre este, a estrutura escolar e a sociedade envolvente.

Como sistemas intimamente ligados, a escola e a família contribuem para que uma cultura se conserve no tempo, mas que esteja também em constante renovação.

No entanto, estes argumentos em prol da educação entram em contradição quando aplicados à realidade e à população escolar dos países que foram colonizados. Nestes territórios, a escola e a educação escolar tornaram-se em importantes modelos de manipulação, opressão e de transmissão de uma ideologia e cultura colonialista, onde “ *o que é aprendido na escola praticamente não é confirmado, enriquecido pela contribuição do meio familiar e social*”<sup>19</sup>. Havia, assim, uma ruptura drástica e violenta entre a escola, o aluno e a sociedade.

---

<sup>19</sup> Lopes, João Filho - *Ilha de S.Nicolau- Cabo Verde formação de uma sociedade e mudança cultural*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, p. 1001.

Durante o período colonizador dominava a ideia que a instrução para os povos colonizados se deveria reduzir ao mínimo intelectual e destinar-se ao ensino prático de alguma actividade.

O Estado via neles não aquilo que eram, mas aquilo que desejava que fossem, ou seja seres *civilizados* sob padrões do país colonizador e ideais cristãos: “ *Os europeus ignoravam ou desprezavam os sistemas educativos africanos: baseados na oralidade, organizados muitas vezes em estágios iniciáticos e marcados por ritos de passagem, permitiam aos adultos socializar os mais jovens e transmitir-lhes os saberes necessários à vida quotidiana, os comportamentos sociais e as ciências tradicionais ou os comportamentos religiosos.*”<sup>20</sup>.

O sistema de ensino, e os seus conteúdos, propostos pelas potências colonizadoras em nada se diferenciavam do que já existia nos seus países. Estudava-se a história, a geografia e a língua do colonizador, ignorando tudo o que dizia respeito à própria realidade local do território.

Este processo, desvalorizava e desrespeitava a cultura dos povos colonizados, recorrendo a metodologias que conduziam o colonizado à desvalorização da sua cultura. Tratava-se de um procedimento educativo despersonalizante, apoiado em mecanismos de assimilação, onde as características do indivíduo não eram levadas em consideração.

Transformada num aparelho ideológico por excelência, a educação portuguesa nos territórios colonizados teve como objectivo assegurar a socialização de uma ideologia *colonial-nacionalista*, considerada pelo regime como um dos pilares fundamentais do império, garantir a sua continuidade como *Nação Colonizadora* e difundir o mais possível os valores portugueses.

Para além da actividade missionária/religiosa, a educação colonial portuguesa articulava-se em torno de três dimensões: a formação colonial na metrópole, a educação do colono, ou do «assimilado», em África e o ensino do «indígena», feita através do desenvolvimento condicionado com a aplicação a partir de 1930 de uma educação «rudimentar»<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> M'Bokolo, Elikia – *África Negra: história e civilizações*, Lisboa: Vulgata, Vol. II, p. 2007, p. 444

<sup>21</sup> O discurso aplicado no ensino «rudimentar» celebrava o trabalho, a religião e a língua portuguesa como os meios adequados para a «educação do indígena». Alicerçado em argumentos evangelizadores e humanitários, veiculavam uma visão racista sobre a inferioridade dos africanos.

A escola tinha-se tornado no principal veículo do Governo, para a consolidação do seu poder, preparando os indivíduos com uma formação moral, religiosa, política e social, baseada nos padrões nacionais, com o intuito de incrementar o poder da metrópole nos territórios colonizados<sup>22</sup>.

Cabo Verde foi exceção no que respeita ao ensino colonial, com a precoce abertura de escolas e difusão da instrução através do seminário – liceu de S. Nicolau em 1866, mais tarde a fundação do Liceu de S. Vicente e a existência de outros instrumentos culturais<sup>23</sup>, a que se acrescenta o facto de não ter sido aplicado o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique<sup>24</sup>.

Estes factores contribuíram para que a escolaridade entre a população fosse a mais elevada quando comparada com os outros territórios colonizados. Apesar destes dados, o ensino no território não se diferenciava do que já acontecia nos outros territórios, entre as matérias de geografia e história de Portugal, situava-se o português, única língua utilizada no ensino em detrimento do crioulo, língua materna e aquela que a grande maioria utilizava no seu quotidiano.

A imposição de matérias completamente estranhas ao aluno, de uma terra que nunca havia visitado e que, provavelmente, nunca chegaria a conhecer, o seu afastamento geográfico em relação ao continente africano, em muito contribuíram para uma certa não identificação do arquipélago e das suas populações como parte integrante de África.

Esta posição levaria a que apenas em Portugal, o estudante caboverdeano em contacto com colegas vindos do continente africano, tomasse conhecimento da história de África, da história e impacto da colonização portuguesa sobre os territórios africanos. Só então elo de ligação do caboverdeano com África se tornaria mais forte.

---

<sup>22</sup> De acordo com o princípio de subjugação, ou se preferirmos de educação do «indígena», o sistema colonial passou, a partir de 1930, a organizar-se em: a) ensino primário rudimentar, cuja função foi “colocar a criança indígena em condições de aprender a nossa civilização por meio do conhecimento da língua portuguesa, a educação rudimentar das suas faculdades e adopção dos costumes civilizados” (portaria n.º 2456, de 27 de Março de 1935, art. 1º); b) o ensino profissional do «indígena» através da Escola de artes e ofícios, á qual cabia a função de “educar os indígenas preparando-os para operários dois diferentes ofícios da colónia” (portaria n.º 2457, de 27 de Março de 1935).

Esta proposta de ensino tinha como fim “conduzir gradualmente da sua vida selvagem para a vida civilizada, formar-lhe a consciência de cidadão português e prepara-lo para a luta da vida, tornando-o mais útil à sociedade e a si próprio” (Diploma legislativo, n.º 238, de 17 de Maio de 1930).

<sup>23</sup> Como o caso da fundação da Biblioteca e Museu Nacional de Cabo Verde em 1871, cujo ambiente se caracterizava pelo desenvolvimento de sociedades culturais e recreativas dotados de gabinetes de leituras.

<sup>24</sup> Decreto n.º 12.533, de 30 de Outubro de 1926

## 2.2. Amílcar Cabral e as críticas ao sistema de ensino colonial

A política educacional do regime, no essencial, visava promover uma identificação dos africanos com os valores da cultura portuguesa e assim manter e desenvolver o sistema colonial.

José Moreira da Silva Cunha, ministro do Ultramar entre 1965-1973, defendia que esta política passava pela “*formação de cidadãos capazes de compreender plenamente os imperativos da vida portuguesa, interpretá-los numa realidade constante a fim de assegurar a continuidade da nação.*”<sup>25</sup> .

A experiência pessoal de Cabral com o processo de ensino colonial português em Cabo Verde e nos territórios colonizados, permitiu-lhe desenvolver um pensamento crítico, em relação à ideologia que este tentava transmitir e o impacto e consequências na vida do estudante negro-africano.

Segundo Cabral, “*Toda a educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é sempre apresentado como um ser superior e o africano como um inferior. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a terem vergonha de serem africanos. A geografia, a história e a cultura de África não são mencionadas, ou são adulteradas, e a criança é obrigada a estudar a geografia e a história portuguesa.*”<sup>26</sup> .

O Estado português, principal responsável pelo ensino nos territórios colonizados, contou com o importante apoio da igreja na implementação de uma ideologia colonial-nacionalista.

A *Concordata* de 1940, assinada entre Portugal e o Vaticano, e o *Acordo Missionário* de 1941, que entregava às missões católicas o «ensino rudimentar», defendia uma educação “*conforme aos princípios doutrinários da Constituição portuguesa e seguir a linha dos programas emanados pelo Governo.*”<sup>27</sup>, faziam a sua aplicação na educação dos pretendidos *não-civilizados* .

---

<sup>25</sup> Cabrita, Dalila - *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa: Inquérito, 1999, p. 26.

<sup>26</sup> Cabral, Amílcar Lopes – *Unidade e Luta. A arma da teoria*, Lisboa: Seara Nova, 1978, p., 64.

<sup>27</sup> *Idem.* p. 64.

A esta ideologia educacional que Cabral apelidou de «racismo cristianizado ou cristão» acrescenta-se um outro factor, que o próprio pessoalmente viveu, falamos da pouca disponibilidade económica das famílias e do estudante negro-africano em custear as despesas dos seus estudos.

No artigo publicado na revista *Présence Africaine* em 1953, sob o título *O papel do estudante africano*, Cabral, a par da discriminação racial de que o aluno negro dos territórios colonizados era sujeito, analisou também a questão económica, como ainda as diversas dificuldades do estudante negro-africano.

No que respeita às dificuldades económicas, Cabral considera ser a “*primeira garantia de que a condição de inferioridade do negro dito civilizado se eternizará*”, isto porque o próprio sistema colonial condicionava, de todas as formas, uma melhoria de vida do homem negro-africano, “*o negro das colónias portuguesas de África, tal como o das outras colónias estrangeiras, não dispõe geralmente de recursos económicos compatíveis com a sua dignidade humana.*”<sup>28</sup> .

Esta indisponibilidade financeira advinha do próprio sistema colonizador de discriminação racial, uma vez que ao negro “*a estrutura do regime colonial reserva-lhe, explícita ou tacitamente, posições que correspondem, na estrutura social capitalista, a um nível socioeconómico considerado como inferior. ... o racismo à portuguesa ... impõe limitações ao progresso económico e social das massas negras, negando-lhes as possibilidades de melhorar as precárias condições de vida em que vivem.*”<sup>29</sup>.

Estes eram problemas que acompanhavam o estudante negro-africano, mesmo que atingisse um grau de ensino superior, ou seja o facto de se ter de deslocar à metrópole para estudar, dado que não existiam universidades nos territórios colonizados, a escolha do curso superior que pretendia, a dificuldade de colocação e mesmo a sua vocação para a futura profissão.

A porta de saída era a obtenção de uma bolsa de estudos, tal como aconteceu com Cabral, “*assim, a maioria dos estudantes africanos em Portugal é constituída por indivíduos que, tendo revelado qualidades de inteligência e de trabalho nas colónias de onde são originários,*

---

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 30

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 30

*receberam uma bolsa para continuar os seus estudos*<sup>30</sup>, mesmo assim condicionada a alguns cursos.

Segundo o historiador M'Bokolo, entre os anos 1948-1950 havia em Lisboa cerca de cinquenta estudantes africanos assim distribuídos “*provenientes de Cabo Verde (20 a 30 estudantes), de Angola (perto de 10), de São Tomé (10) e de Moçambique (3 ou 4); outro grupo importante encontrava-se em Coimbra, a segunda cidade universitária de Portugal.*”<sup>31</sup>

A disparidade entre o ensino e a sociedade era visível, a ponto de surgir um novo factor na escolha do curso destes estudantes, nomeadamente o “*desejo de possuir conhecimentos que possam ser úteis às massas africanas*”<sup>32</sup>.

O estudante colonizado *desligado dos seus próprios problemas*, vítima de um processo de assimilação despersonalizante que Cabral apelidou de «desenraizado», começava a tomar consciência das suas verdadeiras necessidades e da situação da sua terra, “*o estudante negro das colónias portuguesas começa a tomar a pouco a pouco a consciência da sua posição no mundo: a de homem negro que deve ter como preocupação fundamental servir a causa da emancipação dos homens negros, servindo assim a humanidade*”<sup>33</sup>.

Neste artigo, Cabral, de certa forma, deixou escapar nas entre linhas, as razões que o levaram a optar pelo estudo da agronomia, “*o estudante africano deve utilizar todas as capacidades para aproveitar ao máximo as raras oportunidades que o regime colonial lhe oferece para lutar pela libertação das massas africanas, pela sua própria libertação*”. Aqui ressaltamos a situação económica e social que o arquipélago atravessava e que a própria escola e governo colonial não conseguiam responder.

Mais tarde, todos estes elementos levaram-no a considerar a educação o pilar base do seu projecto de luta, através da criação de uma rede escolar no território guineense no decorrer da luta de libertação, com a dinamização de processos de alfabetização ou proporcionando a alguns quadros a formação no estrangeiro. Todo este enredo, onde a cultura assumiu um papel central na formação de uma identidade, tinha como principal objectivo a construção e formação de um «homem novo».

---

<sup>30</sup> *Ibid.* p. 31

<sup>31</sup> M'Bokolo, Elikia – *África Negra: história e civilizações*, Lisboa: Vulgata, Vol II, p. 2007, p. 514.

<sup>32</sup> Cabral, Amílcar Lopes – *Unidade e Luta. A arma da teoria*, Lisboa: Seara Nova, 1978, p., 32

<sup>33</sup> *Ibid.* . p. .32.

### 3. As crises alimentares e as consequências sócio-demográficas

#### 3.1. A fome e os confrontos sociais

Estão bem documentadas as crises agrícolas e alimentícias que assolaram o arquipélago desde o início do seu povoamento. O primeiro registo de um período de seca data 1580/83, período “*em que morreu muita gente*” e outra emigrou para os “*rios da Guiné*”, para fugir dos efeitos da fome.

A esta, seguiu-se a crise de 1610/11, “*desta fome extraordinária se seguiram muitos insultos e roubos porque andavam os homens em alcateias, e nem havia casa de campo que não escalassem, nem gado que não matassem, nem caminhantes que não salteassem*”<sup>34</sup>.

Seguiram-se outros períodos de crises – 1809/11; 1864/66 e 1894/1900, sem que fosse tomada qualquer medida efectiva para prevenir a situação. Entre 1901-1904, os maus anos agrícolas, e consequente fome, foi acompanhada por uma praga de gafanhotos, ceifando a vida a cerca de 16 118 habitantes, um período que Juvenal Cabral apelidou de *O Monstro*. Numa composição de Renato Cardoso, musicada por Ildo Lobo, foi utilizada a seguinte expressão: “*Na altu cutelo cimbron, djá cá tem/ / raiz sticado djobi agua c’atacha*”.

Altu Cutelo, é utilizado em sentido figurado, recorre ao Zimbrão (planta que simboliza a resistência à seca), para descrever a situação de crise agrícola, provocada pela seca.

Quando no cimo do monte, o Zimbrão encontrava-se seco porque as suas raízes não conseguem absorver água da terra, era sinal que maus tempos se avizinhavam.

A composição, tal como muitos outros poemas musicados caboverdeanos, faz um retrato real da situação das famílias caboverdeanas durante as crises agrícolas. A fome, a venda de terrenos, os trabalhos públicos nas obras do governo, a emigração,

---

<sup>34</sup> Lopes, João Filho – *Ilba de S. Nicolau- Cabo Verde formação de uma sociedade e mudança cultural*, Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 1993, p. 89

os contratos na metrópole ou noutros territórios colonizados foram alguns dos efeitos mais visíveis da crise.

Ocupamo-nos, neste trabalho, dos períodos estiagem, ocorridas no século XX, nomeadamente as fomes de 1941/43 e 1947/48<sup>35</sup>.

A crise agrícola e alimentar de 1941-43, já se fazia anunciar no final de 1940, face à reduzida produção agrícola registada.

A 8 de Fevereiro de 1941, o estado de crise foi declarado pelo Diploma Legislativo n.º 684 e concedida uma verba de 800.000\$00 destinada “à abertura de trabalhos públicos da colónia em ordem a atenuar a crise provocada pela falta de chuvas que ocasionou a escassez do ano agrícola.” (B.O. n.º 6, 8 de Fevereiro).

A aplicação deste crédito pelo Diploma n.º 2.280, de 19 de Abril de 1941 (B.O. n.º 16), concentrou-se em três objectivos, nomeadamente “definir primeiro as necessidades da população nesta emergência, depois estudar e escolher as obras e trabalhos de mais utilidade económica e social e que melhor se ajustem ao fim imediato em vista: amparar e socorrer as populações atingidas pela crise.

O diploma também faz referência aos trabalhos de hidráulica agrícola e de arborização como forma de minorar os efeitos assim como precaver as futuras crises.

Apesar da crise no sector agrícola ser apresentado como causa principal da crise, este diploma deixa perceber que o governo colonial tinha o conhecimento de outros factores que contribuíram para aquela situação: “a crise não se distribui uniformemente, quer a sua causa seja exclusivamente a falta de chuvas, quer nela influam outros motivos como a situação internacional (Segunda Guerra Mundial), falta de movimento no Porto de S. Vicente, perturbações no comércio externo, ou dificuldades de circulação do correio internacional e conseqüente mesadas dos emigrantes” (B.O. n.16, de 19 de Abril de 1941)<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Para uma melhor compreensão do que foram os períodos de Crise em Cabo Verde, o recurso a literatura escrita e oral, são um ótimo exemplo. A morna e o batuke, estilos musicais caboverdeanos, até aos dias de hoje, continuam a relatar esses tempos difíceis em que multidões morriam ou emigravam, ou se acotovelavam nos porões dos navios rumo a uma oportunidade de sobrevivência nas roças de S. Tomé, trabalhadores forçados que apenas uma minoria conseguiu regressar, ou então para os EUA ou mesmo Portugal e daí rumo à Europa. A literatura, afigura-se também como é uma fonte histórica importante. Livros como *Chiquinbo* de Baltasar Lopes; *Os Flagelados do Vento Leste* de Manuel Lopes e *Famintos* de Luís Romano fazem um retrato, muito próximo da realidade socio-económica caboverdeana nesses períodos, marcada não só pela fome mas também pela decadência da sociedade, a emigração forçada, a violência colonial, as migrações no território, os dramas familiares, e o apelo a revolta do povo.

<sup>36</sup> Entre 1941/42 foram concedidas várias greves para fazer frente ao período de crise, pelo Diploma Legislativo n.684 de 8 de Fevereiro de 1941 (B.O. n.º 6) o valor de 800.000\$00; Pelo Diploma legislativo n.

Segundo os dados de António Carreira, resultaram desta crise aproximadamente 24463 óbitos, número que pode ser mais elevado se a eles acrescentarmos os números não registados, o registo de nados mortos, ou fetos provenientes de partos prematuros, devido à debilidade física e pouca assistência à população feminina.

Para fazer face à crise, foi criado pelo Diploma Legislativo n.º 722 (B.O. n.º 5, de 20 de Dezembro de 1941), uma Comissão de Assistência Pública com sede na Praia, com delegações em todos os concelhos, incumbido de *estudar e propor ao Governador as providências mais oportunas e eficazes para socorro aos necessitados* (artigo 4.º, n.º1.); *organizar os serviços de assistência para o fornecimento de alimentação e agasalhos às crianças desvalidas, órfãs ou abandonadas, aos indigentes e inválidos ou para outras formas de assistência* (artigo 4, n.º5); *subsidiar as famílias ou indivíduos reconhecidamente pobres, no caso de miséria insuperável* (artigo.10, n.º2).

Em 1947/48 a crise voltou a atormentar o arquipélago, embora poucos dados existam sobre este ano devido às novas políticas governamentais. O Boletim Oficial deixara de inserir as «Notícias das Ilhas» e tudo era tratado no segredo dos gabinetes com o ministério em Lisboa<sup>37</sup>.

Calcula-se que o número de mortos neste período tenha ascendido aos 20813, número que pode ser mais elevado, tendo em conta a falta de dados e a dificuldade no registo dos obituários, devido, em parte, aos grandes grupos migratórios da população que buscavam de auxílio noutras paragens.

Podemos considerar a primeira metade do século XX, como o mais mortífero ascendendo o número de óbitos a cerca de 82. 117 habitantes (quadro n.º 1)

---

696, de 21 de Junho de 1941 (B.O. n.º25), o valor de 1.000 000\$00 aplicados pela portaria n. 2317, de 12 de Junho de 1941 (B.O. n.º 28); pelo Diploma n.º 717, de 15 de Novembro de 1941 (B.O. n.º46) o valor de 400.000\$00, distribuídos pela Portaria n.2353 de 21 de Novembro de 1941 (B.O. n.º 47), pelo decreto n.31 800, de 9 de Fevereiro de 1942 (B.O. n.º 16), o valor de 16.000\$00; pela portaria n.2403, de 21 de Fevereiro de 1942 (B.O. n.º 8) o valor de 3400.000\$00, com a distribuição nas Portarias n.º 2408 e 2410 (B.O. n.º9). Um total que ascendeu o valor de, 4 816 800 \$00, pormenorizadamente

<sup>37</sup> Carreira, António – *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 111.

|   | N.º Absolutos | Taxa (em relação à população média) |
|---|---------------|-------------------------------------|
| 1.º - 1903-1904   | 16 118        | 17,2 %                              |
| 2.º - 1921  | 17 575        | 17,6%                               |
| 3.º - 1941-1943   | 24 463        | 22,4%                               |
| 4.º 1947-1948   | 20 813        | 20,5%                               |
| Total   | 78 969        |                                     |
| Óbitos não registados (calculados em 5% do obituário a partir de 1921 a 1948) | 3 148         |                                     |
| Total de óbitos pela fome   | 82 117        |                                     |

#### Quadro 1 - Mortalidade pela fome em Cabo Verde entre 1903-1948

Fonte: Quadro retirado do estudo realizado por António Carreira, *Cabo Verde – Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*, Ulmeiro, Lisboa, 1984, p. 124

Os períodos trágicos de seca, fome e mortandade não deixaram de ter um efeito perturbante sobre a população, do ponto de vista físico, psicológico, social e económico, produzindo uma “ *certa desarticulação da vida moral e social das comunidades*.”<sup>38</sup>.

A emigração, que sempre marcou a vida do arquipélago, foi o recurso mais utilizado para fugir ao cenário dramático da fome.

Entre 1900-1947, verificaram-se, no arquipélago, dois padrões de emigração forçada<sup>39</sup>, o primeiro conduzido pelo governo através do sistema dos *contratados* para S. Tomé e Príncipe.

Sujeitos a trabalharem nas roças, estes emigrantes forçados caboverdeanos foram submetidos a castigos arbitrários por parte dos roceiros, a horários de trabalho elevados, fraca alimentação e condições sanitárias, e pagamentos irregulares<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> *Idem*. p.24.

<sup>39</sup> Segundo António Carreira, “ *uma emigração forçada, (...) se pode definir como sendo toda aquela que se processa em consequência da ruptura do equilíbrio produção/população, provocado por secas (fomes e mortandade) ou pressão demográfica, situações estas de que os governos se aproveitaram para incentivar, e encaminhar, por meio de medidas legislativas ou de processos administrativos, a saída da população com o objectivo de proporcionar mão-de-obra abundante a baixo salário, às organizações agrícolas, industriais privadas de tipo capitalista, da região tropical ou equatorial. (...) Entretanto em relação a Cabo Verde, a emigração forçada possui as suas características específicas que, em grande parte, lhe foram imprimidas pelos diferentes “regulamentos de recrutamento de serviçais” e “regulamentos de emigração”* , in Carreira, António - *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 23.

<sup>40</sup> Angola foi também, um lugar de destino (1947-1952 foi a primeira fase de emigração), através de contratados, destinados às grandes fazendas, como a Companhia de Cabinda; Companhia de Açúcar de

Apenas em 1947, através do Diploma n.º 956 de 4 de Novembro a emigração caboverdeana em regime de contracto viria a ser regularizada.

Outro destino que se afigurava era os Estados Unidos da América e o trabalho nas indústrias

Apenas em 1959/60, foi elaborado pelo Governo um *Plano de Abastecimento do Arquipélago de Cabo Verde em Época de Seca*, cujo objectivo era fazer o levantamento das causas da seca e a consequente crise alimentar e estudar uma forma de combater e minimizar os seus efeitos.

A presença militar portuguesa no arquipélago, com o envio em 1941<sup>41</sup> do primeiro Corpo Expedicionário para o arquipélago, durante a II Guerra Mundial, contribuiu para o acentuar do clima de descontentamento da população

Após a sua chegada a S. Vicente (Mindelo), o Batalhão alojou-se na cidade em quartéis provisórios, tendo sido vários armazéns expropriados pelo Estado para esse efeito, escolas previamente preparadas para o efeito e um pavilhão independente do Hospital de S. Vicente (onde funcionava a enfermaria).

Realizado em pleno período de crise, as necessidades alimentares do Batalhão, cedo começaram a ser sentidas pela insuficiência de géneros alimentares.

À crise alimentar acrescentam-se ainda o aparecimento de epidemias (tracoma, malária, casos de febre tifóide e paludismo) devido às más condições de higiene. Em 1942, já eram anunciados estes problemas na ilha, “*mercê de circunstâncias várias, entre as quais avulta a excessiva aglomeração de população e das tropas expedicionárias, surgiram na ilha de S. Vicente e em especial no Mindelo, problemas de higiene e salubridade que exigem, para a sua solução, da íntima colaboração de entidades que superintendem nestes serviços*” (Portaria n.º 2430, B.O n.17, 25 de Abril de 1942).

A presença militar, num arquipélago faminto, com certeza, não deixou de influenciar toda a vida da população, principalmente a camada mais jovem, que, por esta altura, começava a consciencializar-se da situação colonial a que estava sujeita.

---

Angola (CADA), e ainda para o sector das pescas e salinas do Lobito, Benguela, Mocâmedes, in Lopes, João Filho, *Ilha de S. Nicolau- Cabo Verde formação de uma sociedade e mudança cultural*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, p. 128

<sup>41</sup> Segundo os dados da época, a posição internacional portuguesa e o medo de um ataque e uma possível perda dos territórios colonizados tanto para os países aliados como para o eixo, levaram o governo a enviar para Cabo Verde um Corpo Expedicionário a fim de “*assegurar a defesa eficiente das ilhas dos Açores e Cabo Verde, de maneira a manter ali a soberania portuguesa*” in Diário de Notícias, Terça-feira, 15 de Julho de 1941, ano 77 – Secretario Welles.

As relações militares com a população, e mesmo com os soldados caboverdeano, foram pontuados por alguns choques e confrontos, originados pelas manifestações de desprezo da tropa portuguesa<sup>42</sup>.

Comportamentos que poderão ter sido agravado com a aplicação do Decreto-Lei 97, de 17 de Junho de 1941 (B.O n.º23), relativo ao regulamento para os serviços de requisições militares. Segundo o artigo n.º142 e 143 do Decreto, “*os habitantes que desobedecerem as ordens de requisição serão condenados ao pagamento de uma multa que se poderá elevar até ao valor do dobro da prestação requisitada, uma vez que não exceda os 50\$. (...) O indivíduo que recusar ou abandonar o serviço pessoal para que foi requisitado será condenado ao pagamento da multa de 3\$ a 10\$.*”.

O governo colonial, seguindo as instruções de Lisboa, chegou mesmo a recusar as ofertas de ajuda feitas pelos caboverdeanos nos EUA, não apelando mesmo à solidariedade internacional, o que levou António José Telo a afirmar que se nessa altura tivesse sido feita qualquer tentativa de ocupação de Cabo Verde, iria ter um bom acolhimento da população<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Arquivo Histórico Militar, n.º de Série 724, pasta 37-6-522-71, Secção de Cabo Verde

<sup>43</sup> Telo, António José - *Portugal na segunda guerra mundial: 1941-1945*, Lisboa: Universidade de Lisboa: faculdade de letras, 1989, p.31.

## 4. A emergência de uma cultura de identidade

### caboverdeana

#### 4.1. Claridade e Certeza

O sentimento de instabilidade e insatisfação dos intelectuais caboverdeanos em relação à política colonial da metrópole, despertou, no início do século XIX, com o aparecimento de algumas ideias independentistas.

A primeira tentativa de desligar o arquipélago de Portugal surgiu na segunda década do século XIX com o movimento caboverdeano “*pró Brasil*” em Santiago, na sequência da revolução liberal portuguesa de 24 de Agosto de 1820. Não se tratava de um movimento para a independência nacional, mas sim de uma possível ligação ao Brasil para onde havia sido transferida a Corte Portuguesa.

O movimento acabou por não avançar, mas nem por isso deixaram de surgir vozes de descontentamento em relação à situação do arquipélago. Foram vários os factores que contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência política e social caboverdeana. O desenvolvimento de instituições de ensino, o desenvolvimento de uma *elite* caboverdeana letrada e o aparecimento de uma imprensa caboverdeana no arquipélago e no exterior (através da emigração para os EUA), os acontecimentos internacionais marcados pelas revoltas nos territórios colonizados por Espanha (Cuba e Filipinas), e, por fim, a descuidada tutela e desleixo da administração colonial do arquipélago, foram alguns desses factores.

A acompanhar todo este desenvolvimento cultural esteve a instalação das Companhias Carvoeiras Inglesas na ilha de S. Vicente a partir de 1850, que deu início a um período de industrialização do arquipélago, acompanhado de um período de prosperidade, com consequências sociais e políticas: “*jornais, sindicatos, associações e grêmios recreativos e desportivos, greves e outras manifestações cívicas e políticas com*

*mobilização proletária começam a fazer parte do quotidiano mindelense, ora para festejar, ora para reivindicar os direitos laborais.”*<sup>44</sup>.

O progressivo desenvolvimento de um conjunto de instrumentos jornalísticos<sup>45</sup>, permitiu o desenvolvimento de um grupo de intelectuais caboverdeanos conscientes da situação política e social do arquipélago, defensores dos interesses caboverdeanos.

Os artigos publicados permitiram a divulgação das vivências quotidianas caboverdeanas e o desenvolvimento de uma opinião pública em torno dos problemas do arquipélago exigindo a sua resolução.

As actividades deste grupo de intelectuais caboverdeanos, a reivindicação de uma autonomia administrativa e a valorização dos habitantes do arquipélago resultaria no primeiro despertar do nacionalismo caboverdeano e do desenvolvimento do movimento nativista.

As reivindicações da geração intelectual nativista viriam a ganhar um novo fôlego com a notícia da implantação da República, na qual depositavam largas expectativas libertadoras contra a exploração económica e opressão social e racial imposta aos naturais do arquipélago.

De destacar que o movimento nativista não reivindicava uma independência em relação a Portugal, mas sim um melhor tratamento e autonomia do arquipélago tal como acontecia com os Açores e Madeira. O seu patriotismo era, simultaneamente, português e, por isso, recusavam-se a ser tratados como *portugueses de segunda*, mas também como africanos.

No entanto, a implantação da ditadura a 28 de Maio de 1926, significou um duro golpe nos objectivos nativistas, mudando por completo o jogo através da institucionalização da repressão contra os opositores ao regime e a imposição da censura nos meios de comunicação social. Esta situação iria determinar a angústia da intervenção política nativista, que acabou por ceder lugar ao desenvolvimento de uma expressão cultural literária em defesa de uma identidade caboverdeana, dado

---

<sup>44</sup> Vicente Lopes, José – *Cabo Verde. Os bastidores de independência*, Praia: Spleen Edições, 2002, p. 36

<sup>45</sup> Destes instrumentos jornalísticos destacamos os seguintes jornais *Boletim Oficial de Cabo Verde* (1842); o jornal *Independência* (1877); *O Correio de Cabo Verde* (1879); *O Eco de Cabo Verde* (1880); *A Justiça* (1881); jornal *A Alvorada* de New Bedford, *A Voz de Cabo Verde* (1911-1919) e a *Revista de Cabo Verde*.

que todas as manifestações políticas tinham sido proibidas pelo governo. Foi o caso dos intelectuais reunidos em torno do movimento *Claridade*

A revista *Claridade*, surgiu quando um “grupo reduzido de amigos começaram a pensar o nosso problema, isto é o problema de Cabo Verde. Preocupava-nos sobretudo o processo de formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde”<sup>46</sup>.

Ainda que de carácter apenas literário, formalmente pouco reivindicativo em termos políticos, o movimento claridoso não deixou de ser influenciado pelas novidades modernistas que atravessavam o mundo e entravam pelas portas do porto de S. Vicente. Destacamos a publicação do jornal *Legitime Defense* em 1932, pelos negros antilhanos de Paris, denunciando as injustiças sociais praticadas pela colonização francesa nas Antilhas e o movimento da Negritude através da fundação do órgão *L’Etudiant Noir* em 1934 por Leon Damas, Aimé Césaire e Leopold Senghor, para difundirem numa orientação exclusivamente literária, os valores da “alma africana”, os costumes, as crenças, as artes e a literatura, com o fim de defenderem o esmagamento cultural e da alienação, levados a cabo pela cultura francesa.

Enquanto espaço e instrumento de consciencialização, a *Claridade* marcou o início da modernidade literária caboverdeana, desvinculando-a dos parâmetros portugueses/europeus, tanto nos conteúdos e na forma (modelos de métrica e rima) como também na linguagem, uma vez que recorreu várias vezes à escrita em crioulo. Entre 1936 e 1960, foram publicados nove números da revista<sup>47</sup>. Na segunda fase da revista foram-se incorporando novos valores, alargando e enriquecendo com novos poetas. A publicação da *Certeza* em 1944 e do *Suplemento Cultural* em 1958, revelam, através dos escritos, a maturidade e a consciência dos homens que iniciaram o movimento *Claridade*. As manifestações já não eram apenas culturais, assumindo mesmo um carácter político e social.

---

<sup>46</sup> Ferreira, Manuel, in *Do Reino de Caliban I. Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa: Cabo Verde e Guiné-bissau*, Lisboa. Seara Nova, 1975, p. 85.

<sup>47</sup>Em 1936 são publicados dois números, um número em 1937 e em 1948, 1949, 1958 e 1960, um número em cada um destes anos.

## 4.2. A poesia de Amílcar Cabral. A sociedade caboverdeana vista através da sua poesia

Cabral viveu parte da sua infância e a sua juventude num período conturbado da história de Cabo Verde, que ficou marcado, a nível social e económico, pela crise agrícola, pela miséria e pela fome, mas também pela ocupação de algumas centenas de soldados portugueses, a pretexto de uma possível invasão estrangeira durante a II Guerra Mundial. No campo pessoal há que evidenciar a sua experiência de vida entre dois mundos: o mundo rural de Santiago e o mundo urbano de S. Vicente.

Todo este contexto ficou também marcado por um período de trânsito em termos culturais literários, nomeadamente a passagem do movimento da Claridade para a geração da Certeza.

A escrita poética, foi neste período a única forma de expressão utilizada por Cabral. Foi através ela que descreveu a forma como viu e interpretou a sociedade caboverdeana. O próprio, anos mais tarde, descrevia esta forma de expressão como uma “*manifestação artística (que) apesar de toda a característica individual, imanente da personalidade do Poeta, é necessariamente um produto do meio em que tem expressão (quer isto dizer que) por maior que seja a influência do próprio indivíduo sobre a obra que produz, esta é sempre, em última análise, um produto do complexo social em que foi gerada (que tem) as suas raízes mergulhadas nas condições socioeconómicas em que é criada*”<sup>48</sup>, um precioso instrumento para tentar perceber a influência da sociedade caboverdeana no processo de formação e modelação da personalidade de Cabral.

O património poético de Cabral foi marcado por um processo evolutivo, da qual destacamos três fases.

Uma primeira fase, que se aproxima do movimento Claridade “*que surge, dando forma às coisas reais, apontando o mar, as rochas escaldadas, o povo a debater-se nas crises, a luta do povo caboverdeano «anónimo», enfim a terra e o povo de Cabo Verde*”<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Cabral, Amílcar Lopes - *Unidade e Luta. A arma da teoria*, Lisboa: Seara Nova, 1978, p., 25-26.

<sup>49</sup> Idem. p. 27.

Influenciado pelo movimento Claridade a primeira fase da poesia de Cabral ficou marcada pela denúncia do drama, da seca, da fome, miséria e abandono a que tinha sido vetado o homem e o arquipélago, pela mão do homem (neste caso Portugal), mas também pela própria natureza.

Desta primeira fase destacamos três poemas:

### **Naus sem rumo**

*Dispersas  
emersas  
sozinhas sobre o Oceano...  
sequiosas,  
rochosas,  
pedaços do Africano,  
do negro continente,  
as engeitadas filhas,  
nossas ilhas, navegam  
tristemente...*

*Qual náuus da antiguidade,  
Qual naus  
Do velho Portugal,  
(...)*

*São dez as caravelas  
em busca do Infinito...  
são dez caravelas,  
sem velas,  
em busca do Infinito...  
À tempestade e ao vento,  
caminham...  
navegam mansamente  
(...)  
Sem rumo e sem ter fôto,  
Sozinhas  
dispersas,  
emersas,  
nós vamos,  
sonhando,  
sofrendo,  
em busca do Infinito!*

*Mindelo, 1943*

### **Um Sol**

*Cansada, exausto e triste  
a vida se definha  
à luz  
dos raios deste sol abrasador  
que queima a Natureza  
e a beleza  
transforma lentamente  
em cinzas dum passado  
inolvidável...*

*Eu sofro ao ver assim  
sofrer,  
chorar,  
finar,  
os filho da Natura!*

*Mas eis que um Sol brilhante  
misterioso;  
eu vi nascer na terra  
e a Vida trouxe à vida...*

*Um sol que alegre e afaga,  
e não queima..."*

Larbac, s/d

### **Chuva**

*Um sol abrasador,  
teimoso,  
ardente,  
e mau  
sufoca com os seus raios os  
transeuntes,  
nas ruas da cidade ...*

*Havia já seis dias  
que a chuva não vinha...*

*Havia já seis dias  
que o sol, teimosos e ardente,  
torturava,  
queimava,  
As faces contraídas dos  
transeuntes,  
e fazia  
mais triste  
tão triste a pobre gente...*

*De súbito, um trovão  
falou num rimbombar  
tremendo,  
rolante e assustador  
(...)  
Caía fortemente  
a desejada chuva  
caía  
e, na rua,  
em bandos hilariantes  
em filas de nudez,  
passavam  
meninos e meninas...*

*Praia, 1943*

| |

Em *Naus sem rumo*, Cabral elabora uma alegoria às ilhas caboverdeanas como parte integrante do continente africano. Já nesta altura, Cabral não via o arquipélago como algo desligado do continente, pondo em causa a própria soberania portuguesa no arquipélago, o abandono do arquipélago e a necessidade de encontrar o seu próprio rumo.

No poema *Um Sol*, Cabral solidariza-se com o sofrimento da terra e dos caboverdeanos. Ao mesmo tempo que renuncia o tema de aridez, apresenta em tom profético um futuro de esperança para o seu povo.

Por fim, o poema *Chuva* é a expressão da antítese entre dois mundos, um mundo onde o sol queima e destrói a alegria e a vida do caboverdeano, de «*faces contraídas ... tão triste e pobre*» e nua, expressões que, rapidamente, mudam com a chegada das chuvas. E, novamente, a alegria e a esperança volta a sobressair no rosto do homem caboverdeano.

A segunda fase da sua poesia, já inserida no contexto da Academia Cultivar e da Geração Certeza, fruto da evolução e da influência dos poetas da Claridade onde “*os Poetas – o contacto com o Mundo é cada vez maior – sentem e sabem que, para além da realidade caboverdeana, existe uma realidade humana, de que não podem alhear-se.*”<sup>50</sup> .

Nesta segunda fase da poesia de Cabral, é visível a influência dos poetas da *Academia Cultivar*,<sup>51</sup> a qual deu origem à *Folha da Academia Certeza*.

Cabral tentou ser membro da Academia mas viu a sua entrada proibida, face à oposição de alguns membros, “*Lembro-me de A. Cabral, foi meu colega de turma, pretender ingressar na Academia. Fez um trabalho e apresentou-o, condição para se aceite ou não. Como em todos os tempos as capelinhas funcionaram. Havia um grupo que tinha combinado irradiá-lo. E conseguiram-no*”<sup>52</sup> .

---

<sup>50</sup> *Ibid.* p. 27.

<sup>51</sup> Dela fizeram parte António Nunes; Arnaldo França; Guilherme Rocheteau; Nuno Miranda; Tomaz Martins; Felinto Menezes e Orlanda Amarílis. Contou também com a colaboração de Manuel Ferreira, na altura militar do corpo expedicionário.

<sup>52</sup> Laban, Michel, *Cabo Verde: encontro com escritores*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1992, p. 263.

Fundada em 1942, este núcleo cultural de jovens estudantes do liceu, na sua maioria mestiços<sup>53</sup>, de inspiração neo-realista, viria a romper com o regionalismo da Claridade. Embora sem rejeitar o elogio da cultura caboverdeana, apresentavam um carácter mais ideológico e aberto para o mundo, onde o sonho num futuro melhor marcava a diferença da poesia da Claridade.

Desta fase destacamos os poemas:

| <i>Que fazer</i>                 | <i>.... Sim quero-te ...</i>            | <i>No fundo de mim mesmo</i>          |
|----------------------------------|---|---------------------------------------|
| (...)                            | <i>Quero-te quando solitário</i>        | <i>No fundo de mim mesmo</i>          |
| <i>Eu não compreendo a vida:</i> | <i>cismo na nossa vida,</i>             | <i>eu sinto qualquer coisa que</i>    |
| <i>Há luta entre os humanos,</i> | <i>nossa triste vida...</i>             | <i>fere minha carne;</i>              |
| <i>Há guerra;</i>                | <i>e optimista, esperançoso eu vejo</i> | <i>que me dilacera e tortura...</i>   |
| <i>Há fome e há injustiça</i>    | <i>o meu futuro,</i>                    | <i>...qualquer coisa estranha</i>     |
| <i>imensa:</i>                   | <i>o teu futuro,</i>                    | <i>(talvez seja ilusão),</i>          |
| <i>Há pobres seculares,</i>      | <i>e uma vida melhor...</i>             | <i>qualquer coisa estranha que eu</i> |
| <i>Aspirações que morrem...</i>  | (...)                                   | <i>tenho não sei onde,</i>            |
| <i>Enquanto os fortes gastam</i> | <i>Quero-te quando contemplo o</i>      | <i>que faz sangrar meu corpo,</i>     |
| <i>Em gastos não precisos</i>    | <i>nosso mundo,</i>                     | <i>que faz sangrar também</i>         |
| <i>aquilo que os outros</i>      | <i>um mundo de misérias,</i>            | <i>a Humanidade inteira!</i>          |
| <i>querem....</i>                | <i>de dor,</i>                          | (...)                                 |
| (...)                            | <i>e de ilusões...</i>                  |                                       |
|                                  | <i>...e penso, e creio e tenho</i>      |                                       |
|                                  | <i>a máxima Certeza</i>                 |                                       |
|                                  | <i>do romper da aurora</i>              |                                       |
|                                  | <i>do "dia para todos"</i>              |                                       |

Lisboa, 1946

<sup>53</sup> No arquipélago caboverdeano, nunca se praticou a distinção usual nas outras colónias ente negros e brancos. Havia sim uma diferenciação a nível económico, mas que acabava por se traduzir na cor da pele. Os alunos que frequentavam na altura o Liceu "m'ningos d' São Vicente" como eram chamados, filhos da «elite» portuguesa-caboverdeana, faziam parte da Academia. A tez e o seu baixo nível económico de Cabral poderão ter contribuído para a oposição à sua entrada, uma vez que a nível intelectual nada podia haver contra, pois era considerado um dos melhores alunos na altura. O fim do colonialismo português e a subida ao poder de uma nova «elite caboverdeana» assumidamente negra, que tinha estado envolvida na luta armada pela independência na Guiné, e o afastamento de cabo Verde do ideal *portugalidade-europeia-branca* por uma africanidade, fez ressurgir questões raciais que a sociedade colonial havia mantido abafados com a ideologia de construir uma hierarquia baseada no factor económico e não na raça.

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| s/d | <p><i>não tarda ... e já vem perto...</i></p> <p><i>... e o mundo de misérias</i></p> <p><i>será um mundo de homens...</i></p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p><i>Eu quero-te! Eu quero-te!</i></p> <p><i>Como o dia de amanhã!...</i></p> | s/d |
|-----|---|-----|

Repare-se que nestes três poemas, o assunto já não é apenas a sociedade caboverdeana e o lamento das suas agonias, mas sim, uma realidade humana inteira que sofre. Foi um mundo novo que se abriu para Cabral, onde a abordagem de temas como a guerra e as contradições sociais marcam um novo período poético de Cabral.

A terceira fase da sua poesia ficou marcada pela reunião das duas vertentes anteriores, mas sobretudo pela necessidade de transcender o cantar das dificuldades do arquipélago “onde as árvores morrem de sede, os homens de fome – e a esperança nunca morre”<sup>54</sup>.

Nesta fase, o poeta que continua “de mãos dadas com o povo, de pés fincados na terra e participando no drama comum (deve agir, substituir o sonho e o discurso de «querer partir» pelo sonho de criar) *outra terra dentro da nossa terra*”<sup>55</sup>.

Aqui, Cabral recusa o papel de simples poeta espectador-narrador para dar início a uma terceira fase, a de actor-participante.

Destacamos três poemas, que marcaram este período de transição de Cabral, *Segue o teu rumo irmão*, *Grito de revolta* e o poema *Não poesia*.

|                                      |                                 |                          |
|--------------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| <b><i>Segue o teu rumo irmão</i></b> | <b><i>Grito de Revolta</i></b>  | <b><i>Não poesia</i></b> |
| <i>Segue o teu rumo irmão:</i>       | <i>Quem é que não se lembra</i> | <i>... Não poesia...</i> |

<sup>54</sup> Cabral, Amílcar Lopes, *Unidade e Lutai. A arma da teoria*, Seara Nova, 1978, p., 27

<sup>55</sup> Idem. p. 28-29.

Para além dos montes que sangram  
Há planícies sem fim onde reina a Vida.  
Da terra redimida libertada  
brota flores perfumadas o saboroso Pão.

(...)

Segue o teu rumo irmão:  
Para além de um Sol já velho e defraudado  
há um puro Sol cruzando os infinitos  
vivificando a Vida.  
São hinos celestiais o rir dos pequenitos  
de crianças – crianças  
Que a dir e a fome e o frio não maculam  
na estrada matizada de esperanças.

(...)

(Ouve-me a voz Irmão:  
Para além das palavras de um verso  
Há cantos que são Poemas há poemas que são Vida  
- e que eu não sei compor)  
Segue o teu rumo Irmão:  
Na luta desigual escreverás o teu Poema  
E deixarás ao mundo ao Universo  
a obra de um Amor

- Que amanhã na planície conquistada  
da terra redimida Libertada  
os Homens irmanados colherão o saboroso Pão.

daquele grito que parecia trovão?!  
- É que ontem soltei meu grito de revolta.

Meu grito de revolta ecoou pelos vales mais longínquos da Terra,  
atravessou os mares e os oceanos,  
transpôs os Himalaias de todo o Mundo,  
não respeitou fronteiras,  
e fez vibrar meu peito...  
Meu grito de revolta fez vibrar os peitos de todos os Homens,  
confraternizou todos os Homens  
e transformou a Vida...

...Ah! o meu grito de revolta que percorreu o Mundo,  
que transpôs o Mundo,  
o Mundo que sou eu!

Ah! o meu grito de revolta que feneceu lá longe,  
muito longe,  
na minha garganta!

Na garganta-mundo de todos os Homens.

Lisboa, 1946

Não te escondas nas grutas de meu ser,  
não fujas à vida  
Quebra as grades invisíveis da minha prisão,  
abre de par em par as portas do meu ser  
- e sai...

Sai para a luta (a vida é luta)  
os homens lá foram cham por ti,  
e tu, Poesia és também homem.  
Ama as Poesias de todo o Mundo,  
- ama os homens  
Solta teus poemas para todas as raças,  
para todas as coisas.  
Confunde teu corpo com todos os corpos do Mundo,  
confunde-te comigo ...

Vai poesia

Toma os meus braços para abraçares o Mundo,  
dá-me os teus braços para que abrace ávida.  
A minha Poesia sou eu.

Lisboa, 1946

s/d

Foi neste quadro complexo e dramático da realidade sócio-económica da história de Cabo Verde, que despertou Cabral para a percepção do meio social.

Tal como dizia – *a minha poesia sou eu*. Mas este *eu* já não era um ser passivo, mas sim activo tanto pelo *Grito* como pela procura de um *Rumo*.

Podemos dizer que foi a vivência, a experiência e identificação com o arquipélago, que mais tarde levaram Cabral a abranger Cabo Verde no contexto da luta de libertação.

## **Capítulo II – Os anos decisivos da formação em Portugal. 1945-1952**

## 1. Portugal entre 1945-195

### 1.1. A sociedade portuguesa: a situação política e socio-económica

Depois da Guiné e Cabo Verde, Portugal, mais precisamente a cidade de Lisboa, constituiu o terceiro espaço de formação de Cabral. Durante o tempo em que viveu em Portugal (1945-1952), viveu-se no país um período de crise económica, política (nacional e internacional) e social.

Depois de 1945 apenas em Portugal e Espanha sobreviveram regimes de tipo fascista. O regime do Estado Novo (Salazarismo), oriundo do golpe militar de 1926, criou a União Nacional, partido único, autoritário, estritamente subordinado à política e ao aparelho estatal.

Portador de uma concepção do mundo, do homem e do ser social, o governo do Estado Novo procurou moldar, a todos os níveis da sociedade civil, de acordo com os seus «novos valores», ou seja educá-la e informá-la na moral nacionalista, corporativa e cristã “*«integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação», de «resgatar as almas portuguesas», de «educação política do povo português em harmonia com os princípios da Revolução Nacional»*”<sup>56</sup>.

Estas aspirações tomaram forma através de um trabalho sistemático de imposição autoritária desses valores, apoiada na aplicação de medidas institucionais «consagradoras de uma pretendida unicidade político-ideológica».

A aplicação desta ideologia passou pela “*«monopolização da vida política pelo partido único do regime», «saneamento político da função pública e estabelecimento legal de critérios políticos de acesso aos cargos públicos», «imposição a partir do Estado de uma organização corporativa ... visando enquadrar o conjunto de actividades económicas, sociais, culturais e administrativas de*

---

<sup>56</sup> Mattoso, José, «Saber durar (1925-1949)», in História de Portugal, vol. VII, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.260.

*acordo com os princípios do regime», «orientação ideológica do ensino, sobretudo a nível primário (com) programas de ensino rigidamente politizados»<sup>57</sup>.*

A defesa do regime estava assente em dois instrumentos, a censura e a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), rebaptizada, em 1945, como Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). A censura funcionou enquanto aparelho repressivo que legitimava a acção do governo, controlando a imprensa, o teatro, a rádio, o cinema, mais tarde a televisão, visava assuntos dos mais variados níveis, desde políticos a morais. A PIDE, através de uma extensa rede de informadores presentes em todo o país e em todos os sectores sociais, fez vigorar no país um império de medo.

A repressão do regime do Estado Novo foi sendo progressivamente contestada por intelectuais, artistas que se assumiam como opositores. A principal força política organizada, ainda que na clandestinidade, era o Partido Comunista Português que, dispondo de alguma influência nos meios operários e no campesinato, esteve por trás da preparação de greves e manifestações de protesto que terminavam com a feroz repressão da polícia de choque ou da Guarda Republicana, mas também pela perseguição aos opositores.

A par da questão política e social, o país debatia-se com fraco desenvolvimento económico.

No final da II Guerra Mundial, Portugal era um dos países mais atrasados da Europa, mesmo quando outros países europeus saídos da guerra arrancavam para um crescimento económico com o auxílio do Plano Marshall.

A agricultura, sector económico onde trabalhava a maioria da população, encontrava-se muito pouco desenvolvida e com grandes disparidades em todo o país.

No Centro e Sul do país predominavam os latifúndios e abundava a mão-de-obra, mas o atraso na mecanização e o absentismo dos proprietários mantinham a produtividade muito baixa. No resto do país, maioritariamente constituído por zonas de pequena propriedade, praticava-se uma agricultura tradicional resistente à introdução de novos processos e do cultivo de novas culturas, que resultava na pouca produtividade.

---

<sup>57</sup> Idem. p. 251-252.

A auto-suficiência alimentar, um dos objectivos do nacionalismo económico defendido pelo regime salazarista, obcecado pela estabilidade financeira, nos anos trinta, não tinha sido alcançada, continuando Portugal a importar grandes quantidades de produtos agrícolas.

A partir de final da década de 40, a ideia de que Portugal era um país essencialmente de actividade agrícola, começava a ser posta em causa. Apelava-se para um maior investimento e liberdade no sector industrial, cujo objectivo era promover um maior crescimento económico.

Alguns empresários dispunham-se a investir na indústria. Deste modo, no início dos anos 50, foi adoptado um novo modelo de desenvolvimento que privilegiava a industrialização, ainda que submetida a rigorosas regras de condicionamento industrial. Foram lançados planos de fomento que estabeleciam as bases fundamentais da política económica nacional (o primeiro plano entre 1953-58, e o segundo entre 1959-64). Somente a partir dos anos 60 e com a entrada de Portugal na EFTA, se veio a admitir a entrada de investimentos estrangeiros, conduzindo o país ao fim do isolamento.

## **1.2. A questão colonial: fundamentos e práticas de dominação**

Com o início do Estado Novo, surgiu uma nova forma de olhar para os territórios colonizados em África, na altura constituídos por Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

Terminada a guerra de pacificação nos territórios colonizados, foram sendo recriados e, progressivamente, instalados sistemas de regulação económica, social e cultural, destinados a administrar os territórios e povos colonizados.

A política colonial adoptada por Portugal baseou-se no modelo da assimilacionista e de administração directa, cujo objectivo central era integrar os povos colonizados no povo colonizador. Com base nesta política, o sistema administrativo, judicial,

político e económico deveria ser uma cópia da organização da metrópole, com a diferença de que os povos colonizados considerados *não-cidadãos*, poderem depois de um processo de assimilação, tornar-se cidadão de pleno direito no país colonizador e adquirir os mesmos direitos que qualquer outro cidadão.

A publicação do Acto Colonial de 1930 (Decreto n.º 18 570, de 5 de Julho), durante a interinidade de Salazar na pasta das colónias, veio substituir a anterior legislação relativa aos territórios colonizados, presente no título V da Constituição de 1911.

Incorporado na Constituição de 1933, o Acto Colonial de 1930, definiu o quadro jurídico e institucional geral de uma nova política para os territórios colonizados por Portugal, abrindo uma “*fase «imperial», nacionalista e centralizadora (...) para o aproveitamento das colónias*”<sup>58</sup>.

Resumidamente, esta lei veio proclamar ser da “*essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam*” (Artigo 2.º do Acto Colonial).

Esta «função» assumiu um carácter económico que visava tornar estes territórios economicamente vantajosos para Portugal, e um carácter «civilizacional», uma vez que era da responsabilidade dos governantes portugueses “*conduzir à civilização (...) raças decadentes e atrasadas*”<sup>59</sup>.

A fim de nacionalizar e de reforçar a unidade política de todo este território foi fixado um regime centralizador no campo político, administrativo e económico, assente em cinco princípios essenciais:

1. Restrição às concessões a estrangeiros, tanto no domínio territorial ou na exploração de portos comerciais;
2. A nacionalização das concessões do Estado, ainda que de capital estrangeiro;
3. Criação de uma «comunidade e solidariedade natural», com base nas relações económicas entre Portugal e os territórios colonizados;

---

<sup>58</sup> Mattoso, José, «Saber durar (1925-1949)», in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.254.

<sup>59</sup> Cabrita, Dalila – *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa: Inquérito, 1999, p. 25.

4. Extinção da figura institucional dos altos-comissários, substituída pelo governador-geral ou de colónia;
5. Fim da autonomia financeira das colónias.

Estas medidas abriram uma nova fase na história da colonização portuguesa, identificada pela promoção da política imperial, através da implantação de um modelo nacionalista e centralista, subordinando os interesses dos territórios colonizados aos da metrópole.

Aos territórios colonizados cabia a tarefa de abastecer Portugal de matérias-primas baratas e mão-de-obra, absorver algumas produções metropolitanas e proporcionar rendimentos.

Este ideal económico encontrava-se protegido por argumentos de direitos históricos portugueses e pela recuperação da concepção clássica da colonização do século XIX, como ficou enunciado no artigo 133.º da Constituição de 1933, onde constava ser função histórica de Portugal de *colonizar as terras descobertas sob a sua soberania e comunicar e espalhar entre as populações que aí vivem os benefícios da sua civilização, exercendo também a sua influência moral em benefício do Ocidente*”.

A proposta do Governo para a *civilizar e evangelizar* (e elevar) *de um nível inferior até à categoria de portugueses* os habitantes dos territórios colonizados, assentou num sistema de educação colonial «rudimentar», onde a igreja<sup>60</sup> participou activamente na difusão da ideologia colonial portuguesa.

Invocando a moral cristã, os católicos e os missionários categorizavam o «índigena» como seus iguais, e, por conseguinte, tentavam assimilá-los a si próprios, negando a sua identidade e cultura religiosa.

---

<sup>60</sup> Para atingir o objectivo de «civilizar» os habitantes destes territórios, o Estado Novo contou com o importante apoio da Igreja Católica. Em 1911, os dirigentes republicanos de Portugal adoptaram uma série de medidas anti-clericais, entre elas a *Lei da Separação do Estado da Igreja*, de 20 de Abril e a nacionalização dos bens da Igreja.

A implantação da Ditadura Militar representou uma reacção a esta situação criada pela República, com a elaboração do *Estatuto Orgânico das Missões Portuguesas de África e Timor* (Decreto n.º 12 421, de 13 de Outubro de 1926), com finalmente campo livre de acção das congregações religiosas nos territórios colonizados, tinha-se em vista, combater a influência das missões estrangeiras, nomeadamente protestantes, considerada *desnacionalizadora e potencialmente subversiva*. Coube ao regime do Estado Novo dar início um processo negocial com vista a criação de um sistema bem definido e estável das relações Estado-Igreja. Este processo culminou com a assinatura de uma *Concordata entre Portugal e a Santa Sé*, de 7 de Maio de 1940, que oficializou as relações entre as duas partes, e que reafirmou a posição e os direitos da igreja católica nos territórios colonizados.

A educação católica destinada aos «indígenas», consistia que estes adquirissem “*hábitos e aptidões de trabalho de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais, compreendendo na moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais.*”<sup>61</sup>

A civilização defendida pelo Governo português centrava-se dentro de certos limites, ou seja estes «novos homens civilizados» teriam sempre uma função subordinada, cabendo ao branco o papel de dirigente ou técnico e ao negro a obrigação do trabalho braçal, a impor pela força se necessário.

A política colonial regulamentada pelo Acto Colonial, não sofreu qualquer alteração significativa com a revisão constitucional de 1945, apenas com a sua revogação na revisão constitucional de 1951, foram feitas algumas alterações.

As alterações foram sobretudo de ordem terminológica, com a substituição dos termos «império colonial» e «colónias» por «ultramar português» e «províncias ultramarinas».

Estas modificações formais nos instrumentos que regulamentavam os territórios sob dominação portuguesa, tinham como principal objectivo a preservação de um «império», que permanecia igual na sua filosofia, num mundo onde já sopravam ameaçadores ventos de mudança em direcção à independência/descolonização.

Para fazer valer a sua ideologia colonizadora, o regime dotou-se de dois importantes instrumentos jurídicos de dominação: o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique (Decreto n.º 12 533, de 30 de Outubro de 1926, reformulado pelo Decreto n.º Decreto-lei n.º 39:666, de 20 de Março de 1954) abolido em 1961; Código de Trabalho dos Indígenas (Decreto n.º 16 199, de 6 de Dezembro de 1928), substituído em 1962 pelo Código de Trabalho Rural.

---

<sup>61</sup> Paulo, João Carlos - *A honra da bandeira portuguesa: a educação colonial no sistema de ensino português (1926-1946)*, Lisboa [s.n.], 1992, Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Nova de Lisboa, p. 158.

### 1.3. O Estatuto do Indigenato e os particularismos do caso caboverdeano

Vimos, anteriormente, a forma como o governo colonizador português fez da educação escolar um importante instrumento de dominação e inferiorização do homem negro africano, bem como a transformou num recurso indispensável para a divulgação da sua ideologia.

A aplicação de um estatuto especial para os povos dos territórios colonizados, através de um sistema jurídico e social, simbolizou a produto mais acabado da dominação portuguesa.

O artigo 2.º do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto-lei n.º 39 666, de 20 de Março de 1954), considerava «indígena», “*os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.*”.

Podemos depreender que este «indígena» candidato a português, era todo o homem negro residente nos territórios colonizados que não possuísse os valores e comportamentos portugueses.

Cabia ao Estado português promover “*por todos os meios o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indígenas, o desenvolvimento das suas aptidões e faculdades naturais e, de maneira geral, a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para a transformação dos usos e costumes primitivos, valorização da sua actividade e integração activa na comunidade, mediante acesso à cidadania.*” (Artigo 4.º).

Todos estes ensinamentos tinham como fim último transformar este homem negro-africano num cidadão português “*amantes e orgulhosos da sua Pátria, da sua língua, dos seus costumes e da sua crença.*”<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> Nóvoa, António[et al ], org. - *Para uma história da educação colonial*, Lisboa: Educa, 1996 (sociedade Portuguesa de Ciências da Educação), p. 405

A obtenção da cidadania portuguesa era feita por um processo de aculturação e assimilação, ou seja a construção de um novo homem negro-africano à imagem do português.

O processo encontrava-se organizado em três etapas, o «indígena» como já referimos, seguindo-se o «destribalizado», ou seja todos aqueles que não eram nem «assimilados» nem «indígenas», e, por último, o «assimilado», nomeadamente o novo cidadão português produto da colonização portuguesa.

O «indígena» que conseguisse alcançar este estatuto, não lhe estavam vedadas as portas para o ingresso na sociedade colonial, só que as barreiras eram de tal modo intransponíveis, que poucos o conseguiam. Os obstáculos com que se deparavam deixavam-no, na maior parte das vezes, no limiar da entrada, pois não bastava saber ler e escrever em português. Os requisitos de natureza económico-social eram tão difíceis de atingir, para não contar com a imagem que a sociedade portuguesa tinha sobre ele, que o deixava continuar “*na situação que lhe havia sido (pre)destinada: a do eterno indigenismo*”<sup>63</sup>.

O percurso realizado pelo «indígena» para obter o estatuto de cidadão português era um processo moroso, nem sempre garantido ou vitalício, muito menos comparável ao do cidadão português da metrópole “*A cidadania concedida ou reconhecida nos termos dos artigos 58.º e 60.º poderá ser revogada por decisão do juiz de direito da respectiva comarca, mediante justificação promovida pela competente autoridade administrativa, com intervenção do Ministério Público. (apesar de o individuo poder recorrer da sentença, uma vez) julgado definitivamente o recurso, será apreendido o bilhete de identidade e o interessado voltará a ser considerado indígena, excepto para o cumprimento das obrigações que haja assumido para com terceiros.*” (Artigo 64.º do Estatuto dos Indígenas).

Entre os vários requisitos necessários para a obtenção da cidadania portuguesa, destacamos a condição do candidato exercer uma profissão, arte ou ofício que garantisse um rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim.

---

<sup>63</sup> Cruz, Elisabeth Ceita Vera – *O Estatuto do Indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa. O caso de Angola*,. Luanda: Novo Imbondeiro Editores, p. 131.

Em Cabo Verde, apesar da não aplicação do Estatuto do Indígena, a situação pouco se diferenciava dos restantes territórios, a aplicação de outros diplomas legislativos, acabaram por ditar as mesmas leis.

Destacamos o “Decreto-lei de 27 de Maio de 1911”, que regulou para o território o contracto de trabalhadores caboverdeanos, e a aplicação do chamado “regulamento do trabalho indígena” pela Portaria n.º 109 de 1913.

Este último estabelecia que *“Todo o indígena da província de Cabo Verde está sujeito à obrigação moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhe faltem de subsistir e de melhorar a própria condição social. Tem plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação mas, se não cumprir de modo algum, a autoridade pública pode impor-lhe essa obrigação”* (artigo 1.º).

Este regulamento viria a ser reforçado em 1928, com a aplicação do “Código do Trabalho dos Indígenas das Colónias portuguesas”, aprovado pelo Decreto n.º 16 199, de 6 de Dezembro.

Apenas em 1947, em parte devido ao deflagrar da crise, esta situação viria a sofrer algumas alterações com a aplicação do Diploma legislativo n.º 956, de 4 de Novembro. Este Diploma veio declarar a não aplicabilidade aos naturais de Cabo Verde da “classificação de indígena” assim como nem ao território o “regime de indigenato”.

O preâmbulo deste Diploma é bastante claro no que diz respeito à sua aplicação, *“As crises resultantes da falta de chuvas tendem a ser sempre mais frequentes e mais graves, parecendo por isso aconselhável que se facilite a saída da colónia de indivíduos com trabalho assegurado em outras colónias. O cumprimento das formalidades exigidas pelas leis vigentes acarreta despesas que a maioria, se não a totalidade, dos que pretendem emigrar não poderia suportar. As populações de Cabo Verde, segundo a redacção dada ao único artigo 246.º da Carta Orgânica da Lei n.º 2016, de 29 de Maio de 1946, não estão sujeitas nem à classificação de indígena nem ao regime de indigenato. É porem manifesto que as regalias que o Código do Trabalho Indígena garante aos trabalhadores são mais vantajosas para eles do que as estabelecidas no Código Civil. Por isso se reconhece a necessidade de estabelecer normas de contrato que, garantindo aos trabalhadores contratados de Cabo verde todas as regalias que o Código do*

*Trabalho Indígena oferece, não os sujeitem a exigências incompatíveis com o seu grau de civilização*”<sup>64</sup>.

A adopção de uma legislação diferenciadora entre os habitantes dos territórios colonizados (o homem negro-africano) e os portugueses leva-nos a estar perante os velhos estereótipos da teoria esclavagista tradicional, agora revestidos com uma roupagem jurídica.

A anterior imagem que se transmitia do negro servia para justificar o tráfico de homens escravizados e da escravatura, também o racismo jurídico facilitava aos colonialistas, a defesa de uma política colonial.

---

<sup>64</sup> «Diploma Legislativo n.º 956, de 4 de Novembro de 1947» in Carreira, António - *Migrações nas ilhas de Cabo verde*, Lisboa, Universidade Nova, 1977, p. 202

## 2. Amílcar Cabral e a sua integração na sociedade portuguesa

### 2.1. A Casa dos Estudantes do Império

A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi um importante espaço de acolhimento dos estudantes vindos dos territórios colonizados, para continuar os seus estudos em Portugal. Fundada em fins de 1944, numa Assembleia-Geral das casas de Angola, Moçambique e Cabo Verde, contou com o apoio do Ministro das Colónias, Vieira Machado e de Marcello Caetano, na altura Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa.

Bolseiro da CEI, durante a sua estadia, Cabral foi um participante nas actividades desenvolvidas pela Casa, onde registou um percurso de franca ascendência entre 1947-1951. Durante este período Cabral desempenhou funções como Secretário da Direcção da Secção das Ilhas de Cabo Verde, Guiné e São Tomé, e assume a vice-presidência da Casa em 1951.

A sua actividade não se limitou ao desempenho de funções administrativas, no âmbito cultural, foi também presidente do Comité de Cultura, e co-fundador e colaborador do boletim informativo e cultural da Casa – *Mensagem*.

Interessa-nos aqui realçar a participação de Cabral no boletim *Mensagem*, uma vez que, através dos artigos que publicou, é-nos possível observar o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação à sociedade.

No boletim *Mensagem*, Cabral publicou um total de seis artigos (dois poemas, dois comentários, um ensaio e uma carta), nomeadamente *Comentários a “Monstro” de Juvenal Cabral* e o poema *Rosa Negra* no número 7, em Janeiro de 1949; *Carta para longe*, um *Poema* e um *Comentário* no número 11, de Maio a Dezembro de 1949; e, por fim, o texto integrante no seu relatório de estágio *A defesa da terra*, no número 13, em Janeiro de 1952.

No comentário ao livro de seu pai *Memórias e Reflexões*, Cabral debruçou-se sobre as páginas dedicadas à situação agrícola e a crise alimentícia com a qual o arquipélago, ciclicamente, se debatia, questão a seu ver de *permanente actualidade e interesse*.

Tal como seu pai, Cabral defendia uma rápida intervenção por parte do governo português para a resolução deste problema. Uma solução que, antes de mais, deveria passar, “*por uma luta consciente, sincera e desinteressada, baseada num plano racionalmente estabelecido, nascido das realidade que condicionam a vida do Arquipélago*”<sup>65</sup>.

É importante realçar neste comentário, a forma como Cabral encarava a questão agrícola no arquipélago, mas sobretudo a passividade e do governo colonial em relação à situação do arquipélago.

Talvez influenciado pelo pai e pelos sucessivos apelos deste ao governo colonial para a resolução do problema, para Cabral não parece estar em causa a situação colonial do arquipélago.

Tal como seu pai, homem do período nativista, Cabral considerava-se, nesta altura, um caboverdeano e parte integrante do sistema português, como comprova a sua afirmação, “*todos nós, portugueses, em geral, e caboverdeanos, em particular*”.

Esta ideia é reforçada por Cabral no final do comentário, realçando a ideia de uma ligação entre o futuro do homem caboverdeano e a sua contribuição para o desenvolvimento de Portugal, “*para que o povo caboverdeano, liberto do espectro da fome, possa viver e dar, na medida das suas grandes possibilidades, o contributo necessário ao engrandecimento do Ultramar Português – de Portugal.*”<sup>66</sup>.

Este resíduo nativista de Cabral, fruto da influência de seu pai, iria entrar em ruptura, nesse mesmo ano, com a queda do muro do refeitório da Assistência na cidade da Praia (1949), que provocou a morte a quase 300 pessoas que ali se encontravam à espera de alimentos. Este acontecimento além de reforçar em Cabral o sentimento de abandono do arquipélago, veio confrontar Cabral sobre a condição colonial de Cabo Verde.

A notícia mereceu apenas uma pequena nota nos jornais nacionais, facto que deixou Cabral revoltado, o “*desastre da Praia teve ainda outra consequência e, certamente, mais importante: a de revelar aos que desconheciam o que se passa em Cabo Verde, que alguma coisa de*

---

<sup>65</sup> Cabral, Amílcar, «Em defesa da terra». Boletim de Propaganda e Informação, Ano I, Novembro, 1949, p.2.

<sup>66</sup> Cabral, Amílcar, «Comentário». Mensagem: boletim da Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, ALAC, 1996,

*catastrófico aí se passa: (...) Pena é que na Metrópole, a Imprensa não tenha debatido, nem comentado sequer, o acontecimento*”<sup>67</sup>.

O acontecimento serviu para alertar Cabral para o racismo e desprezo da metrópole com o que acontecia nos territórios colonizados (neste caso Cabo Verde), como revela a reprodução de um comentário de um português em relação ao acontecimento, *“pelo menos aqueles trezentos não morrerão de fome”*.

A situação económica e social do arquipélago, o estado de abandono que se encontrava e, sobretudo, o sentimento de desprezo, que sentiu na metrópole por parte dos próprios portugueses, serviram para acentuar as suas angústias relativamente ao futuro de Cabo Verde.

No artigo *Hoje e Amanhã*, Cabral voltou a levantar estas questões humanas em geral, mas caboverdeanas em particular, *“Desde que entrei na casa dos vinte, uma ideia teimosa tem ocupado o meu cérebro, chocando-se de encontro a outras ideias, outras preocupações - nós vivemos hoje a era das constantes preocupações ... filho das preocupações que tanto me afligem, como afligem a todo o homem que deseja viver e sente que não vive ... os anseios são vontades firmes de colaborar para o progresso de todos, e as esperanças não são pontos de interrogação; são realidades.”*<sup>68</sup>.

A inexistência (ou mesmo a impossibilidade) de instrumentos de livre divulgação em Portugal, onde os estudantes das colónias pudessem participar sem quaisquer restrições, fez com que a Mensagem se transformasse num importante veículo de expressão, partilha e consciencialização primária de conhecimentos e sentimentos dos estudantes africanos em Portugal.

A CEI e a Mensagem, revelaram-se importantes instrumentos de integração de Cabral em Portugal, assim como contribuíram para a construção de uma importante rede de contactos de jovens conscientes e com vontade de aprender e fazer alguma coisa contra o sistema colonial. Tal desenvolvimento aconteceu noutra importante pólo de formação de Cabral, o Centro de Estudos Africanos (CEA).

---

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

## 2.2. Centro Estudos Africanos: negritude e emergência cultural de uma teoria de libertação nacional em Cabral

O período entre as duas guerras mundiais foi propício para o desenvolvimento de uma consciência negra-africana e colonizada no mundo.

Neste processo de consciencialização, o movimento *Black Harlem Renaissance* também conhecido por *New Negro*, desencadeou um amplo movimento de consciência histórica, política e cultural, empenhado na valorização do negro e pela igualdade de direitos<sup>69</sup>. Aqui o negro deixava de representar o papel de vítima, para assumir o papel de realizador, produtor e actor da sua história e futuro.

A par deste renascimento cultural estava também um movimento político, o Pan-africanismo liderado por William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963)<sup>70</sup>. Num protesto contra o imperialismo em África, o pan-africanismo defendia a independência dos países africanos bem como uma associação entre todos os territórios africanos a fim de promover e defender a sua integridade política, económica e cultural.

A internacionalização da questão negra, africana e colonial, originaram o desenvolvimento de um conjunto de movimentos, essencialmente literários, durante as décadas 20 e 30 do século XX.

Exemplos disso são o movimento de *Revalorização do Negro na América do Sul* no Brasil em 1926, o *Indegenismo Haitiano* em 1927, o *Negrismo Cubano* em 1928, e a *Negritude* na França a partir de 1935, do qual Aimé Césaire, Léon Damas e Léopold Sédar Senghor foram os principais intervenientes.

---

<sup>69</sup> O sentimento de pertença e de orgulho nos valores da civilização negra africana, apologista de uma unificação africana e anticolonialista, começou a desenvolver-se no século XIX, por pensadores como Alexandre Crumnel (1819-1898) ou Edward Wilmot Blyden (1832-1912), o fundador da recuperação do orgulho da raça, através do conceito *African Personality* em 1893.

<sup>70</sup> Du Bois organizou os cinco primeiros congressos pan-africanos. O primeiro em Paris (1919), Londres (1923), Nova Iorque (1927) e Manchester (1945), sendo este último aquele que ganhou uma maior audiência africana graças a George Padmore.

Apesar das limitações políticas e culturais, estes movimentos não deixaram de causar algum impacto na camada negra-africana mais instruída de Portugal e territórios colonizados.

Dividimos este impacto em dois períodos, um primeiro situado entre 1910-1928 e um segundo período após 1945.

Aproveitando o clima de abertura e liberdade de expressão instaurado pela República surgiram, na metrópole e nos territórios colonizados, algumas organizações (1911-1930)<sup>71</sup>, que se debruçaram sobre as questões do mundo negro-africano e colonizado.

Apesar da existência de actividades no campo político e social, a área ideológica continuava por esclarecer, pois apesar de defensores de um desenvolvimento pleno e autónomo dos territórios, consideravam que este deveria ser realizado em cooperação com Portugal, defendendo a “*transformação de Portugal e África numa grande pátria das raças livres que fraternizam sem privilégio de dominação ou soberania de umas sobre as outras*”<sup>72</sup>.

No final de 1930, estes *letrados do sistema* caracterizavam-se como um grupo que se via como negro, mas cujo discurso assentava na reivindicação de um estatuto jurídico, social e político de africanos portugueses, inseridos no espaço e ideologia de um *Portugal Maior*.

O segundo período teve início a partir de 1945, com a criação da Casa dos Estudantes do Império (CEI), prolongando-se até às independências em 1975, ficou marcado pelos estudantes que prosseguiram os seus estudos em Portugal.

Herdeiro da experiência cultural anterior, este grupo de jovens estava mais politizado e consciente da situação colonial a que estavam submetidos. Parte desta consciencialização deveu-se às novas políticas internacionais relativas aos territórios colonizados.

---

<sup>71</sup> Desenvolveu-se nos territórios colonizados um conjunto de organizações, Ligas e Grémios, voltado para o domínio social, como a promoção da instrução e o desenvolvimento dos seus sócios. *A Liga Guineense* (1911), *Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe* (1910), *Liga Angolana* (1912); o *Grémio Africano de Lourenço Marques* (1920). Na metrópole surgem dois partidos políticos, nomeadamente a *Liga Africana*, oficialmente fundada a 23 de Junho de 1920, e o *Partido Nacional Africano*, fundado a 21 de Março de 1921.

<sup>72</sup> Andrade, Mário Pinto de - *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Publicações d. Quixote, 1998, p.177.

Tanto a CEI como Centro de Estudos Africanos (CEA) ou o Clube Marítimo Africano (CMA), foram mais do que locais onde os estudantes das colónias portuguesas se encontravam.

Foram também um importante espaço de formação, primeiro cultural, seguindo-se um período político revolucionário para os jovens que a frequentavam. Foi na CEI e no CEA que se formou e desenvolveu o grupo de intelectuais africanos que constituíram os movimentos de independência. Apelidados por Pepetela de *Geração da Utopia*, ficaram também conhecidos como a *Geração de 50*.

Com a instalação, em Julho de 1952, de uma Comissão Administrativa na CEI, esta deixou de ser um lugar seguro para os jovens que a frequentavam, nos quais começava a emergir uma consciência sobre a situação colonial em que os seus países encontravam e mesmo a sua situação enquanto negro e colonizado na metrópole.

No estudo *Pele Negra, Máscaras Brancas* realizado por Frantz Fanon, numa tentativa de compreender as relações entre negros e brancos, era na metrópole que o homem negro dos territórios colonizados mais sentia o peso da colonização e do racismo. Era na metrópole que descobria que, mesmo na posse de um diploma, não gozava do mesmo estatuto de que gozava o homem branco, “*O Negro (...) se for para a Europa terá de repensar a sua condição. Porque o negro em França, no seu país sentir-se-á diferente dos outros. Disse-se precipitadamente: o negro inferioriza-se. A verdade é que o inferiorizam.*”<sup>73</sup>.

Foi neste contexto que surgiu o Centro de Estudos Africanos (CEA). Praticamente clandestino, formado às margens da CEI na casa da família Espírito Santo em Lisboa. Funcionou entre 1951-1953, constituído por um grupo de estudantes que já frequentavam a CEI, do qual faziam parte Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Alda Espírito Santo, Humberto Machado, Noémia de Sousa e Francisco José Tenreiro, entre outros.

O CEA aparece com dois objectivos muito específicos: primeiro, estudar e conhecer África nas mais diferentes áreas; segundo, redescobrirem-se a si próprios enquanto negros-africanos inseridos num contexto colonial, “*o objectivo era estudar África (...) Era preciso dar a conhecer, conhecermo-nos a nós próprios. Para os portugueses nós assimilados (...) de África nós tínhamos a vivência, a vivência material, a vivência social, mas não tínhamos*

---

<sup>73</sup> Fanon, Frantz - *Pele negras, máscaras brancas*. Porto: Paisagem Editora, 1975, p. 161

*tido nos respectivos países respectivos, a possibilidade de pensar a nossa cultura (...). Era necessário tomar consciência disso: era uma autoconsciencialização da cultura africana na sua globalidade (...) e das diversas culturas no quadro continental negro e para lá do mundo negro”<sup>74</sup>.*

Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro elaboraram um plano de trabalho do Centro, dividido em três vertentes: uma vertente direccionada para o estudo geral do homem e do meio envolvente (*A terra e o homem*); uma segunda vertente virada para África e as questões sociais e económicas do continente (*A sócio-economia africana/Os problemas do ultramar português*); e uma terceira vertente onde eram abordadas as questões do homem negro com temas sobre, *o pensamento negro, o negro no mundo e o negro como colonizador do novo mundo e os problemas centrais para o progresso do mundo negro*.

Através deste programa, o estudante negro na metrópole começou a pensar e a problematizar seriamente a sua situação enquanto homem negro e colonizado.

Embora Francisco José Tenreiro, em 1945, através do poema *A ilha de Nome Santo de 1945* e do texto *Poesia Negra ‘José Maria’ de 1947*, tenha introduzido em Portugal questões relativas ao negrismo em Cuba e ao renascimento negro americano, foi Mário Pinto de Andrade através da obra *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache*, de Senghor, quem introduziu no meio estudantil português a negritude por volta de 1948.

Terá sido Mário Pinto de Andrade quem introduziu Cabral no pensamento negro anti-colonial através da Antologia de Senghor.

O impacto que este livro teve sobre Cabral é-nos descrito nas suas próprias palavras: *“Coisas de que eu nem sonhava, poemas maravilhosos escritos por Negros de todas as partes do mundo francês que falam da África, de escravos, de homens, da vida e das aspirações dos homens...Sublime...infinitamente humano....Este livro traz-me muito e, entre outras coisas, a certeza que o Negro está a acordar no mundo.”<sup>75</sup>.*

Tal impacto pode ser verificado nos seus escritos, o homem que retrata no seu trabalho, já não é o caboverdeano sem qualquer característica física (repare-se que até agora toda a poesia de Cabral é marcada pela ausência da cor), mas sim o

---

<sup>74</sup> Laban, Michel - Mário Pinto de Andrade: uma entrevista dada a Michel Laban, Lisboa: engenheiro João Sá da Costa, 1997, p. 71.

<sup>75</sup> Amílcar Cabral in, Laranjeira, J.L.Pires – *A Negritude Africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 110.

homem *negro-africano*, uma marca constante em todos os seus escritos a partir de então. O poema Rosa é um exemplo desta mudança de discurso.

### Rosa Negra

*Rosa*

*Chamam-te Rosa, minha preta formosa,  
e na tua negrura  
teus dentes se mostram sorrindo.*

*Teu corpo baloiça, caminhas dançando,  
minha preta formosa, lasciva e ridente  
vais cheia de vida, vais cheia de esperanças  
em teu corpo correndo a seiva da vida  
tuas carnes gritando  
e teus lábios sorrindo...*

*Mas temo a tua sorte na vida que vives,  
Na vida que temos...  
amanhã terás filhos, minha preta formosa  
e varizes nas pernas e dores no corpo;  
minha preta formosa já não serás Rosa,  
serás uma negra sem vida e sofrente,  
serás uma negra sem vida e sofrente,  
serás uma negra  
e eu temo a tua sorte!*

*Minha preta formosa não temo a tua sorte,  
que a vida que vives não tarda a findar...  
minha preta formosa, amanhã terás filhos  
mas também amanhã...  
...amanhã terás vida.*

Do CEA saíram importantes obras, que contaram com a participação de alguns membros do grupo. A participação de Cabral na edição especial da revista *Présence Africaine (Les étudiants noirs parlent)*, com o texto *O papel do estudante africano*, foi mais um reflexo da mudança para um discurso negrista e africano ao mesmo tempo. Caso para dizer que “*Agora é o novo negro que surge entre duas guerras, consciente dos problemas e da sua particular alienação, alienação colonial e reivindica o seu lugar nos quadros da vida económica, social e política*”<sup>76</sup>.

A publicação do *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, produzida pelo Centro que não contou com a participação de Cabral nem de nenhum texto caboverdeano. A ausência de uma representação caboverdeana pode ilustrar um conflito existente entre os participantes do Centro em considerar a cultura caboverdeana como africana ou portuguesa: “*Os estudantes caboverdeanos na Metrópole têm estado divididos acerca do carácter regional do povo crioulo: português ou africano?*”<sup>77</sup>.

A justificação encontrada para esta ausência é-nos apresentada por Francisco José Tenreiro: “*A poesia negra de expressão portuguesa é de toda a mais jovem. ... Poder-se-á estranhar a ausência de poetas de Cabo Verde: tal sucede por, em nossa opinião, a poesia das ilhas crioulas, com raríssimas exceções, não traduzir o sentimento da negritude que é a razão-base da poesia negra. ... Trata-se, porém, de uma poesia de características regionais bem vincadas, fruto da aculturação do Negro no Arquipélago, e, como tal, merecedora de um estudo muito particularizado.*”<sup>78</sup>.

Cabra, enquanto caboverdeano, encontrava-se envolvido neste conflito intelectual. A ausência da sua participação no *Caderno*, bem como o estado avançado do seu pensamento em relação aos colegas (na sua poesia de infância, Cabral considerava Cabo Verde como parte integrante de África) poderá ter tido algum peso na sua decisão de regressar à Guiné. Tratava-se de um reencontro com as suas raízes, mas também poder conhecer a África profunda descrita pelos negritudinistas, aliado ao projecto de lutar contra a condição imposta ao homem negro-africano<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> Laranjeira, J. L. Pires - *Negritude Africana de língua portuguesa. Textos de apoio (1947-1963)*. Braga: Angelus Novus, 2000, p.14.

<sup>77</sup> *Idem*. p. 112

<sup>78</sup> *Ibid*. p. 20

<sup>79</sup> “*He wanted to go to africa with a clear political purpose in mind. He wanted to go to Guinea eventually but it was luck that he was able to go right away. You can be absolutely certain that his life’s ambition was to go to Guinea and engage in political work. That was the only thing he talked about...He would always say that he had to go back ‘home? And fight there. He used to say that he had to learn about his country and that it was only there that he would be able to fulfil himself.*” Testemunho

Esta negritude que Cabral mais tarde apelidou de *reafricanização* ou *retorno às fontes*, constituiu uma fase importante na sua formação, a quem o percurso assimilacionista, proposto pelo governo colonial, tinha alienado da sua realidade.

Repare-se que, já nesta fase, a percepção de Cabral em relação à negritude ultrapassava o simples retorno às fontes, este era apenas um aspecto transitório.

A iniciativa a tomar para ultrapassar este estatuto de «inferiorizado» imposto pelo governo colonizador, passava pela recusa da assimilação cultural e iniciar o caminho para a *reafricanização* que propõe, quer isto dizer, ultrapassar “*todas as dificuldades, fugindo às tentações, libertando-se dos compromissos de alienação cultural (e, portanto, política), soube reencontrar as suas próprias raízes, identificar-se com o seu povo*”<sup>80</sup>.

### **2.3. A formação política e técnica**

#### **2.3.1. Lisboa: palco de uma formação política**

##### **revolucionária**

A formação política de um jovem em Portugal, na segunda metade do século XX, estava dependente de quatro factores. A sua rede de amigos e círculo social, as actividades em que estava envolvido (políticas e sociais), as leituras que fazia e as informações mundiais que chegavam ao país através da imprensa clandestina.

Na segunda metade do século XX, Lisboa reunia todas estas condições, além de ter sido o ponto de encontro para os estudantes africanos recém chegados dos territórios colonizados, foi também palco de várias manifestações contra o regime político vigente promovidas pela oposição.

A CEI, mais que um ponto de encontro de estudantes foi também um importante centro de informação e formação política. Segundo o testemunho de Tomás

---

de Maria Helena Rodrigues, primeira esposa de Cabral in Chabal, Patrick, Amílcar Cabral, *Revolutionary leadership max*. Londres: Hurst & Company, 2002, p.46.

<sup>80</sup> Cabral, Amílcar Lopes - *Unidade e Luta. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978, p., 99.

Medeiros a CEI foi palco de três tendências políticas: “*uma que era proto-colonial; havia outra de tendência Partido Comunista, ou directamente ou através do MUD-Juvenil, ...; e havia uma terceira tendência que, sem ser anti-comunista, sofria bastante influência dos negros no mundo, norte-americanos, Haiti, etc., e também da negritude*”<sup>81</sup>.

O CEA, deu origem à formação de uma corrente anti-colonialista e revolucionária, assunto sobre o qual os movimentos políticos da oposição, como o Partido Comunista Português (PCP), o Movimento de Unidade Democrática (MUD), o Partido Socialista, ou a União Socialista, ainda não tinham assumido uma opinião ou uma atitude a respeito da questão dos territórios colonizados.

Os objectivos políticos imediatos dos opositores ao regime eram a «revolução democrática nacional», o derrube do regime fascista e a implantação de um regime democrático.

Esta movimentação política abriu espaço para a introdução no meio estudantil de correntes ideológicas, modelos políticos e outras movimentações políticas que tinham ou estavam a ser colocadas em prática noutros países.

As informações sobre estes assuntos chegavam ao meio estudantil através de jornais, boletins e folhas clandestinas ou livros censurados pelo regime.

Coube ao PCP a divulgação de grande parte deste material, sobretudo na divulgação no meio estudantil das ideologias marxista e leninista, que se transformaram em importantes instrumentos de análise social para os estudantes<sup>82</sup>, “*um instrumento de análise que o marxismo concedia, mas ao mesmo tempo tentava encontrar uma via fora do Partido Comunista. ... havia acontecimentos na Europa que nos pressionavam. Havia a Revolução de Outubro na União Soviética, havia a Revolução Chinesa, o Vietname, a Argélia, etc., e isso obrigou-nos a procurar uma via diferente, mas contra o colonialismo português. (...) esta tendência*

---

<sup>81</sup> Laban, Michel – *Cabo Verde: encontro com escritores*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1992, p. 178.

<sup>82</sup> Reorganizado sobre novos moldes, de acordo com as concepções leninistas de partido, esta nova organização, assentava na “criação, como «espinha dorsal», de um quadro profissionalizado de funcionários clandestinos; montagem de uma rede de «pontos de apoio» e tipografias instalados em casas clandestinas; funcionamento de acordo com métodos conspiratórios rigorosos (compartimentação dos quadros e organismos, uso de pseudónimos, adopção de normas viradas de segurança, nas reuniões e deslocações, etc...), e estruturação a partir de células de empresa como organismos de base. (...) Simultaneamente, nisso distinguindo-se radicalmente da tática então seguida pelo velho PCP, liga-se à «luta de massas», à agitação social nos grandes centros operários, conhecendo um rápido e explosivo crescimento e uma notável revitalização de quadros.” In *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, Direcção José Mattoso, coordenação de Fernando Rosas, Lisboa: Editorial Estampa, vol. VII, 1998, p. 338-339.

*sem ser anti-comunista, tentava utilizando o marxismo - que foi de uma grande importância como instrumento de análise da realidade colonial*<sup>83</sup>.

Enquanto estudante universitário em Lisboa, Cabral pôde beneficiar na sua formação, destes quatro factores. A sua participação na CEI e no CEA e na faculdade, permitiram-lhe desenvolver uma forte rede de amizades e alargar o seu círculo social, permitindo-lhe estar em contacto com as ideias políticas da oposição, bem como pertencer ao círculo de uma biblioteca itinerante (clandestina ou não) que percorria esta mesma rede de amizades.

Faziam parte deste círculo social Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto (membro do PCP), Francisco José Tenreiro (professor universitário e funcionário no Ministério do Ultramar), Marcelino dos Santos e Vasco Cabral (membros do MUD-Juvenil), Noémia de Sousa (com alguma ligação ao MUD Juvenil), a família Espírito Santo, Alda Lara, Maria Helena Rodrigues (com quem se casou em 1951), e, mais tarde, Viriato Cruz.

Esta rede de amizades, poderá ter possibilitado uma grande circulação de livros, uma importante forma de consciencialização. Entre os textos sobre a negritude, há que realçar algumas leituras políticas, *Éditions Sociales*, *Noções Elementares* de Politzer e o *Manual sobre o Marxismo* de Lefèbvre.

Maria Helena Rodrigues menciona o interesse de Cabral pela literatura política “*Impressionava-me que todas as vezes que nos encontrávamos, Amílcar trazia sem falta um livro sobre questões políticas ou sociais que não tinham nenhuma relação com a sua carreira no nosso Instituto de Agronomia.*”<sup>84</sup>.

Embora seja conhecida a solidariedade de Cabral com os movimentos opositores ao regime na luta anti-fascista, pouco se sabe sobre a profundidade do seu envolvimento nas actividades políticas.

A ausência de um debate sobre a situação dos territórios colonizados e a falta de uma posição, por parte dos movimentos políticos em relação ao futuro destes territórios, poderão ter afastado Cabral de uma participação directa e activa nos movimentos.

---

<sup>83</sup> Laban, Michel – *Cabo Verde: encontro com escritores*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1992, p. 180.

<sup>84</sup> Ignátiev, Oleg – *Amílcar Cabral*. Moscovo: Edições Progresso, 1984., p. 59.

A formação política de Cabral em Portugal esteve envolvida num conjunto de factores que, mais do que pelo conhecimento através dos livros, passou pela sua experiência de vida.

A análise social e cultural que trouxe de Cabo Verde, a luta anti-fascista em Portugal e o início de uma luta anti-colonial, a sua rede de amizades e leituras realizadas, proporcionaram a Cabral o desenvolvimento do seu pensamento político. Os seus estudos em agronomia muito contribuíram para um conhecimento da sociedade portuguesa, sobretudo na dicotomia rural/urbano e o carácter das lutas que se realizavam em ambos os locais, “*Como engenheiro agrónomo trabalhei em Portugal em determinadas regiões onde existem 70% de analfabetos. ... Portugal não tem uma infra-estrutura económica que lhe permita fazer concorrência às outras potências do mundo*”<sup>85</sup>.

### **2.3.2. A formação de Engenheiro Agrónomo: da teoria à prática**

A educação colonial portuguesa assumiu duas vertentes. Entre o ensino nos territórios colonizados reduzida ao mínimo intelectual e destinada ao ensino prático de alguma actividade, opunha-se o ensino colonial na metrópole. Este tinha como principal objectivo a promoção de iniciativas de educação com vista à socialização de uma consciência imperial, no seio da população escolar.

Foram criadas para este fim, um conjunto de normas e de instituições escolares responsáveis pela formação de futuros quadros técnicos e administrativos do sistema colonial.

Entre as instituições escolares criadas para esse efeito, encontramos o Instituto Superior de Agronomia (ISA), onde Cabral iniciou os seus estudos no ano lectivo de 1945/46.

---

<sup>85</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e Luta II. A prática revolucionária*. Lisboa:Seara nova, 1977, p. 205.

Finalizou a parte escolar do curso em Julho de 1950 e, em Agosto do mesmo ano, começou o estágio obrigatório para a obtenção do grau de licenciatura e o estatuto profissional de engenheiro agrónomo.

O relatório de final curso: *O problema da erosão do solo. Contribuição para o estudo da região de Cuba (Alentejo)*, no qual obteve uma classificação de 18 valores, permitiu-lhe formar-se com uma média de 15 valores.

Terminado o curso, foi contratado pelo Ministério do Ultramar, como técnico-adjunto dos Serviços Agrícolas da Guiné, onde durante três anos (1952-1955), desempenhou a função de Engenheiro Agrónomo na Repartição Tecnológica Colonial, no Posto Agrícola Experimental de Pessubé.

Cabral, de certa forma, acabou por cumprir, deste modo, os objectivos da segunda fase do sistema de educação colonial, embora ele próprio tenha partido para o seu trabalho com objectivos completamente opostos ao que lhe haviam ensinado na escola.

Durante a sua formação como engenheiro agrónomo Cabral focou a sua atenção em dois pólos: Cabo Verde, devido a sua situação agrícola, e o Alentejo, considerado “*o celeiro de Portugal*”, mas, no entanto, a região mais pobre do país.

A sua atitude perante estes dois pólos evidenciou-se pela elaboração de um estudo científico aprofundado e rigoroso, cujo objectivo foi promover desenvolvimento do Homem nestes dois países.

Relativamente a Cabo Verde, entre 1949-52, Cabral publicou no Boletim de Propaganda e Informação um conjunto de sete artigos, dedicados à situação agrícola caboverdeana, mais especificamente ao problema da erosão com objectivo de “*mostrar à grande massa de dirigidos a necessidade premente de defender a terra*”<sup>86</sup>.

A agricultura, base da economia caboverdeana, encontrava-se muito pouco desenvolvida e produtiva. Em parte devido ao desconhecimento técnico do agricultor caboverdeano, ao qual se acrescentava o fraco investimento do governo e dos grandes proprietários na aplicação de técnicas que pudessem melhorar a condições do terreno ou a introdução de novas técnicas de cultivo.

O trabalhador caboverdeano era a principal vítima desta política: *em Cabo Verde ... Se o trabalhador se aproxima do escravo sob o ponto de vista económico afasta-se dele socialmente, é*

---

<sup>86</sup> Cabral, Amílcar, «Em defesa da terra». Boletim de Propaganda e Informação, Ano I, Novembro, 1949, p.3.

*escravo se quiser. Mas esta liberdade é fictícia: a fome e a falta de uma organização sindical forçaram-no a estar à mercê da exploração dos senhores, menos responsáveis que os da escravatura, pois limitam-se a alugar o trabalhador enquanto este pode fornecer trabalho e, depois laçam-no na miséria, não tendo assim a preocupação dos seus inspiradores de “aturar um velho inútil”<sup>87</sup>.*

Tendo a conta a situação agrária do arquipélago, Cabral via no “*badio*<sup>88</sup>, *homem do campo, pilar afinal, em que fundamentalmente, deve assentar toda a esperança duma ressurreição da economia caboverdeana*”<sup>89</sup>, o motor de desenvolvimento da economia agrária do Arquipélago, essencialmente a ilha de Santiago que considerou ser “*o celeiro natural do arquipélago*”<sup>90</sup>.

Segundo Cabral, este desenvolvimento deveria estar assente num esforço comum e na reunião de três condições. Primeiro, a “*colaboração íntima entre as entidades responsáveis e o povo, uma colaboração leal, onde, sem dúvida e necessariamente não terão lugar interesses que não vissem só e somente o bem-estar geral.*”<sup>91</sup>.

Segundo, a instauração de medidas preventivas da erosão ou da reconversão do solo, através do estudo da realidade e das necessidades, utilizando conhecimentos científicos, para poder dele retirar melhor proveito da terra, com o aproveitamento e a utilização, com o mínimo de perda possível, das águas das chuvas, construindo para tal diques de curso de água, albufeiras, represas e cisternas, a rearborização com espécies que melhor se adaptem ao meio, a racionalização da agricultura através do estabelecimento de um sistema de culturas adaptadas ao meio.

Terceira e última condição para o desenvolvimento destas medidas era necessário consciencializar o homem caboverdeano, «*homem da rua*», acerca dos problemas de Cabo Verde, uma vez que era “*necessário e indispensável que o caboverdeano conheça a sua terra, isto é, possua um mínimo de conhecimentos acerca das circunstâncias e dos problemas que condicionam a sua vida afim de que conscientemente, possa dar o devido apoio em toda e qualquer medida tendente a melhorar a sua existência.*”<sup>92</sup>.

---

<sup>87</sup> Ribeiro, Jorge, «Cabo verde por dentro: da condição do trabalhador caboverdeano». *Mensagem: boletim da Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa: ALAC, 1996,

<sup>88</sup> Denominação dada aos habitantes da ilha de Santiago

<sup>89</sup> Cabral, Amílcar, «Em defesa da terra». *Boletim de Propaganda e Informação*, Ano I, Novembro, 1949, p.5.

<sup>90</sup> *Ibid.* p. 5.

<sup>91</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>92</sup> Cabral, Amílcar, «Em defesa da terra». *Boletim de Propaganda e Informação*, Ano I, Novembro, 1950, p. 15.

Os problemas que assolam tanto a terra como o homem caboverdeano, estão no centro das preocupações de Cabral neste período, como nos foi possível verificar. A terra e a sua defesa surgem como a única forma de poder prover o caboverdeano de uma vida digna.

No tocante a Portugal, é conhecida a clássica assimetria da estrutura de propriedade e da exploração agrícola em Portugal, e as diversas propostas económicas e políticas apresentadas pelo governo relativas ao presente e futuro da actividade.

Em 1953, os campos ocupavam 44,2% dos portugueses activos e era deles, que em 1950, provinham 33,5%, isto é cerca de um terço da riqueza nacional contra 31,7% do total produzido pela indústria<sup>93</sup>.

No relatório de estágio dedicado aos *“jornaleiros do Alentejo – trabalhadores dos latifundiários, homem de vida incerta que a erosão ameaça”*, Cabral criticou a estrutura agrária e organização social da região de Cuba: *“1.39% dos proprietários possui aproximadamente 80% da área cultivada da freguesia (...) sendo que quase metade da população da freguesia se dedica a agricultura (5300 habitantes)”*<sup>94</sup>.

Efectuou também duras críticas às políticas do governo adoptadas para esta região, nomeadamente à política cerealífera adoptada pelos governos para o Alentejo: *“a exploração cerealífera, ocupa, praticamente a totalidade da área estudada – a cultura do trigo domina (onde) as áreas destinadas à pastagem tende a desaparecer, para dar lugar ao cereal (e o Alentejo transforma-se no) celeiro de Portugal por força das circunstâncias”*<sup>95</sup>. ~

Criticou também a introdução de uma agricultura mecanizada, *“sem o correspondente arranjo económico-social, (que contribuía para o) abismo cada vez mais acentuado entre os dois pólos da estrutura socioeconómica alentejana: o latifundiário (ou lavrador) e o jornaleiro.”*<sup>96</sup>.

O regime de propriedade que considerava ser o *nó górdio* do problema agrário do Alentejo e para o qual não via uma tentativa de resolução do problema entre governo e proprietário, levou-o a afirmar que *«os latifúndios perderam o Alentejo»*.

Tendo em conta este panorama, Cabral previa para Cabo Verde e Alentejo a necessidade urgente de um estudo rigoroso para a defesa da terra e,

---

<sup>93</sup> Mattoso, José, «Saber durar (1925-1949), in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.383.

<sup>94</sup> Cabral, Amílcar – *Estudos agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT, 1988, p. 123.

<sup>95</sup> *Idem*. p. 122.

<sup>96</sup> *Ibid.* p. 122.

consequentemente, do homem. Neste caso vai mais longe dizendo que este estudo deveria “*transcender a escala regional para se integrar numa planificação nacional de conservação do solo*”<sup>97</sup> .

A resolução do problema passava também por uma “*educação do povo (...) intimamente ligada ao condicionamento socio-económico da região ou regiões em que é debatido*”.

Cabral defendia ser necessário dotar o povo de uma educação que não se colocasse apenas a nível do conhecimento de como lidar com a terra e das consequências da erosão, mas sobretudo uma educação que pudesse melhorar “*as deficiente condições de vida do trabalhador*”.

---

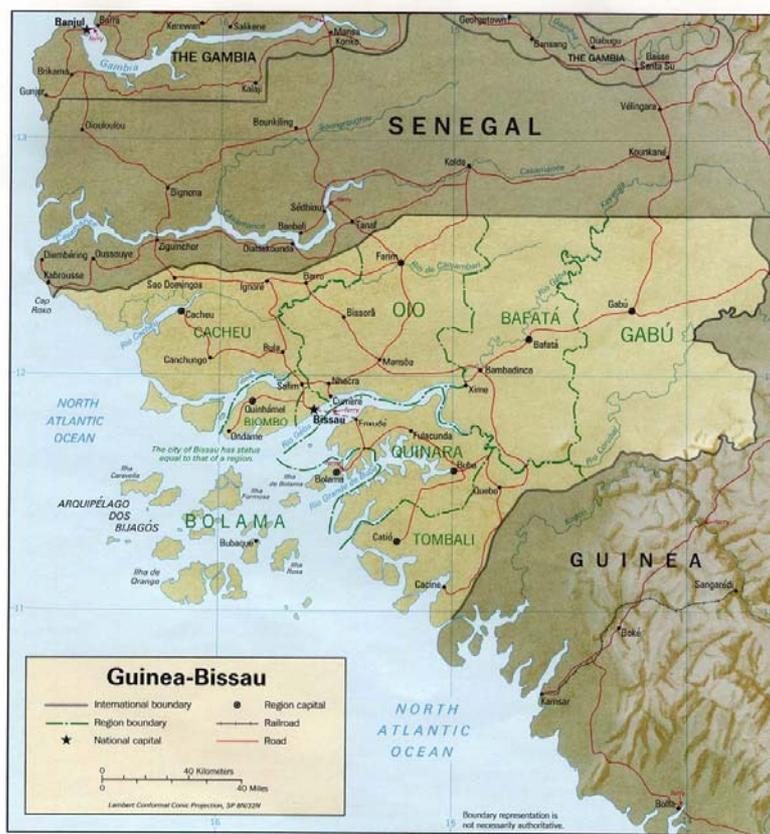
<sup>97</sup> Ibid. p. 122

### **Capitulo III – A aprendizagem e a experiência de outras Áfricas**

## 1. Amílcar Cabral na Guiné-Bissau

### 1.1. A Guiné-Bissau: história e sociedade

Localizada na costa ocidental africana, entre os estados modernos do Senegal e Guiné-Conakry, a Guiné-Bissau (antiga Guiné portuguesa) ocupa uma área de 36 125 km<sup>2</sup>. Corresponde hoje ao que sobrou de uma antiga área de influência portuguesa do século XVI. Esta área abrangia a zona costeira da feitoria de Arguim, prolongando-se até um ponto não especificado da Serra Leoa, território a que a historiografia actual apelidou de Senegâmbia.



**Fig. 2 - Mapa da República da Guiné-Bissau**

Fonte: [http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/guinea\\_bissau\\_rel93.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/guinea_bissau_rel93.jpg)

Resultado de correntes migratórias vindas do Sudão e do Gabú, o território da Guiné-Bissau é marcado pela sua diversidade étnica e linguística (um total de 25

grupos linguísticos), pela diversidade de costumes e pela sua organização política e religiosa (situada entre o animismo, o islamismo e o cristianismo).

Uma característica a realçar do encontro entre os diferentes grupos que habitam o território, foi a capacidade de assimilar e incorporar os modos e costumes de cada um, bem como a sua aptidão para a criação de novas unidades políticas.

Os três principais grupos populacionais do território são:

- a) Os *Balantas*, que constituem o maior grupo do país. Composto por agricultores e criadores de gado. Caracterizam-se pela sua resistência, pela capacidade de viver em comunidade e pelo desenvolvimento de um estilo de vida baseado na independência e liberdade.
- b) Os *Fulas* (ou *Futas*), constituem o segundo maior grupo do país. São agricultores sedentários. Numa primeira fase da colonização mantinham uma relação de cooperação com as autoridades coloniais, o que veio alterar com a introdução do pagamento de taxas.
- c) Os *Mandingas*, terceiro grupo do país constituem um sub-grupo dos Fulas uma vez que o contacto com estes possibilitou a sua integração. Animistas de origem, manifestam no entanto práticas islâmicas, provenientes dos Fulas.

Para além destes três grandes grupos, é de destacar ainda a presença do grupo *Manjaco*; do *Papel*; do *Macanha/Brame*; do *Beafada*; do *Bijagós* e dos *Nalú*, quantificando um total de 52.8% da população<sup>98</sup>.

A chegada das caravelas portuguesas no século XV e de outras embarcações europeias acabaram por alterar profundamente a dinâmica social entre as sociedades tradicionais, tanto no campo político, económico e social.

No campo político, é de destacar a integração do território como distrito da província de Cabo Verde (*Os rios grandes da Guiné do Cabo Verde*) em 1466, mantendo-se sob sua jurisdição até 1879.

No campo económico, destaca-se a construção das primeiras povoações, primeiro Cacheu, seguindo-se Farim e Zinguichor e a edificação da fortaleza de Bissau. A criação destas povoações dedicadas exclusivamente ao comércio entre europeus e africanos veio alterar de forma drástica as relações sociais entre os diferentes grupos

---

<sup>98</sup> Trajano Filho, Wilson - *Polymorphic Creole: the "creole" society of Guinea-Bissau*. United States: UMI, 1998, p.54.

sociais e abriu espaço para o aparecimento e desenvolvimento de um novo grupo social – o *crioulo ou sociedade crioula*<sup>99</sup>.

Este grupo *crioulo* (que não deve ser aqui entendido como um símbolo identitário ou um grupo social específico), nasceu do encontro histórico entre portugueses, caboverdeanos e africanos de diversas sociedades tradicionais<sup>100</sup>. Teve a sua origem num processo histórico, iniciado no século XV pelos *lançados* ou *tangomãos*, aventureiros portugueses e caboverdeanos que se integraram nas comunidades africanas como comerciantes. Em colaboração com este grupo encontram-se os *grumetes*, africanos que se consideravam «cristãos civilizados».

Com a criação, no século XVIII, de vilas e fortes, e a imposição do pagamento de taxas (*Daxa*), este grupo passou a viver nas *praças*, servindo de intermediários entre os comerciantes europeus, os luso-africanos e os dirigentes africanos.

Os *lançados* e os *grumetes* foram indispensáveis na penetração europeia no interior de África. Na realidade foram os pioneiros na implantação política e económica dos europeus na região.

Estes grupos estiveram na origem do que viria a ser designado no século XX por *assimilados/ civilizados* pela legislação portuguesa através da publicação do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Colónias de Angola e Moçambique* de 1926, alargado à Guiné em 1927, e pelo decreto 1:346 de 7 de Outubro de 1946.

A desanexação da Guiné-Bissau da administração caboverdeana em 1879 comprometeu seriamente a posição de Portugal no território, uma vez que esta Guiné, apesar do nome, não era portuguesa, mas também já não era da responsabilidade de Cabo Verde.

Seguiu-se um período de conflitos entre portugueses e africanos (1879-1936), somando um total de, no mínimo, de 81 campanhas, operações secundárias e encontros pontuais. A principal razão destes conflitos deveu-se maioritariamente à

---

<sup>99</sup> *Idem.* p. 101.

<sup>100</sup> “I use the Word ‘creolization’ as a root metaphor to refer to a process of cultural and social change involving masses of people with different bonds of social and political belonging. It presupposes a historical encounter of different and unequal societies the result of which has been a configuration characterized by open or porous boundaries separating the constituent groups, and by a heterogeneity of cultural practices within and across these social units. (...). In these circumstances, people refashion cultural elements from many different sources so that they can be creatively transmuted into a novel social totality – a Creole society. (...). Swinging like a pendulum between the poles of Africanization and Lusitanization, without reaching either extremity, the process of creolization in Guinea had continuity over time. Giving birth to the hybrid social unit I am calling Creole society thanks to the relative balance of forces between a weak colonial power and a fragmented collection of traditional societies, which were never able to act jointly.” *Ibid.* p.61-121.

implantação colonial portuguesa no território e as conseqüentes imposições administrativas e fiscais.

Este clima de resistência viria abrandar durante o regime do Estado Novo, para ser reanimado na década de 1950 com a emergência dos primeiros movimentos nacionalistas no território.

## 1.2. A questão agrícola na Guiné-Bissau

A actividade de Cabral no domínio da agricultura abrangeu, sobretudo o período em que trabalhou enquanto engenheiro agrónomo na Guiné, entre 1953-1955.

Ao contrário de Cabo Verde e do Alentejo, sobre os quais tinha abordado o problema da erosão dos solos e os obstáculos que esta situação criava no desenvolvimento agrícola destes territórios, a Guiné surgiu para Cabral como um desafio tanto a nível profissional, como pessoal.

Pessoal, porque para além de significar o regresso à terra de infância, esta foi a sua oportunidade de conhecer a África Negra que tanto havia sido discutida, nas sessões do CEA e entre os estudantes africanos em Portugal.

A nível profissional foi também um desafio porque, comparativamente ao arquipélago caboverdeano, a Guiné, a nível agrário, era um terreno virgem ainda por desbravar, dando-lhe assim a possibilidade de aplicar, na prática, os conhecimentos que tinha aprendido nos anos de formação do ISA.

Colocado na direcção da Posto Experimental Agrícola de Pessubé em 1952, Cabral procurou, desde logo, inculir-lhe um dinamismo, a fim deste se tornar útil para a Guiné, melhorando o desenvolvimento agrícola do território, que caracterizou como sendo *«atrasada e frágil»*.

Criticando duramente a atitude passiva levada a cabo pelos seus antecessores em relação ao desenvolvimento agrícola na Guiné, *“O Posto não é, nem deve ser, como muitos parecem julgar, a «granja do Estado», destinada a satisfazer as necessidades de alguns habitantes*

da capital em hortaliças e frutas.”<sup>101</sup>, defendia que este organismo deveria ter como objectivo “o melhoramento da agricultura, base da economia da Província.”<sup>102</sup>.

Para atingir este objectivo, alertava às autoridades que fossem “*facultadas ao Posto todas as condições indispensáveis a uma actividade real e útil, exigindo-lhe, consequentemente, o cumprimento da sua missão, ou não valerá a pena alimentar por mais tempo a natureza fictícia da sua actual existência.*”<sup>103</sup>.

Beneficiando de todo o apoio por parte do chefe da Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais, foi criado, por Cabral, o *Boletim Informativo* sobre as actividades da Granja, de carácter bimensal e inserido no *Boletim Ecos da Guiné*.

Do trabalho desenvolvido na Guiné, enquanto engenheiro agrónomo, são de destacar os artigos publicados no *Boletim Informativo*<sup>104</sup>, no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*<sup>105</sup>, e a elaboração do *Recenseamento Agrícola da Guiné* em 1953.

Com uma população de cerca de 528 106 habitantes<sup>106</sup>, marcada por uma grande diversidade étnica e cultural, era na agricultura que estava o denominador comum entre os habitantes da Guiné.

País essencialmente agrário, a base da actividade económica do país estava assente nas práticas agrícolas do *Balanta* e do *Fula* que, “*com base na tradição e no conhecimento empírico do meio, cultivam a terra e são o elemento essencial da economia*”<sup>107</sup>.

A exploração agrícola, base económica do território, encontra-se dividida em dois grupos, uma com características familiares, de subsistência, e outra virada para a exportação.

---

<sup>101</sup> Cabral, Amílcar - *Estudos agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT, 1988, p. 182.

<sup>102</sup> *Idem.* p. 182.

<sup>103</sup> *Ibid.* p. 182.

<sup>104</sup> O primeiro artigo publicado no *Boletim (Ecos da Guiné, Bolama, 3 (30), 1953)*, diz respeito à situação e actividades do Posto, no “*sentido de manter não só as entidades, superiores como o publico em geral a par da actividade do Posto*” (Cabral 1988, p.181). Seguiram-se um conjunto de artigos, que abordam de uma forma simples e sintética «Roseta» do amendoim (*Ecos da Guiné, Bolama, 3 (31), 1953*), a presença de «jutas» na Guiné (*Ecos da Guiné, Bolama, 3 (34-35), 1953*), e a cultura mecanizada, (*Ecos da Guiné, Bolama, 3 (36-37), 1953*).

<sup>105</sup> Do conjunto de artigos publicados neste Boletim, destacamos: «Para o conhecimento do problema da erosão dos solos na Guiné. I – Sobre o conceito de erosão» (Bissau, 9 (33), 1954), «Breves notas acerca da razão de ser, objectivos e processos de execução do recenseamento agrícola na Guiné» (Bissau, 9 (33), 1954), «A propósito da mecanização da agricultura na Guiné portuguesa» (Bissau, 9 (34), 1954), «Acerca da utilização da terra na África Negra» (Bissau, 9 (34), 1954), «Acerca da contribuição dos ‘povos’ guineenses para a produção agrícola da Guiné» (Bissau, 9 (35), 1954), «Recenseamento agrícola na Guiné. Estimativa em 1953» (Bissau, 11 (43), 1956). Para mais informações sobre os trabalhos agrónomicos realizados por Cabral na Guiné, consultar a publicação realizada pelo IICT em 1988, onde é apresentado um conjunto de estudos publicados, bem como a indicação de outros estudos feitos enquanto engenheiro agrónomo.

<sup>106</sup> Dados segundo o recenseamento da população, realizado em 1952

<sup>107</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e Luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978, p.48.

A exploração agrícola local de base familiar (um total de 85 600<sup>108</sup>), a propriedade pertencia à comunidade. Esta propriedade tinha como principal objectivo obter produtos para consumo próprio (agricultura de subsistência) e produção de alguns produtos de exportação, sobretudo a mancarra, para ser vendida no mercado local.

Na agricultura não-autóctone, a propriedade pertencia a uma entidade individual ou colectiva, de capital europeu, que recorria à mão-de-obra local assalariada, para a execução dos trabalhos agrícolas. Os produtos obtidos tinham como destino os mercados exteriores.

As culturas que sustentavam a economia guineense eram essencialmente três: o arroz, o milho e mancarra, sendo as duas primeiras culturas de consumo mais familiar. No entanto a cultura da mandioca, da batata-doce, do algodão, da cana sacarina, entre outras, eram culturas viáveis e produtivas, desde que fossem “*técnica, económica e socialmente orientadas*”, segundo Amílcar Cabral.

Tal como em Cabo Verde e Alentejo, o desenvolvimento industrial na colónia era muito fraco, limitando-se à existência de pequenas unidades industriais destinadas a terminar a preparação dos principais produtos agrícolas para exportação, o arroz, a mancarra, o coconote e óleo de palma<sup>109</sup>.

Um dos argumentos levantados para justificar a fraca produtividade agrícola guineense foi o facto de esta ser pouco mecanizada e que a introdução de maquinaria permitiria aumentar a produção.

Mas mais uma vez, tal como em Cabo Verde e Alentejo, a introdução de maquinarias modernas no sistema de cultivo e economia guineense levantavam, para Cabral, algumas questões, nomeadamente se a introdução da mecanização teria em conta as características locais da Guiné? Quem seria o responsável pela sua introdução, visto que a exploração local e o agricultor não dispunham de meios financeiros para a sua aquisição? Até que ponto a sua introdução iria alterar a estrutura social guineense e resolver o problema de excedente de mão-de-obra?

---

<sup>108</sup> Dados obtidos pelo Recenseamento Agrícola realizado por Cabral em 1953

<sup>109</sup> Segundo os dados fornecidos por Armando Castro, existiam no território “*ao todo quatro fábricas para o descasque do arroz, pertencentes a sociedades europeias, numa pequena unidade para extração de óleo de peixe (...) pequenas fábricas para a extração do óleo de mancarra e umas doze oficinas para cortar as madeiras destinadas à exportação. (...) No que respeita ao coconote, é quase sempre descascado pelo esforço muscular do homem utilizando pedras. No entanto existem já cerca de 80 instalações de descasque mecânico*” in Castro, Armando - *O sistema colonial em África (meados do século XX)*, Lisboa, Editorial caminho, 1980, p.349-350.

Estas eram algumas das considerações, segundo Cabral, a ter em conta, no que dizia respeito à mecanização da agricultura na Guiné, pois tal iniciativa não deveria ser encarada como o “*resultado da vontade ou dos caprichos de dirigentes*”<sup>110</sup>.

A realização do Recenseamento agrícola da Guiné<sup>111</sup> em 1953 permitiu a Cabral a “*obtenção dos elementos essenciais quantitativos e qualitativos, da agricultura*” praticada pelos camponeses guineenses como solicitava o relatório da reunião de Londres<sup>112</sup>, mas também conhecer de perto a realidade da vida deste povo.

Segundo Cabral, a leitura deste recenseamento não deveria limitar-se ao período em que tinha sido realizado e deveria ser tomado como ponto de partida para a realização de políticas que melhorassem a economia guineense e, conseqüentemente, a vida da sua população: “*o relatório do recenseamento deve ser um elemento base de que se... enquanto tiver actualidade, para, pela análise interpretação dos números... estudar não só o estado momentâneo mas também as perspectivas de evolucionismo interno da realidade a que se refere*”<sup>113</sup>. Outra importante lição que retirou da elaboração do recenseamento foi sobretudo perceber a forma como estava organizado o sistema colonial português e o impacto deste sobre a população local.

### **1.3. A organização do sistema colonial na Guiné-**

#### **Bissau**

O principal aspecto da economia colonial portuguesa na Guiné revelava-se na falta de plantações ou de outras empresas para a exploração directa das riquezas naturais, repousando toda a sua actividade económica na agricultura local.

---

<sup>110</sup> Cabral, Amílcar, *Estudos agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT, 1988, p. 201.

<sup>111</sup> O Recenseamento Agrícola realizado em 1953, parte de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), através de uma reunião realizada em Londres entre 15 e 19 de Dezembro de 1947, onde Portugal havia contraído o compromisso de realizar o recenseamento, mas que por falta de verbas e pessoal, só veio a acontecer em 1953.

<sup>112</sup> O relatório da reunião de Londres indicava que o Recenseamento tinha como objectivo obter uma estimativa dos seguintes elementos: “a) Superfícies totais cultivadas e superfícies consagradas às diferentes culturas; b) Número e características simples da população; c) Importância do gado; d) Produção das principais culturas” in *Idem*. p.228

<sup>113</sup> *Idem*. p. 293

A actividade colonizadora no território consistia na aquisição dos excedentes da população local e na fixação de valores de compra e venda muito baixos, quando comparados com os valores oficiais fixados por Lisboa.

Para além do fraco investimento e lucro obtido na colónia, o governo colonial manteve a população guineense submetida a um conjunto de leis que regulavam toda a vida política, jurídica, económica, administrativa e social, retirando ao território toda e qualquer autonomia.

No relatório apresentado em Londres sob o título *The facts about Portugal's African colonies*<sup>114</sup>, em 1960, Cabral denunciou o sistema colonial português com particular incidência nos territórios colonizados Guiné e Cabo Verde.

No que respeita a Guiné, Cabral destacou a situação constitucional e jurídica da Guiné, dominada pela Constituição Portuguesa e pelo Estatuto do Indígena. Estes regulamentos não concediam quaisquer “*direitos políticos aos indígenas em relação a instituições não indígenas*”<sup>115</sup>.

A organização política e administrativa do território era dominada pelo governo português, que era quem decidia “*a vida política, económica e social do povo da Guiné «portuguesa»*”<sup>116</sup>.

A este facto acrescentava-se a impossibilidade dos guineenses participarem na tomada de decisões para estes cargos, bem como no próprio funcionamento das instituições, (o guineense encontrava-se privado do direito de voto e, por norma, eram afastados dos postos de chefia).

Relativamente às instituições tradicionais, era-lhes dado um carácter transitório mas encontravam-se “*subordinadas aos interesses da soberania portuguesa*”<sup>117</sup>.

No campo judicial, a situação não mostrava alterações, além de não poderem participar na elaboração das leis que determinavam “*a solução dos problemas de carácter judicial*”<sup>118</sup>, os guineenses eram julgados segundo atitudes discriminatórias e arbitrarias, onde autoridade administrativa e autoridade judicial se misturavam.

---

<sup>114</sup> Este texto, redigido em Inglês com o pseudónimo de Abel Djassi, editado em Londres em 1960, tem por base o documento do Movimento Anti-Colonialista (MAC) denominado *Manifesto Anticolonialista aos Povos das Colónias Portuguesas de África* de Janeiro de 1961. Mais pormenores sobre este documento serão analisados no 4.º capítulo.

<sup>115</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e Luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978, p.80.

<sup>116</sup> *Ibid.* p. 81.

<sup>117</sup> *Ibid.* p.83.

<sup>118</sup> *Ibid.* p. 92.

Estavam, deste modo, “*sujeito a todos os erros e caprichos das autoridades que o julgam*”, *uma vez que a própria legislação se coíbe da responsabilidade das decisões tomadas «são independentes no exercício da sua jurisdição e irresponsáveis pelas sentenças que pronunciam»* (art. 3, decreto 39.817 de 25 de Setembro de 1954)”<sup>119</sup>.

Tal como em Portugal, todos os partidos políticos e organizações sindicais eram proibidos.

Este conjunto de leis discriminatórias e desumanas, duramente aplicadas sobre o homem guineense e que Cabral presenciou durante a sua estadia na Guiné, foi outro factor decisivo na sua formação.

Factores que o levaram a envolver-se, com mais afinco, no movimento anti-colonial e a elaboração de um modelo político e cultural que, para além de libertar o homem guineense dessa situação, desse-lhe a possibilidade de construir um novo futuro.

### **1.3.1. A presença caboverdeana na Guiné-Bissau**

Uma das particularidades da população guineense foi a emigração caboverdeana para o território ao longo de quatro séculos. As razões que levaram os caboverdeanos a escolher a Guiné como país de destino, estava assente numa série de factores, dos quais destacamos a pobreza das ilhas marcada pelas secas e pela fome, as limitadas oportunidades de emprego que o arquipélago oferecia, a proximidade das ilhas e a comunicação facilitada pela língua crioula.

A presença caboverdeana, no actual território guineense, pode ser dividida em três períodos. Um primeiro período que decorre entre 1466, data da presença portuguesa no território, a 1879, altura em que o território se torna independente da administração caboverdeana. Durante este período, a presença caboverdeana e portuguesa no território caracterizou-se pelo desenvolvimento pacífico de uma rede comercial, sem tentar submeter os seus clientes e fornecedores africanos, para o bom desenvolvimento dos negócios.

---

<sup>119</sup> Ibid. p. 94.

No segundo período, situado entre 1879 e 1911, o território guineense, apesar de ter deixado de ser administrado pelo governo de Cabo Verde, continuava a ser uma “*colónia de caboverdeanos, ou melhor de certos caboverdeanos*”<sup>120</sup>, a ocuparem os principais cargos administrativos da colónia.

Após um período reivindicativo entre 1911, com a criação da Liga Guineense e do Centro Escolar Republicano, onde os caboverdeanos e seus descendentes tiveram uma forte participação, e a instauração da ditadura militar em 1926, acalmariam estes sentimentos de revolta que começavam a emergir no seio da *sociedade crioula*.

Este sentimento voltaria a ganhar um novo fôlego, desta feita com um carácter mais revolucionário a partir de 1950. Este período ficou marcado pela participação caboverdeana nas associações desportivas e recreativas, bem como nos movimentos de libertação nacional.

A presença caboverdeana, na administração, prolongou-se até à independência. A falta de interesse da população portuguesa em emigrar para o território levou a que o Estado português contratasse os caboverdeanos escolarizados para preencher os postos de administração pública devido à inexistência de recursos humanos no território, devido ao fraco investimento em estruturas escolares essenciais para o seu desenvolvimento.

Parte integrante da sociedade crioula guineense, com a qual mantinha estreitas relações históricas, os caboverdeanos sempre tiveram um papel ambíguo no território. Primeiro devido às posições administrativas que ocuparam no governo colonial, que muito contribuiu para a penetração e consolidação do colonialismo português no território. Por outro lado, a não aplicação do *Estatuto do Indígenato* aos caboverdeanos, acabou por comprometer a imagem destes na Guiné, muitas vezes confundido com o colonizador português, ou mesmo como um segundo colonizador.

---

<sup>120</sup> Pélisser, René - *Historia da Guiné: portugueses e africanos na Senegambia: 1941-1936*. Lisboa: Estampa, 1989, vol. II, p.250.

### 1.3.2. As organizações sócio-culturais na Guiné-Bissau

Através dos séculos, a oposição guineense às ambições colonialistas portuguesas nunca cessou, apesar da colaboração que se desenvolveu através da elite crioula cidadina. As reacções podiam assumir um carácter de luta aberta ou de resistência passiva, o que fez com que até à Conferência de Berlim a posição portuguesa no território permanecesse precária, “*A conquista militar dos «gentios» da Guiné «Portuguesa» foi possível em grande parte, pela esmagadora superioridade do poder de fogo e número de combatentes por parte dos portugueses*”<sup>121</sup>.

Foi deste espírito de resistência que emergiu o nacionalismo guineense e, através dele, o desenvolvimento de algumas instituições importantes para o seu avanço.

Com a implantação do regime Republicano em Portugal em 1910, surgiram na Guiné as primeiras instituições de espírito socioculturais. A *Liga Guineense*, criada a 25 de Dezembro de 1911, foi uma dessas instituições. Liderada «*maioritariamente por mestiços e grumetes educados*»<sup>122</sup>, era constituída por funcionários coloniais, comerciantes, artífice e trabalhadores marítimos. Esta *assembleia dos nativos da Guiné*<sup>123</sup>, esteve profundamente comprometida com o espírito colonialista português. Apesar de ter sido a primeira organização política no território, a *Liga* não era mensageira de um nacionalismo que levasse o país à autonomia e independência. Tinha objectivos educacionais, sociais, mas sobretudo económicos uma vez que as «guerras de pacificação» no território prejudicavam as actividades económicas e políticas em que estavam envolvidos<sup>124</sup>.

A *Liga Guineense* esteve também na origem do *Centro Escolar Republicano de Bissau*. Entre os objectivos da instituição esteve a criação de uma escola diurna para os seus

---

<sup>121</sup> Mendy, Peter Karibe – *Colonialismo português em África: tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994, p. 422.

<sup>122</sup> *Idem.* p. 329.

<sup>123</sup> *Ibid.* p. 210.

<sup>124</sup> Segundo Peter Mendy, “*A Liga Guineense não só não tinha quaisquer ambições políticas, como a sua significação política nasceu simplesmente da crescente hostilidades oficial gerada por uma sensibilidade exagerada às críticas e tentativas de ligar a associação com as revoltas dos «gentios».* (...) *O seu «nacionalismo» não se estendia a pedir autonomia ou independência mas sim à acomodação com Portugal, cuja auto-imposta «missão civilizadora» nunca foi contestada*” (Mendy:1994:330-335). Acusada de instigar a revolta dos «gentios», a *Liga* foi dissolvida em 1915.

associados e crianças pobres, assim como uma escola nocturna para adultos e trabalhadores marítimos<sup>125</sup>.

Existiu também o *Grémio Desportivo e Literário Guineense* cujos objectivos se resumiam a uma combinação entre os objectivos da Liga e do Centro.

Após a dissolução da Liga, continuaram a ser criadas na Guiné associações voluntárias com diferentes objectivos, comerciais, desportivas e recreativas.

Destacamos a *Associação Comercial da Guiné*, a *Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Bissau*, ambas de 1920, e a *Associação de Proprietários e Comerciantes de Bolama* criada em 1947.

No campo desportivo e recreativo, é de destacar o *Clube Internacional de Bissau* (1929); o *Clube Desportivo e Recreativo de Farim* (1934); o *Clube Desportivo de Bolama* (1936), o *Clube Desportivo de Bafatá* e o *Clube Desportivo Lisboa-Bolama* e a *Associação de Desporto e Recreio*, estes últimos criados em 1954.

Foi nestas associações desportivas e recreativas, as únicas permitidas pelo governo, onde se começou a ser reflectir, debater e criticar a sua situação colonial do território, e a emergir uma consciência política que veio consolidar-se com a fundação dos primeiros movimentos políticos para a independência. As actividades desenvolvidas nestas instituições podem ser considerados como o espaço de ruptura entre uma resistência desorganizada, motivada e direccionada para fins económicos e comerciais, para uma resistência activa, política e nacionalista.

No entanto, estas instituições tinham um carácter urbano, cuja maioria dos participantes continuavam a pertencer à pequena burguesia crioula. Apenas com a criação do PAIGC em 1956, este panorama alterou-se, com o projecto de luta de Cabral de ligação entre a população da cidade e a população do campo

---

<sup>125</sup> Trajano Filho, Wilson - *Polymorphic Creolodom: the "creoule" society of Guinea-Bissau*. United States: UMI, 1998, p.228.

## 2. A relação de Amílcar Cabral com Angola

### 2.1. Dominação Colonial e Sociedade Angolana

Situada na costa ocidental de África, Angola cujo território é limitado a norte e a leste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico, ocupa uma área de 1 266 700 km<sup>2</sup>, ou seja “14.5 vezes superior a Portugal”<sup>126</sup>.



**Fig. 3 - Mapa da República de Angola**

Fonte: [http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/angola\\_rel90.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/angola_rel90.jpg)

A massa da população angolana pertence ao grupo dos Bantos, podendo distinguir-se vários subgrupos, entre eles os Ambundos – habitantes das regiões de Luanda e

<sup>126</sup> Castro, Armando - *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa:Editorial Caminho, 1980, p. 79.

Uíge e Malange, até ao distrito de Lunda, e os Umbundos – localizam-se ao Sul de Novo Redondo, até ao Sul da cidade de Benguela, e para o interior até aos distritos de Huíla e Bié.

É difícil saber o número exacto dos habitantes de Angola, no período que nos interessa nesta investigação (1950-1960), dado que as estatísticas oficiais não merecem confiança<sup>127</sup>. O recenseamento realizado em 1950 apontava para a existência em Angola de 4 145 266 habitantes, assim repartidos:

| <b>Grupo</b> | <b>Número de habitantes</b> |
|--------------|-----------------------------|
| Branços      | 78 826                      |
| Mestiços     | 26 648                      |
| Africanos    | 4 039 687                   |
| Outros       | 105                         |
| <b>Total</b> | <b>4 145 266</b>            |

**Quadro n.º 2 - Dados do recenseamento da população angolana em 1950**

Fonte: Armando Castro, *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*<sup>128</sup>, pp. 84

Tal como na Guiné e Moçambique, também em Angola foi aplicado o regime do indigenato, classificando a população entre «civilizados» e «não civilizados». A disparidade entre estas duas «categorias» era mais do que significativa, contrapondo 135 355 ditos «civilizados» contra 4 009 911 «não civilizados». Estes dados acabam por desconstruir política de assimilação proposta por Portugal bem como desmistificar a ideologia civilizadora portuguesa.

Colónia portuguesa até 1975, Angola sempre foi considerada a *El Dorado* de todas as colónias portuguesas. Possuidora de enormes riquezas naturais e de condições

---

<sup>127</sup> A razão pela qual os recenseamentos elaborados pelo Estado, não serem de confiança, deve-se a diversos factores, entre eles, a) a enorme superfície do país; b) a deficiente cobertura administrativa; c) a distribuição extremamente variável e desigual da população; d) a mobilidade horizontal da população, constante ou periódica; e) a população iletrada; f) a deficiente estrutura dos serviços de estatística, que não tinha em consideração a realidade do país e da sua população, fazendo usos de um sistema de notação que não levava em consideração o complexo sistema social e de parentesco; g) o uso do recenseamento pela organização administrativa para fins fiscais; h) o recrutamento de auxiliares de recenseamento entre indivíduos mal preparados para realizar tala tarefa; i) o elevado custo da operação; j) a inexistência de serviços de estado civil nas regiões rurais; k) a desconfiança da população e a evasão dos recenseáveis, in Carreira, Armando, *Angola: da Escravatura ao trabalho livre. Subsídios para a história demográfica do século XVI até à independência*, Lisboa, Arcádia, 1977, p.12-14.

<sup>128</sup> Castro, Armando - *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1980, p. 84

propícias à exploração e produção de matérias-primas agrícolas como as oleaginosas, café, fibras vegetais, madeiras, e criação de gado, há que destacar a riqueza do seu subsolo pela variedade de minérios, entre eles diamantes, ouro, petróleo, carvão e o volfrâmio.

Tamanha riqueza foi alvo de sucessivos interesses económicos, levando a implantação e desenvolvimento de diversos grupos financeiros e industriais portugueses<sup>129</sup>, estreitamente ligados a outras sociedades internacionais.

Comparativamente aos outros territórios colonizados por Portugal, Angola em parte devido à sua inegável viabilidade económica e comercial, talvez tenha sido o território que mais sentiu o peso do colonialismo português.

Uma das medidas colonizadoras portuguesas em Angola foi o estabelecimento de colónias agrárias dirigidas (colonatos), através do recrutamento de colonos em Portugal e da planificação de aldeias a serem construídas no território. Para a instalação destes colonatos, foram escolhidos terrenos férteis onde foram constituídos núcleos de povoamento, com o fim de assegurar uma presença portuguesa no território, e por conseguinte sustentar as actividades nacionalistas de alguns africanos.

O estabelecimento de colónias agrárias e a instalação de grandes empresas acabaram por ter efeitos extremamente negativos no território. Para além do esgotamento e erosão dos solos através do uso desmesurado, a sua exploração exigiu a expulsão e desapropriação dos africanos dos seus terrenos que, por sua vez, foram encaminhados para os diversos trabalhos nas grandes empresas que exigiam uma elevada quantidade de mão-de-obra. Esta única mão-de-obra disponível foi considerada “*o fulcro base sobre o qual assenta toda a actividade colonizadora*”<sup>130</sup>.

A “corrida” desmedida aos terrenos e à mão-de-obra teve como resultado, para a população local, a deslocação forçada de centenas de famílias africanas dos seus terrenos para aldeamentos ou outros locais. Tais deslocações beneficiavam única e

---

<sup>129</sup> O grupo C.U.F (Companhia União Fabril) a maior empresa portuguesa instalada na Guiné, exerceu a sua actividade em vários sectores: Banca, Seguros, Transportes Marítimos, produtos alimentares, industria, tabaco, celulose e papel, etc...

<sup>130</sup> Mendes, Afonso - *A Huila e Moçamedes. Considerações sobre o trabalho indígena*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958, p. 111.

exclusivamente o colonizador que, deste modo, não só adquiria terrenos férteis para plantações, mas também a mão-de-obra que tanto necessitava.

Também resultou na emigração forçada para os países vizinhos, na mira de obterem melhores salários, melhores preços para os seus produtos agrícolas, evitando deste modo os pesados tributos, impostos pelo governo colonizador. Assim, fugiam ao trabalho forçado e às más condições de trabalho a que estavam sujeitos através da “*aplicação de sanções penais, traduzida em trabalhos correcionais ou castigos corporais aplicados*”<sup>131</sup> pelos capatazes.

Tais alterações acabaram por significar uma alteração trágica da vida económica e social, do território, causando profundas alterações demográficas (queda da natalidade); sociais e morais (prejuízos causados à saúde e ao bem estar dos trabalhadores deslocados), ondas migratórias do campo para a cidade e suas consequências (promiscuidade, desemprego, banditismo, violência etc.).

## 2.2. O trabalho forçado em Angola

Com a abolição do trabalho escravo e os impedimentos colocados ao tráfico de homens escravizados no reino (1761-1869)<sup>132</sup>, os governos portugueses desenvolveram novas formas de continuar a fazer uso da mão-de-obra africana.

Encoberto e camuflado, o trabalho escravo continuou a existir embora os métodos fossem mais subtís e menos perceptíveis, escondidos atrás da máscara de *Serviçais*, ou do trabalho *livre/contratado*.

---

<sup>131</sup> “Em Angola, quem quer pode ser empregado como capataz, nenhuma qualidade ou habilitação especial se lhe é exigida. A não ser por vezes, certa rudeza própria para aterrorizar os trabalhadores. Isto com o objectivo de fazer com que os indígenas rendam o mais possível, não se pensando que o resultado é geralmente o inverso do desejado e que as consequências futuras de tal processo são bem desagradáveis” in Mendes, Afonso – *A Huíla e Moçamedes. Considerações sobre o trabalho indígena*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958, p. 22-23.

<sup>132</sup> Foi no reinado de D. José I, a 12 de Fevereiro de 1761, pelo Marquês de Pombal, que se aboliu o trabalho escravo em Portugal e na Índia. No entanto, só no Século XIX é que o trabalho escravizado seria abolido em todos os territórios colonizados por Portugal. Os primeiros escravos a serem libertados nas colónias foram os do Estado, por Decreto de 1854, mais tarde, os das Igrejas, por Decreto de 1856 e só com a lei de 23 de Fevereiro de 1869 é que se proclamou a abolição total do trabalho escravizado em todos os territórios colonizados por Portugal. No entanto, os homens escravizados mantiveram algumas ligações aos «senhores» até 1878 pelo decreto de 21 de Novembro, designado *Regulamento para o Contrato de Serviçais e Colonos nas províncias da África Portuguesa*, que estabelecia «ninguém pode ser obrigado a contratar os seus serviços, salvo os indivíduos julgados como vadios» in Carreira, Armando, *Angola: da Escravatura ao trabalho livre. Subsídios para a história demográfica do século XVI até à independência*, Lisboa, Arcádia, 1977, p.96.

A aplicação do *Código do Trabalho do Indígena nas Colónias Portuguesas de África Portuguesa*, aprovado pelo Decreto 16199 de 6 de Dezembro de 1928, foi um dos instrumentos utilizados para a regulamentação do trabalho dos homens negros africanos nos territórios colonizados.

Esta regulamentação, segundo o governo de Lisboa, tinha como objectivo, “*sistematizar, actualizar e aperfeiçoar as disposições reguladoras da mão-de-obra em todas as colónias africanas de Portugal, para assim bem definir e assegurar os direitos e deveres dos trabalhadores indígenas, dos patrões e das próprias autoridades...dar satisfação à reconhecida vantagem de reunir num diploma único que constituirá um código do trabalho indígena, disposições dispersas por vária legislação*”<sup>133</sup>

Consideramos importante ressaltar a forma como o governo estruturou e aplicou esta regulamentação nos territórios colonizados e sobre o homem negro-africano.

Segundo este decreto, todo o trabalho do homem negro-africano, estava sob a tutela, primeiro do Estado português, seguindo-se o respectivo governador do território colonizado, do curador geral e dos seus agentes.

Apesar de proibir o trabalho obrigatório ou forçado<sup>134</sup>, a legislação deixou alguma margem de manobra para quem quisesse fazer uso dela.

Destacamos a liberdade concedida aos governos locais para a aplicação do regulamento: “*fica ainda margem bastante para os governos locais regulamentarem tudo o que, com mais precisão, só pode ser feito dentro do próprio organismo de cada colónia, consoante as suas condições económicas, as capacidades das populações e todas as circunstâncias diferentes que seja forçoso atender.*»<sup>135</sup>

A criação de *sociedades de recrutamento* foi largamente utilizada pelos empregadores, e sob o qual o governos tinham muito pouco controle, “*os agricultores, industriais,*

---

<sup>133</sup> Decreto 16:199 de 6 de Dezembro de 1928.

<sup>134</sup> Distingua-se na colónia quatro formas de prestação de serviços por parte do indígena:

- a) Trabalho Voluntário que apesar do nome o «indígena» era obrigado a aceitar o patrão e o salário mínimo que as autoridades designam;
- b) Trabalho por compulsão ou «contrato», o recrutamento era feito através do recurso aos *sobas* ou de indivíduos encarregues pelos patrões de o fazer, os chamados *angariadores*;
- c) Contrato feito por parte do Estado. Este recrutava tanto para si como para os colonos.
- d) Trabalho por conta própria, através da imposição aos agricultores indígenas de culturas obrigatórias.

<sup>135</sup> Código do Trabalho Indígena 1956, p. 8.

*comerciantes e proprietários de qualquer colónia poderão organizar-se em sociedade de recrutamento, ou de recrutamento e migração, a fim de recrutarem indígenas, na mesma colónia ou fora dela*<sup>136</sup>.

A forma como se realizava o recrutamento e o contrato e a ausência de uma fiscalização deixava o homem negro-africano completamente desprotegido.

O estudo *A Huíla e Moçâmedes. Considerações sobre o trabalho indígena*, realizado por Afonso Mendes, foi suficientemente incisivo, na forma como se realizavam os recrutamentos: “*As licenças de recrutamento, sendo passadas geralmente, em nome dos patrões, são depois utilizadas por agentes destes, em geral legais representantes com poderes em todos os serviços da empresa. Quer os patrões quer os seus representantes propõem depois a nomeação de auxiliares de recrutamento aos respectivos governadores de distrito (...) Iniciam-se então as operações de recrutamento, sempre com o objectivo de recrutar o maior número de trabalhadores permitido, uma vez que as necessidades da empresa assim o impõem e a licença é válida somente para o ano civil. (...) Como os angariadores se encontram na premente necessidade de conseguirem o máximo de trabalhadores que estejam autorizados a recrutar, lançam mão de todos os meios ao seu alcance para atingir este objectivo. Tais meios são inconvenientes e de péssimas consequências (...) a utilização do emprego descarado de toda a série de mentiras que ocorram no momento e sejam capazes de decidir o indígena, promessas sem viabilidade de serem cumpridas, ameaças veladas, artimanhas várias, ofertas sob condições, empréstimos, pagamento de impostos em atraso, etc., etc. (...) o angariador coloca-os perante o seguinte dilema: ou vocês me acompanham a fim de serem contratados para a empresa que eu represento, que vos pagará tanto por mês e concederá estas e aquelas regalias, ou acabam por ser recrutados para as obras do Governo, onde ... estão sujeitos a uma muito mais severa disciplina e não têm as referidas regalias.*”<sup>137</sup>.

Apesar das proibições impostas ao trabalho obrigatório mas que, facilmente, eram quebradas pelos empregadores e contratadores, o Governo defendia a sua aplicação apoiado na Convenção de 1926<sup>138</sup>: “*Admite-se o trabalho para fins públicos, em harmonia*

---

<sup>136</sup> Idem. Artigo 73º.

<sup>137</sup> Mendes, Afonso - *A Huíla e Moçâmedes. Considerações sobre o trabalho indígena*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958, p. 137-143.

<sup>138</sup> Convenção sobre a escravatura assinada em Genebra, em Setembro de 1926, e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou a aceitação na sede da ONU, a 7 de Dezembro de 1953. Segundo o artigo 5.º da Convenção: “As Altas Partes contratantes reconhecem que o recurso ao trabalho forçado ou obrigatório pode ter graves consequências e se comprometem, cada uma no que diz respeito aos territórios submetidos à sua soberania, jurisdição, protecção suserania ou tutela, a tomar as medidas necessárias para evitar que o trabalho forçado ou obrigatório produza condições análogas à escravidão.

Fica entendido que:

1º Sob reserva das disposições transitórias enunciadas no parágrafo 2 abaixo, o trabalho forçado ou obrigatório somente pode ser exigido para fins públicos;

*com a Convenção de 1926, mas em condições excepcionais que não seja possível obter trabalhadores voluntariamente recrutados, e garantindo-se sempre aos indígenas que o prestarem vantagens ainda maiores do que as que podem auferir no regime de recrutamento voluntário*<sup>139</sup>.

Nas condições especiais estavam incluídas «serviços de interesse exclusivo dos próprios indígenas»; «higiene das povoações»; «limpeza de caminhos»; «epidemias e calamidades públicas» e o «trabalho de terrenos de reserva indígena em proveito da comunidade que os cultivar».

Apesar de caber ao governo da metrópole a “*competência para decretar e regular o recurso ao trabalho obrigatório para fins público*”<sup>140</sup> (Código do trabalho indígena 1956, Artigo 194.º e 295.º), o recurso a este foi largamente utilizado pelos empregadores.

Relativamente a este assunto Henrique Galvão, no relatório apresentado em 1948, numa sessão privada da Assembleia Nacional, deixa perceber a colaboração do Estado no sistema de recrutamento e de trabalho e obrigatório, “*O mais grave deste aspecto reside certamente na posição tomada pelo Estado, através dos seus agentes, no recrutamento de mão de obra para particulares – posição mais saliente e condenável em Angola e Moçambique, pois naquela colónia o Estado fez, franca e deliberadamente, recrutador e distribuidor de mão de obra. A ponto de os colonos se dirigirem à Repartição dos Negócios Indígenas pedindo, por escrito e com impressionante naturalidade “o fornecimento de trabalhadores”. Este termo “fornecer” emprega-se já, com o mesmo desembaraço, para gente e mercadoria. (...) Com a continuação e exageros desta prática, instalou-se no espírito dos colonos a ideia de que o Estado tem a obrigação de lhes “fornecer” mão-de-obra – e por parte do Estado existe, por assim dizer, o reconhecimento tácito desta obrigação, pois “fornece” e pratica, pelos seus agentes, para realizar o “fornecimento”, violências eu levariam à cadeia um recrutador privado*”<sup>141</sup>.

Angola, território colonizado mais cobiçado, rico e produtivo, dependente em absoluto do trabalho e mão-de-obra negra-africana para o seu desenvolvimento

---

2º Nos territórios onde ainda existe o trabalho forçado ou obrigatório para fins que não sejam públicos, as Altas Partes contratantes se esforçarão por acabar com essa prática, progressivamente e com a maior rapidez possível, e enquanto subsistir, o trabalho forçado ou obrigatório só será empregado a título excepcional, contra remuneração adequada e com a condição de não poder ser imposta a mudança do lugar habitual de residência.

3º Em todos os casos, as autoridades centrais competentes do território interessado assumirão a responsabilidade do recurso ao trabalho forçado ou obrigatório.”

<sup>139</sup> Código do trabalho Indígena 1956, p. 11.

<sup>140</sup> Idem. Artigo 194.º e 295.º

<sup>141</sup> Galvão, Henrique- *Exposição*, Assembleia da República, 1947, p. 85.

económico, foi vítima de todo este sistema de requisição e exploração tanto pelo Estado como pelas empresas privadas.

Durante a primeira metade do século XX, foram apresentados vários relatórios que denunciaram o recurso ao trabalho forçado, por parte de entidades privadas e com colaboração com o Estado, bem como as condições sub humanas a que foram subjugados os trabalhadores angolanos.

Entre estes relatórios encontram-se:

1. *The Ross Report* entregue em 1925 na League of Nations International Labour Office;
2. *Strictly Confidential. Not for publication. Labour conditions in Africa with Special reference to Angola, Portuguese West Africa*, de 1944, realizado por missionários protestantes em Angola;
3. *Carta-relatório* de Henrique Galvão, apresentado numa sessão secreta da Assembleia Nacional em 1947<sup>142</sup>.

Se tomarmos em consideração o relatório o estudo realizado por Afonso Mendes em 1958, é possível verificar que o recurso ao trabalho forçado foi uma prática constante do governo colonial em Angola.

Henrique Galvão descreveu a situação da mão-de-obra em Angola, como um lugar onde, “*a situação é mais cruel que a criada pela escravatura pura. Na vigência desta o preto, comprado, adquirido como animal, constituía um bem que o seu “dono” tinha interesse em manter são e escorreito, como tem em manter são e escorreito o seu cavalo ou o seu boi. Agora o preto não é comprado – é simplesmente alugado ao Estado, embora leve o rótulo de homem livre. E ao patrão pouco interessa que ele adoeça ou morra, uma vez que vá trabalhando enquanto existir – porque quando estiver inválido ou morrer, reclamará o “fornecimento” de outro*”<sup>143</sup>.

---

<sup>142</sup> Nesta carta-relatório, Henrique Galvão, como Inspector superior colonial, denunciou as razões que levaram à emigração de milhares de habitantes onde vigorava o trabalho forçado. Entre as razões, enumerou: 1.º A existência de uma política de salários de miséria; 2.º Maus-tratos infligidos aos trabalhadores e não asseguramento de vestuário e assistência médica; 3.º Utilização inconsciente de mão-de-obra escassa e em diminuição; 4.º Personalidade e carácter negativos dos agentes de recrutamento; 5.º Deslocações de trabalhadores para regiões impróprias; 6.º Extorsão praticada pelos comerciantes sobre os trabalhadores, etc. Este relatório publicado clandestinamente pelo PCP circulou pelas mãos dos estudantes de Lisboa, que segundo Oleg Ignatiev, Cabral teve acesso

<sup>143</sup> Galvão, Henrique - *Exposição*, Assembleia da República, 1947, p. 85.

O recurso ao trabalho forçado em Angola, teve graves consequências socioeconómicas para o território, entre elas a migração da população dentro do território, a fuga para os países vizinhos, a desestruturação familiar e, conseqüentemente, da sociedade.

Todo este sistema de exploração foi particularmente presenciado por Cabral durante os trabalhos que realizou para as grandes companhias agrícolas angolanas, que passamos a caracterizar em seguida

### **2.3. Amílcar Cabral, engenheiro agrónomo em Angola**

A agricultura para exportação, como o café, o algodão, a cana-de-açúcar e o sisal constituíram a principal actividade económica de Portugal em Angola, durante o período colonial.

Os anos de 1956-1959, período em que Cabral participou e realizou vários trabalhos no âmbito da pedologia para algumas das principais companhias angolanas, teve a possibilidade de, através dos trabalhos de campo realizados (individual ou em equipa), conhecer de perto as condições desumanas a que estavam submetidos os milhares de trabalhadores angolanos, nos campos de cultivo, bem como os abusos por parte dos patrões. Condições que caracterizou como sendo “*uma nova forma de escravatura*”<sup>144</sup>.

Por outro lado, o trabalho de “secretaria”, desenvolvido através da análise dos dados recolhidos, possibilitou-lhe verificar os elevados lucros obtidos pelas companhias coloniais, sem que estes fossem investidos na melhoria e desenvolvimento económico e social do território.

Passemos em revista algumas das principais características das companhias coloniais para as quais Cabral trabalhou. Os dados aqui apresentados têm por base um cruzamento de informação do estudo realizado por Armando Castro sobre *O sistema*

---

<sup>144</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e Luta I. A arma da teoria*, Lisboa, Seara Nova, 1978, p.63

*colonial português em África* e a comunicação apresentada por Cabral em Londres em 1960.

Nos trabalhos que realizou em Angola, Cabral assumiu diferentes responsabilidades que variaram entre organizador, director ou como simples colaborador.

Entre 1955-56, foi responsável e director da Brigada de Estudos Agrológicos da **Sociedade Agrícola de Cassequel**<sup>145</sup>, onde esteve encarregado de realizar a «*Carta de solos da propriedade agrícola de Cassequeb*».

Localizada no distrito de Benguela, a Sociedade Agrícola de Cassequel, criada em 1927, era proprietária de 3711 hectares de terrenos. Controlada pelo capital financeiro português do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, empregava alguns milhares de africanos contra «duas centenas de europeus». A sua principal actividade era o cultivo da cana-de-açúcar. No ano de 1957, produziu 28723 toneladas, 1383522 litros de álcool e 1703 toneladas de açúcar, sendo os seus lucros este ano na ordem de um milhão de dólares.

Nos anos de 1956-57, assumiu o cargo de director e organizador da Brigada de Estudos Agrológicos da **Companhia de Açúcar de Angola**. Entre os trabalhos realizados destacamos a «*Carta de solos da Fazenda Tentativa*» e a «*Carta de solos do Dembe*».

A Companhia de Açúcar de Angola, proprietária das fazendas do Dembe Grande e Tentativa, era a segunda maior produtora de cana-de-açúcar em Angola. Da sua principal plantação, a fazenda Tentativa, extraiu cerca de 23589 torneadas de açúcar, para além de 308,6 toneladas de coconote e 820 toneladas de óleo de palma. Tal como Cassequel, os lucros obtidos nesse ano, rondaram um milhão de dólares.

No sector da produção do café, a **Companhia de Agricultura de Angola** (CADA), com sede na Gabela e abrangendo as áreas de Amboim, Novo Redondo e Seles, era a maior produtora de café “*produto da mais elevada rentabilidade (cujos) 4/5 das plantações (...) pertencem aos colonos, que monopolizaram a maior parte da terra graças aos trabalhos forçados*”<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> Em 2003, foi apresentada uma tese de Doutoramento em história na University of California, Los Angeles (UCLA), por Jeremy Robert Ball, “The Colossal Lie: The Sociedade Agrícola do Cassequel and the Portuguese Colonial Labour Policy in Angola, 1899-1977”.

<sup>146</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e Luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978, p.61.

Nesta companhia, Cabral foi o responsável do Estudo Agrológico de Cafeeiros, bem como organizador e director da Brigada de Estudos Agrológicos. Deste trabalho resultaram «A carta de solos da fazenda Longa-Nhia» e «Os solos e a cultura do café mas roças do Amboim e Seles» de 1959. A CADA possuía cerca de 250000<sup>147</sup> hectares de terras para o cultivo de café e 4969 hectares para a produção de coco. O número de empregados nativos que dispunha calculava-se entre os 9 000/10 000 africanos, número muito elevado se compararmos com cerca de 300 funcionários brancos e 600 famílias que acomodava.

Para além das companhias em que trabalhou, destacamos ainda a Companhia dos Diamantes de Angola (DIAMANG) e a cultura obrigatória do algodão legalizada pela publicação do Decreto 35 844, de Agosto de 1946.

A exploração de diamantes, pela DIAMANG em regime de exclusividade desde 1922, destacava-se pelo número de trabalhadores africanos contratados que empregava, cerca de 21310 deslocados de todo o território angolano, na sua maioria através da «intervenção das autoridades».

A cultura obrigatória do algodão, imposta pelas autoridades, obrigava não só o agricultor africano a praticar esta cultura em locais pré designados (propícios ou não ao seu cultivo), obrigava-o também a atingir uma determinada cota de produção, bem como a vendê-lo em regime exclusivo, mediante valores (muito abaixo do indicados) às empresas compradoras. Aos agricultores apenas eram fornecidas as sementes, sem qualquer tipo de apoio técnico, ficando os agricultores dependentes das suas técnicas de cultivo, nem sempre as mais adequadas.

A tudo isto, acrescenta-se ainda a política de colonatos entre eles o Colonato de Cela, que obrigou a expulsão de 14000 famílias africanas e onde foram gastos cerca de “500 milhões de escudos (...). Para construir 530 plantações numa superfície de 40 000 hectares”<sup>148</sup>.

Esta foi a Angola que Amílcar Cabral conheceu entre 1955-1959, construída “à custa do trabalho forçado – escravatura – dos angolanos”<sup>149</sup>.

---

<sup>147</sup> Segundo os dados fornecidos por Cabral no Relatório “A verdade sobre as colónias africanas portuguesas”, 1978, p.60

<sup>148</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e Luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978, p.61.

<sup>149</sup> Idem, p. 60.

Angola simbolizou, nesta fase, para Cabral, talvez o extremo de todos os sistemas coloniais que conhecia - Cabo Verde, Portugal e Guiné.

A experiência angolana de Cabral, levou-o a manter o contacto e a participar activamente nas reuniões dos independentistas angolanos.

Talvez tenha sido neste período de trabalho com os grupos nacionalistas em Angola<sup>150</sup>, que levaram Cabral a envolver-se realmente a sério na questão política para o combate ao colonialismo português.

---

<sup>150</sup> Em Angola, foi-se desenvolvendo ao longo dos tempos uma atitude de resistência sob a forma de organizações, como foi o caso da *Liga Angolana* (1912) e do *Grémio Africano* (1913), que apesar do inicial apoio poder colonial, devido às suas actividades são destituídas em 1922. Renascem no entanto nos anos de 1930 como *Liga Nacional dos Naturais de Angola – Anangola*, cuja as actividades são “extremamente rica na busca dos caminhos para a luta dos direitos dos angolanos”. Em 1942 é fundada a *Sociedade Cultural de Angola* “mais um elemento de luta contra o ambiente de desinformação em que as autoridades pretendem limitar a acção das duas associações africanas, acabando por lhes impor direcções por si escolhidas.” (Lara 2000p.38). A revista *Mensagem* (1951), editada pelo departamento cultural da Anangola, e *Cultura* (órgão da Sociedade Cultural de Angola) foram importantes instrumentos para o desenvolvimento da consciência nacional angolana. Este processo de consciencialização continuou em Lisboa, através do grupo de estudantes que frequentavam a CEI, o CEA e o CMA, entre eles Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto. A fundação em 1955 do Partido Comunista Angolano por Veriato Cruz, em 1956 do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), e mais tarde em 1956, a criação em Luanda do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), nos quais Amílcar Cabral esteve envolvido. Estes são apenas alguns dos passos do processo de consciencialização nacionalista angolano, que Cabral participou, que a partir de 1960 o levam a reformular o projecto de organização do PAIGC.

### 3. O trinómio terra, agricultura e camponeses na modelação revolucionária de Cabral

Analisamos até ao momento os diferentes mundos agrícolas a que Cabral esteve ligado: Cabo Verde, Alentejo, Guiné e Angola.

Os estudos de agronomia em Lisboa e os vários escritos de Cabral sobre a temática agrícola, permitem-nos verificar um pensamento crítico em relação às políticas agrícolas, económicas e sociais do governo português e o seu impacto sobre as populações. Cabral criticou a fraca consistência do trabalho realizado pelos técnicos agrónomos para o desenvolvimento agrícola e conseqüente melhoria da condição vida das populações.

O contacto com a terra, a proximidade com o mundo agrícola permitiram a Cabral verificar as desigualdades sociais provocadas pelas políticas do governamentais, o que levou-o a advogar uma política de «defesa da terra», que considerou ser uma *“condição indispensável a um processo nacional de exploração da terra, (que) Implica necessariamente a subordinação dos interesses individuais ao interesse geral (...) o problema da terra deve interessar não apenas aos indivíduos directamente ligados a agricultura, mas a todo o conjunto social em que é debatido”*<sup>151</sup>.

Segundo Cabral, a «defesa da terra» era um processo essencial para a «defesa do homem»<sup>152</sup>.

Foi a sua profissão de engenheiro agrónomo que deu a Cabral a possibilidade de uma África Negra que, até então, apenas conhecia através da poesia e outros escritos. Deu-lhe também a possibilidade de conhecer o homem negro-africano, camponês e os seus métodos agrícolas tradicionais.

Esta nova África, diferente da África caboverdeana crioula que, até então, conhecera possibilitou-lhe compreender o problema da colonização, o seu impacto socioeconómico na população e das alterações provocadas nos territórios colonizados.

---

<sup>151</sup> Cabral, Amílcar - «Em defesa da terra». *Boletim de Propaganda e Informação*, Ano I, Novembro, 1950, p. 18

<sup>152</sup> Idem, p. 17

Segundo Cabral, a colonização destrói a relação de parceria de cumplicidade entre o homem e a terra, ou seja, *“Cultiva ou faz com que o afro-negro cultive produtos de exportação. Utiliza ou leva o afro-negro a utilizar o sistema itinerante na obtenção desses produtos. Modifica o modo de produção sem modificar o sistema de cultura da terra. (...) Em suma: o colonialismo introduz em África um novo sistema de produção, traduzido na «economia de traite». Mantém, contudo o sistema itinerante de cultura da terra. Ao sistema itinerante aplica ou tenta aplicar, sem atender à diferença das condições mesológicas, as práticas agrícolas europeias, porque está convencido da «superioridade» dessas práticas. Das contradições criadas resulta que, dia a dia, se acentua a devastação da terra africana.”*<sup>153</sup>.

Perante este cenário de exploração, o *“homem negro, impotente, assiste ou participa na sua própria destruição. Com a vida desequilibrada, tendo de satisfazer não só a novas necessidades criadas mas também às exigências da sua nova condição social, vai-se desenraizando a pouco e pouco, emigra ou tem de emigrar, abandona ou nem tem tempo de assimilar a sabedoria que ele próprio, com base no conhecimento empírico do meio e na experiência de século, havia criado”*<sup>154</sup>.

O conhecimento que adquiriu sobre as contradições existentes na sociedade, sobretudo no campo agrícola nos territórios colonizados e as relações entre colonizador/colonizado, levou-o a encarar a sua profissão como um instrumento de mudança, para a eliminação de toda a acção que conduzisse à destruição das condições de vida e/ou desperdício dos recursos de que o homem dispunha para viver, e a sua usurpação em proveito de terceiros.

Cabral assumiu esta luta, primeiro, como membro de uma sociedade colonizada e, segundo, como alguém que possuía os conhecimentos teóricos e técnicos, a quem cabia a tarefa de trabalhar e dar o seu contributo, com o propósito de promover e melhorar a qualidade e nível de vida do homem africano, em geral, e do camponês africano, em particular.

Com vista a melhorar a vida do camponês afro-negro, Cabral recomendava *“a necessidade de aproveitar integralmente todos os recursos da África Negra, o que exigirá, em alguns aspectos, a transformação progressiva da natureza, a necessidade de aplicar a riqueza proveniente desses recursos à própria África Negra; a necessidade de estabelecer uma estrutura agrária que não permita a exploração desordenada e gananciosa da terra; que não permita a exploração tout court,*

---

<sup>153</sup> Cabral, Amílcar - *Estudos agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT, 1988, p. 248.

<sup>154</sup> Idem, p. 248

*do homem pelo homem; a necessidade de facultar ao homem negro o acesso a todos os meios de defesa contra a diversidade do clima; a necessidade de fomentar o desenvolvimento cultural do afro-negro, o que exige que se tire o máximo partido da sua própria cultura e dos outros povos; a necessidade de seleccionar e aproveitar tudo quanto há de útil nos sistemas afro-negros de cultivo da terra, bem como tudo quanto, das técnicas europeias seja aplicável à África negra*<sup>155</sup>.

Motivado para a melhoria e desenvolvimento da agricultura para uma política de «defesa da terra» da África Negra, Cabral cedo se apercebeu que a concretização de tal objectivo passava sobretudo pela educação do homem, para que este, livremente, pudesse melhor usufruir dos recursos da terra “ *A educação do povo. A defesa da terra será sempre difícil (ou impossível) se quase a totalidade dos indivíduos que a trabalham não tiver a noção acerca dos fenómenos que condicionam o desenvolvimento e a destruição do corpo natural do solo. (...) A aquisição de noções elementares acerca do solo exige o mínimo de instrução e de conhecimentos. (...) Uma educação que vise a realização plena do homem integrado no seu meio e no mundo, liberto de egoísmos impeditivos de uma acção consciente no sentido da realização do bem comum. (...) A educação, tal como foi definida, tem de estar na base da compreensão da necessidade da defesa da terra*”<sup>156</sup>.

Este trinómio terra – agricultura – camponês e o conceito de desenvolvimento e protecção do homem e da terra proposto por Cabral, foram a base de toda a sua estratégia de luta de libertação.

Estratégia que se pautou, primeiro, pela «defesa da terra». Aqui a terra deixa de ser encarada apenas como uma estrutura agrária para cultivo, para assumir um carácter político, nacionalista/territorial.

Segundo, pela «defesa do homem» Este homem deixou de ser somente o camponês que trabalhava a terra, para passar a ser todo o homem negro-africano vítima do sistema colonizador.

Acrescenta-se ainda que a «educação do homem» foi o pilar de sustentação de todas e para todas as mudanças projectadas por Cabral durante o processo de luta de independência e após a conquista da mesma.

O uso e protecção da terra, a degradação da agricultura do continente africano e, conseqüentemente, da vida do homem, foram preocupações fundamentais de

---

<sup>155</sup> Cabral, Amílcar - *Estudos agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT, 1988, p.249.

<sup>156</sup> Idem. p. 154-155.

Cabral. Deste modo, procurou alicerçar toda uma ideologia que pudesse, principalmente, salvaguardar os interesses e o bem-estar do seu povo.

## Capitulo IV – A internacionalização do facto colonial português

## 1. O impacto do sistema colonial sobre os povos e territórios colonizados

Em 1830, Hegel afirmou que África era um continente sem história e, depois dele, muitos foram os historiadores que, consagrando mais o preconceito e o racismo do que a ciência, repetiram, em vários tons, a mesma ideia.

No entanto, durante o período em que África e os seus habitantes não eram considerados como parte integrante da história mundial, produzia-se, no continente, uma nova história, uma história de povos e territórios colonizados

O início das viagens marítimas no século XV acabou por manter por mais de 500 anos territórios e populações inteiras fora do circuito “oficial” da história mundial, *“Depois do tráfico de escravos, a conquista pelas armas e as guerras coloniais, veio a destruição completa das estruturas económicas e sociais da sociedade africana. Seguiu-se a fase da ocupação europeia e o povoamento crescente destes territórios pelos europeus. As terras e os haveres africanos foram pilhados, os portugueses impuseram a «taxa de soberania» e tornaram obrigatória a cultura de géneros; instituíram o trabalho forçado e organizaram a deportação dos trabalhadores africanos, passaram a controlar totalmente a vida colectiva e privada do povo, utilizando ora a persuasão ora a violência. Com o aumento da população europeia desenvolve-se o desprezo pelos africanos. São excluídos de toda uma série de empregos, incluindo certos trabalhos menos especializados. Aberta ou hipocritamente, pratica-se a discriminação racial”*<sup>157</sup>.

Durante este período marcado pela ocupação e colonização do continente, formaram-se no mundo dois grupos sociais.

O grupo dos colonizadores, caracterizado por Albert Memmi como *“desfigurado em opressor, um ser egoísta, parcial, hipócrita, preocupado unicamente com os seus privilégios, com a sua defesa”*<sup>158</sup>.

E o grupo dos *colonizados*, neste caso, os africanos, *“oprimido, cerceado na sua evolução, contemporizado na humilhação.”*<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e Luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978, p.57

<sup>158</sup> Memmi, Albert – *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Lisboa: Mondar Editores, 1974, p. 130.

<sup>159</sup> Idem. p. 130.

Para além da exploração económica do domínio territorial, político e social da vida das populações, marcas mais evidentes do sistema colonizador, a dominação colonial distinguiu-se, sobretudo, pela negação da condição humana da população colonizada.

Ela tentou transformar o habitante dos territórios colonizados num objecto/instrumento, negando-lhe a própria existência enquanto homem, “O colonialismo recusa os direitos do homem aos homens que submeteu pela violência, que mantém pela força na miséria e na ignorância e portanto como diria Marx, em estado de «sub-homem». (...). Uma vez que o indígena é um sub-homem, a Declaração dos Direitos do Homem não lhe diz respeito; inversamente, uma vez que não tem direitos, é abandonado sem protecção às forças desumanas da natureza, às «leis de bronze» da economia.”<sup>160</sup>.

Esta negação humana que Memmi apelidou de *desumanização*, encontrava-se ainda acompanhada por outras duas características, que tendiam a reforçar o comportamento do colonizador.

Falamos da *despersonalização* do colonizado, na medida em que este na perspectiva do colonizador não existia enquanto indivíduo, mas sim como parte integrante de um *colectivo anónimo*.

Ao aceitar e viver de certo modo o papel que lhe foi atribuído pelo colonizador, o homem colonizado acabava por dar razão ao sistema colonizador, “o que explica entre outras coisas, a relativa estabilidade das sociedades; a opressão torna-se de bom ou mau grado, tolerada pelos próprios colonizados”<sup>161</sup>. A este processo, Memmi chamou de *mistificação* do colonizado.

Segundo este sistema, a história do colonizado e do seu território apenas existe quando incorporada na história do colonizador, uma vez que a “*colonização suprime-lhe toda a possibilidade de interferir tanto na paz como na guerra, toda a decisão que possa contribuir ao destino do mundo e ao seu próprio, toda a responsabilidade histórica e social. (...). Não é sujeito histórico.*”<sup>162</sup>.

A negação da sua situação enquanto colonizado e a tentativa de manutenção e sobrevivência do colonialismo por parte do colonizador, está na base do conflito

---

<sup>160</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 129.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 133-134.

entre estes dois grupos. De um lado as lutas de libertação nacional protagonizada pelos colonizados, do outro lado a guerra colonial produzida pelos colonizadores.

## **2. O sistema colonial no contexto internacional**

Na primeira metade do século XX, grande parte da África e da Ásia continuava submetida ao colonialismo europeu.

A partir de 1945, desenvolveu-se entre os povos colonizados um forte sentimento anti-colonialista, de recusa da dominação europeia, que os sujeitava à exploração económica, desvalorizava e destruía a sua cultura negando toda a sua personalidade enquanto homens. Pretendiam reconquistar a sua dignidade de seres humanos livres e responsáveis pelo seu futuro.

Vários factores contribuíram para este processo, dos quais destacamos a participação dos povos submetidos aos impérios colonizadores, nas duas guerras mundiais, ao lado das potências colonizadoras em defesa da liberdade e da democracia.

Esta participação deu-lhes a convicção de que deviam gozar de iguais direitos. O princípio de autodeterminação defendido na Carta do Atlântico de 1941, o aparecimento entre os povos colonizados de burguesias nacionais e de minorias intelectuais que, tomando consciência da injustiça da dominação, começaram a defender o direito à independência.

O sentimento de inconformismo e revolta ganhou um novo fôlego após a Segunda Guerra Mundial que, com base na Carta das Nações Unidas, deu início a uma nova fase da luta anti-colonial.

Os princípios libertários e emancipadores, nascidos pós Primeira Guerra Mundial e que tiveram grande expressão na escrita literária, ganharam um importante impulso no período pós Segunda Guerra Mundial, desta vez no plano político.

O pan-africanismo e os nacionalismos, em geral, tiveram um crescimento espectacular.

Distinguimos a emergência do movimento afro-asiático, surgido em 1947 durante a Conferência das Relações Asiáticas de Nova Delhi, onde foi enunciado desde o início o “*apoio aos movimentos de libertação nacional, procura de renovação económica*”<sup>163</sup>

A emergência dos nacionalistas e de lutas armadas para a conquista da independência, como foram o caso da Indochina, Índia, Indonésia, Norte de África (Marrocos e Argélia), as experiências na China com a Revolução Cultural, levaram a africa negra a consciencializar-se que “*a luta armada era o meio mais eficaz para se obter a independência, mas que a negociação com o colonizador representava uma alternativa igualmente eficaz que não devia ser descurada*”<sup>164</sup>.

O movimento veio culminar com a *Conferência de Bandoeng* realizada na Indonésia em 1955, possibilitou a emergência de uma importante força política no âmbito internacional, os países do chamado «terceiro mundo». Os países envolvidos consideraram e condenaram ser uma violação dos direitos humanos manter os povos sob domínio colonial e expressaram o compromisso de apoiar a luta dos povos colonizados a favor da sua autodeterminação e independência. Na conferência, não foi tomado partido a favor de nenhuma corrente política ou ideológica, uma vez que o princípio de autodeterminação dos povos conferia o direito de cada nação definir livremente seu sistema político e social.

Inspirada em Bandoeng, a *Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos* realizada no Cairo em 1957 teve como resultado uma série de resoluções, muitas das quais tratavam directamente as questões africanas.

Assinalou a criação formal do *Movimento de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos*, com base no princípio do desenvolvimento e fortalecimento do movimento de solidariedade afro-asiática em todos os países dos dois continentes, através da criação de Comitês de Solidariedade.

Relativamente a África o movimento pan-africano e os nacionalismos em geral tiveram um crescimento espectacular.

Em 1947, Kwame N’Krumah, auxiliado por George Padmore, assumira a chefia do Movimento Pan-Africanista em Londres. Neste âmbito, é criado, em 1949, o Convention People’s Party (PPC), instrumento político que activou a luta pela

---

<sup>163</sup> M’Bokolo, Elikia - *África Negra: história e civilizações*. Lisboa: Vulgata, 2007, vol. II, p.501.

<sup>164</sup> *Idem*, p. 500

autonomia do Ghana. A 20 de Novembro do mesmo ano, N'Krumah organizou uma reunião pública de protesto, reclamando a independência imediata do Ghana. Na conquista da independência do Ghana, em 1957, este apresentava-se como o iniciador do movimento de emancipação da África negra.

Em 1958, promove a Conferência de Accra, a primeira manifestação do movimento pan-africanista em terras africanas livres, com o objectivo de unir a luta pela independência entre todos os povos africanos e fomentar uma política externa de carácter continental, política essa que pressupunha uma cooperação cultural e económica entre todos os Estados Africanos.

A par dos acontecimentos culturais já referidos, este clima de mudança na política internacional, proporcionou uma firme tomada de posição por parte dos jovens negro-africanos em Portugal, nos quais já era patente este sentimento anti-colonial.

Houve, assim, a necessidade de criar uma estrutura política, representante do movimento anti-colonial e de denúncia do sistema colonizador português, que pudesse dar uma maior visibilidade internacional à ambígua presença de Portugal no novo panorama de democratização internacional.

### 3. Estratégias de resistência

A acção colonizadora em África, independentemente das circunstâncias locais ou de contextos particulares, ficou marcada por uma acção de resistência que assumiu diversas formas, por parte da população colonizada.

Esta luta de resistência, levada a cabo pelos povos africanos, ficou marcada por duas fases. Uma primeira fase, durante o período da colonização, caracterizada por uma resistência pouco organizada e pontual contra os abusos do colonizador, as taxas e culturas obrigatórias, os trabalhos forçados, usurpação de terreno. A segunda fase desta resistência teve lugar no século XX e ficou marcada pelas lutas em prol da libertação, assumindo uma forma política, armada e ideológica contra a presença colonial nos territórios. Neste período, a resistência assumiu diversas formas, assumindo um carácter mais organizado e moderno, adoptou a forma de greves, boicotes, formação de partidos políticos, protestos, opiniões em artigos de jornal, ou propaganda clandestina e, em último caso, a forma de luta armada.

Segundo o historiador africano Elikia M'Bokolo, a resistência, *“na sua forma, na sua duração, no seu conteúdo sociológico e ideológico, na base geográfica em que assentavam, na sua recorrência eventual, (elas) assumiram uma diversidade extrema em função de vários factores, entre os quais poderemos citar: o tipo de organização política nas vésperas da colonização e o grau de integração na economia de mercado de que a colonização representou uma fase de aceleração brutal, mas não num momento de ruptura; a duração, a forma e a intensidade dos contactos exteriores, tanto com os europeus e com os árabes, como com os grupos de intermediários e de conquistadores associados a uns e outros; a forma (conquista militar, aberturas diplomáticas, investidas dos colonos) e o grau de violência da intrusão estrangeira; a fase da dominação colonial; a organização social e cultural anterior à colonização...”*<sup>165</sup>.

Cabral definiu a resistência como *“uma coisa natural. Toda a força que se exerce sobre uma coisa qualquer dá lugar a uma resistência, quer dizer uma força contrária. E a força contrária da força colonialista e imperialistas é o movimento de libertação nacional. Isso só se pode resolver com*

---

<sup>165</sup> M'Bokolo, Elikia – *África Negra: história e civilizações*. Lisboa: Vulgata, 2007, vol. II, p.331

*trabalho político ou então, em certas condições pode tomar a forma de luta armada, que é o nosso caso concreto.*”<sup>166</sup>.

Segundo ele, era importante conhecer os objectivos da resistência levada a cabo pela luta de libertação “*Mas mais importante ainda, é saber porque é que resistimos, para que é que fazemos a resistência*”<sup>167</sup>.

Para Cabral, os objectivos da resistência no contexto em que se encontrava inserido, resumia-se ao fim da acção colonizadora “*na nossa terra, para criáramos um estado novo, diferente na base da justiça, do trabalho e da igualdade de oportunidade para todos os filhos da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde (...) destruir tudo quanto seja obstáculo ao progresso*”<sup>168</sup>. A criação e reformulação de organizações políticas clandestinas, tanto em Portugal como no exterior, foram as primeiras formas de resistência organizada anti-colonial. Nelas foram formados os principais quadros e os princípios ideológicos que regeram os movimentos de libertação.

Resultante do clima anti-colonial que começou a ser desenvolvido na CEI e no CEA, foi criado, em Lisboa, o Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP), substituído, em 1957, pelo Movimento Anti-Colonial (MAC).

O MAC<sup>169</sup> foi uma organização política clandestina, composta por representantes de todos os territórios africanos colonizados por Portugal, cuja estrutura esteve na base de formação dos principais movimentos de libertação

Na reunião de formação do MAC em Lisboa, que contou com a presença de Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos Noémia de Sousa e Lúcio Lara, ficaram definidos os princípios norteadores da acção do MAC: “*suscitar, desenvolver e coordenar a unidade dos Africanos na luta contra o colonialismo português. O M.A.C. tem por objectivo a conquista imediata da independência nacional dos países africanos sob dominação colonial portuguesa e a liquidação total do colonialismo português em África. (...)*

---

<sup>166</sup> Cabral, Amílcar, *Análise de alguns tipos de resistência*, Bolama, Imprensa Nacional, 1979, p. 9.

<sup>167</sup> *Ibid.* p. 9

<sup>168</sup> *Ibid.* p.10.

<sup>169</sup> Relativamente á questão dos territórios colonizados por Portugal, o MAC, foi o primeiro movimento político em Lisboa, ainda que clandestino, a tomar uma posição firme. Apenas nesta data o PCP, principal oposição ao governo português tomava uma posição oficial no V Congresso, onde pela primeira vez foi aprovada uma declaração sobre esta questão «*Liberdade e independência para os povos das colónias portuguesas*». Nesta declaração afirma-se que “*O V Congresso do PCP proclama o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África dominada por Portugal à imediata e completa independência. A causa dos povos coloniais identifica-se com a nossa própria causa. Não pode ser livre um povo que oprime outro povo?*” in Lara, Lúcio – *Documentos e comentários para a história do MPLA*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, p. 75.

*Propõe-se lutar pelo cumprimento de todas as convenções internacionais que tenham justamente tomado em consideração a situação dos nossos povos. (...) Denuncia e condena a repressão brutal a que os patriotas africanos estão sujeitos ... e alerta a todas as organizações patrióticas e todos os Africanos das colónias portuguesas para quem, numa frente unida e invencível, iniciem desde já a preparação, a estruturação e o desenvolvimento das bases e dos meios que permitirão aos nossos povos responder com a violência a todas as violências do colonialismo português.”<sup>170</sup> .*

Num período de cinco anos, o MAC sofreu duas transformações. A primeira, em 1960, durante segunda Conferência Pan-Africana, realizada em Tunes, onde passou a designar-se por *Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas* (FRAIN.), composta pelo PAI, MPLA e a União dos Povos de Angola (UPA).

A substituição do MAC pela FRAIN foi uma estratégia táctica, primeiro com o objectivo de acompanhar o clima político anti-colonial afro-asiático.

Segundo, a FRAIN tinha como objectivo tornar mais visível as actividades realizadas pelas organizações nacionalistas, tanto nos territórios colonizados, como a nível internacional, uma vez que o MAC parecia falhar na concretização dessa finalidade: “*o Movimento Anti-Colonialista encontra muitas dificuldades para executar as tarefas internacionais do seu programa. Clandestino no território português, apenas os elementos que se encontram no exterior podem, nos limites concedidos pelo Países onde se encontram acidentalmente, procurar estabelecer os contactos indispensáveis ao tipo de luta previsto, infelizmente, ainda não tivemos a possibilidade de ter uma sede no exterior que possa eliminar as enormes dificuldades criadas pelas distâncias. A falta dessa sede não nos permite assim ter relações regulares com o nosso povo, os nossos camaradas de luta que querem abandonar o território português e com as organizações que lutam para atingir o mesmo objectivo que nós.*”<sup>171</sup>.

Um ano depois, a FRAIN deu lugar à Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP.), contando, desta vez, com a participação de todos movimentos anti-coloniais dos países sob dominação portuguesa, o MPLA, o PAIGC, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), que

---

<sup>170</sup> Lara, Lúcio – *Documentos e comentários para a história do MPLA*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 655-665.

<sup>171</sup> *Idem*, p. 305

integrou a Frente de Libertação de Moçambique (FR.ELIMO), e o Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe (CLSTP).

As actividades realizadas no âmbito da CONCP passaram pela denúncia do colonialismo e a organização de uma plataforma de luta comum, dentro do contexto dos territórios colonizados por Portugal, integrado no contexto africano.

Participante activo desde início nas organizações colectivas anti coloniais, Cabral sublinhou o orgulho na sua evolução, “ *A CONCP deve também representar, e nós temos orgulho nisso, um exemplo para os povos de África. Porque nós somos, nesta luta gloriosa contra o imperialismo e colonialismo em África, as primeiras colónias que se reúnem para discutir em conjunto, para estudar em conjunto, os problemas que respeitam ao desenvolvimento da sua luta.*”<sup>172</sup> .

---

<sup>172</sup> Cabral, Amílcar – *Guiné- Bissau: Nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova aurora, 1974, p. 61.

#### 4. Amílcar Cabral e a diplomacia internacional na defesa dos direitos dos povos africanos

A actividade diplomática de Cabral na denúncia do sistema colonial português encontrou todo o seu suporte no direito internacional e desenvolveu-se em três campos de trabalho.

O primeiro campo de trabalho estava orientado para quatro grupos chave: a opinião pública internacional, os países africanos independentes, a ONU e a Igreja Católica.

A par da participação nas diversas conferências realizadas no continente africano, denunciando o sistema colonial português junto dos principais líderes, e a procura de apoio para o movimento anti-colonial, em 1960, enquanto presidente da FRAIN, Cabral, com o pseudónimo de Abel Djassi, redigiu o documento *Facts about Portuguese Colonialism*, apresentado em Londres a 3 de Março.

A denúncia, que teve um enorme impacto na imprensa internacional, serviu para alertar a opinião pública sobre a realidade dos territórios africanos colonizados por Portugal, mas serviu também para denunciar o sistema governamental português e o baixo nível de vida da população.

Embora a denúncia feita neste relatório tenha sido um ponto importante, a comunicação pretendia alertar a opinião pública mundial sobre a repressão colonialista em Angola, mais precisamente para o «Processo dos 50»<sup>173</sup>, com julgamento marcado para 7 de Março desse ano, “*Estou em Londres (...) para cumprir o que decidimos em Tunes. (...) Para estabelecer novos contactos num meio nunca explorado por nós, maduro na questão colonial, e onde estão presentes quase todos os nossos amigos potenciais. Para alertar a opinião mundial acerca da nossa luta e sobre o julgamento*”<sup>174</sup>.

A ONU foi outro importante campo de trabalho para Cabral. O Capítulo XI da Carta das Nações Unidas de 1945, sob o título «Declaração relativa a territórios não

---

<sup>173</sup> Pesava sobre este grupo, a acusação de pertencerem ao MPLA, e de atentado contra a segurança exterior do Estado português e contra a unidade nacional. Cabral caracterizou este caso, como sendo um “julgamento de litígio entre o colonialismo português e a Humanidade, em que PORTUGAL É O VERDADEIRO ACUSADO, cujo crime é as exploração, a delapidação, a humilhação” in Lara, Lúcio - *Documentos e comentários para a história do MPLA*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, p.379.

<sup>174</sup> *Idem.* p. 403

autónomos», deixava bem claro que “*Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidade pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem estar dos habitantes desses territórios, e, com esses objectivos a) Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso; b) Desenvolver a sua capacidade de se governarem a si próprios, tomar em devida conta as aspirações políticas dos povos, e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares de cada território e os seus habitantes, e os diferentes estádios de progresso*” (Artigo 73.º).

Na IVª Comissão das Nações Unidas realizada em Londres onde Cabral foi um dos intervenientes, os territórios colonizados por Portugal estiveram na ordem do dia. Nesta comissão, foi aprovada uma resolução que obrigava Portugal a fornecer imediatamente informações sobre os seus «territórios ultramarinos».

Apesar de significar uma vitória para os movimentos anti-coloniais, esta resolução pouco satisfazia as aspirações dos movimentos anti-coloniais, uma vez que não reconhecia “*o seu direito à autodeterminação e à independência. Ela não prevê nenhum dispositivo para evitar futuras brutalidades praticadas pelo governo português nestes territórios. Não obriga Portugal a garantir-lhes o gozo dos direitos fundamentais do homem, de modo a que eles possam criar as suas próprias instituições políticas e sociais que abram caminho a uma independência pacífica*”<sup>175</sup>.

Seguiram-se outras intervenções de Cabral na ONU, onde classificou as políticas portuguesas como um ataque aos direitos humanos: “*No momento em que a humanidade descobre a unidade e luta por uma comunidade de interesses baseados na paz, no reconhecimento dos Direitos do Homem, na liberdade e igualdade entre os povos, os colonialistas portugueses preparam-se para desencadear novas guerras coloniais.*”<sup>176</sup>.

Numa Europa maioritariamente católica, o contacto estabelecido com o Vaticano foi um facto de grande importância para o movimento anti-colonial.

---

<sup>175</sup> *Ibid.* p.567.

<sup>176</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978, p.,58.

Principal pilar de apoio para a manutenção do sistema colonial Português, a entrevista de Cabral, e outros dirigentes, com o Papa Paulo VI, em Junho de 1970 teve como objectivo alertar o mundo católico para o que realmente se passava nos territórios colonizados, acontecimentos que chocavam com os ideais católicos, “*a verdade é que até agora a hierarquia católica portuguesa tem-se mostrado, quer através dos órgãos de informação, quer através de todas as manifestações religiosas, favorável à guerra colonialista, a que chama na sua linguagem «defesa da civilização cristã». Admiramo-nos muito que se possa defender a civilização cristã massacrando os povos, queimando com napalm as crianças, as mulheres, aldeias inteiras. E desejamos verdadeiramente um gesto que possa convencer a opinião pública portuguesa de que não é essa a posição da Igreja Católica Romana.*” (Cabral 1974, p.106).

Com esta declaração, Cabral atacava não só o colonialismo português, como também defendia a própria luta de libertação, e colocava o mundo católico entre a espada e a parede: “*a Igreja está ao lado daqueles que sofrem e sempre lutou a favor da liberdade, da paz e da independência dos povos. Cremos que os católicos, especialmente os Portugueses, têm agora uma base muito concreta, (...), para julgarem, por um lado, aqueles que nos apoiam e, por outro, aqueles que até agora apoiaram a guerra colonialista. Porque estes estão contra os princípios daquele que é a máxima autoridade da Igreja.*”<sup>177</sup>.

O segundo campo de trabalho de Cabral foi a denúncia do sistema colonial tanto para o colonizado como para o colonizador. A denúncia que tomou a forma de *Mensagem* foi dirigida dentro do grupo colonizado, para aqueles que, querendo ou não, trabalhavam e contribuía para a manutenção do sistema colonizador português, os «funcionários públicos e empregados comerciais guineenses e caboverdeanos»; os «militares guineenses e caboverdeanos (oficiais, sargentos e soldados) obrigados a servir o exército colonial português» e os «jovens da Guiné e Cabo Verde».

Estes comunicados tinham em comum, o objectivo estratégico de mobilização política para a luta de libertação: “*Vocês são nossos irmãos. Seja qual for o vosso emprego (...) vocês são africanos, filhos das nossas terras e dos nossos povos. Por causa disso, muitos de vocês, embora mais capazes que os vossos colegas portugueses, nunca conseguiram passar da cepa-*

---

<sup>177</sup> Cabral, Amílcar – *Guiné- Bissau: Nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974, p. 107.

*torta dos lugares subalternos, foram preteridos ou prejudicados nos concursos, em benefício dos portugueses, sofreram e sofrem cada dia mais violentamente a hipócrita discriminação racial praticada pelos colonialistas portugueses. (...) Chegou a hora que ansiosamente todos esperávamos. Os nossos povos, cansados de injustiças, de crimes e de abusos, levantaram-se para agir directamente contra as forças colonialistas portuguesas*<sup>178</sup> .

Dirigindo-se ao grupo dos colonizadores, o objectivo destes comunicados tinha era divulgar e tornar bem claro os motivos que levaram ao início da luta de libertação, “*acabar com a dominação colonial portuguesa. (...) construir na paz, na dignidade e no contexto africano, uma pátria livre, democrática e progressiva, na qual qualquer homem, de qualquer origem, terá a oportunidade de desenvolver livremente a sua personalidade e de contribuir de maneira eficaz para o progresso de todos.*”<sup>179</sup> .

Repare-se que Cabral não coloca fora da luta nem os colonos nem os militares do exército colonial, pelo contrário, convida-os a participar na luta fazendo bem a distinção entre eles e o colonialismo português.

A eles competia decidir o seu destino “*numa pátria livre, democrática e progressista*”, assim como se revoltarem e provarem ao governo colonial português que eram “*homens conscientes decididos a servir os verdadeiros interesses do vosso povo*”<sup>180</sup> .

A tentativa de negociação com o governo português constituiu o terceiro campo de trabalho de Cabral.

Após um vasto trabalho de denúncia internacional do colonialismo português e do próprio sistema ditatorial português e das suas consequências para o país “*Portugal é um país subdesenvolvido com 40% de analfabetos e o seu nível de vida é o mais baixo da Europa (cujo) atraso económico ... reflecte-se na vida económica e financeira das suas colónias. Portugal nunca pôde nem poderá criar as bases necessárias para o desenvolvimento económico das suas colónias.*”<sup>181</sup>, Cabral tentou resolver por vias pacíficas a questão dos territórios colonizados.

Seguindo os métodos que seu pai havia usado anteriormente, foi elaborado um “*Memorandum do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ao Governo Português*”, “*Temos esperado, com paciência, que os actuais dirigentes*

---

<sup>178</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e luta II. A prática revolucionária*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 11 -17.

<sup>179</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>180</sup> *Ibid*, p. 25.

<sup>181</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p. 61.

*de Portugal se resolvam a analisar concretamente a situação dos nossos países e dos próprios interesses portugueses – e se decidam a reconhecer aos nossos povos o direito à autodeterminação, consagrado pela Carta das Nações Unidas e respeitado pela esmagadora maioria das potências coloniais. (...) Acreditamos no interesse e na possibilidade real duma solução pacífica do conflito que opõe os nossos povos ao Governo português (...) Por isso, o partido Africano da Independência, interpretando fielmente as mais justas aspirações dos povos guineense e caboverdeano, toma a iniciativa de propor ao Governo português a realização urgente das seguintes mediadas, para a liquidação pacífica da dominação colonial nas nossas terras.”<sup>182</sup>.*

Perante a mudez do governo português sobre a proposta de negociação enviada em Outubro de 1961, Cabral voltou a tentar novas negociações propondo numa “Nota Aberta ao Governo Português” uma “*conferência entre representantes do Governo Português e representantes dos nacionalistas Guiné e Cabo Verde*”<sup>183</sup>.

A resposta negativa do governo português para uma resolução pacífica da questão colonial, o PAIGC proclamou o dia “*3 de Agosto de 1961 dia da passagem da nossa revolução nacional da fase da luta política à da insurreição nacional, à acção directa contra as forças colonialistas*”<sup>184</sup>.

Com base no direito internacional, Cabral fundamentou as suas acusações contra o governo português e o seu “*manifesto desrespeito tanto pelo princípios da Carta como pela nova disposição da lei internacional que condena esse sistema*”<sup>185</sup>.

Confrontou a política internacional, por falhar na sua missão de obrigar o governo português a reconhecer e aplicar na íntegra as Resoluções tomadas a favor do direito dos povos à autodeterminação e independência: “*Ou a ONU, devidamente apoiada pelas forças democráticas do mundo, consegue conceber e levar à prática medidas concretas para impor ao Governo português o respeito pela Carta e pela Resolução sobre a descolonização, o regresso á legalidade internacional, a renúncia a uma posição contraria aos interesses da civilização e o fim da perpetração dum crime contra a humanidade. Ou a ONU, por carência de apoio, ou de métodos ou de meios práticos ou de todos os factores, não consegue demover o Governo português da sua teimosa e absurda posição*”<sup>186</sup>.

---

<sup>182</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e Luta II. A prática revolucionária*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 27-31

<sup>183</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>184</sup> *Ibid.* p 35.

<sup>185</sup> *Ibid.* p. 185.

<sup>186</sup> *Ibid.* p187.

Tendo em conta este conjunto de factores, Cabral com base no direito internacional legalizou todas as atitudes que o povo guineense e caboverdeano pudessem vir a tomar na luta pelo direito à autodeterminação e à independência nacional.

A luta de libertação nacional deixava de ser considerada uma atitude criminosa para passar a estar legal, integrada e protegida pelo direito internacional, “ *O povo da Guiné, com base na realidade da sua existência e apoiado no direito internacional, que garante a todos os povos o direito a disporem de si mesmos, o direito à autodeterminação nacional e, ainda, o direito à insurreição contra a dominação estrangeira, lutava para poder dispor do seu destino (autodeterminar-se), para conquistar a independência nacional e liquidar a dominação estrangeira da sua pátria*”<sup>187</sup> .

Por outro lado, a sua luta encontrava-se em colaboração com a ONU, uma vez que defendia os seus interesses “*A nossa luta perdeu o seu carácter estritamente nacional para se projectar no campo internacional. (...) Nós não estamos a lutar apenas pela realização das nossas aspirações à liberdade e à independência nacional. Estamos a lutar – e lutaremos até à vitória – para que as resoluções e a Carta das Nações Unidas sejam respeitadas. (...) nós somos combatentes anónimos da ONU.*”<sup>188</sup>.

A atitude diplomática de Cabral possibilitou que fosse o primeiro representante de um povo em luta que tomou a palavra na qualidade de observador das Nações Unidas. A sua posição permitiu também que, em 1971, o Comité de Descolonização da ONU apoiasse a independência da Guiné e Cabo Verde.

O PAIGC foi reconhecido em 1972, pelo Conselho de Segurança da ONU, como o representante legítimo do povo guineense e caboverdeano, e a independência da Guiné proclamada a 24 de Setembro de 1973, tendo sido reconhecida pela Assembleia-Geral da ONU, antes mesmo de Portugal.

---

<sup>187</sup> *Ibid.* p. 184.

<sup>188</sup> *Ibid.* p. 192.

**Capitulo V – Estratégias políticas – culturais de Cabral para a  
independência da Guiné e Cabo Verde**

## 1. Os fundamentos teóricos de Cabral

### 1.1. História e Cultura

A «deficiência ideológica» ou a ausência de ideologia, o desconhecimento das realidades africanas, a importação de metodologias estrangeiras para África e a falta de uma vontade própria em construir um projecto próprio foram as principais críticas de Cabral em relação à atitude dos movimentos de libertação nacional africanos.

Atitudes que o levaram a afirmar que, *“por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só podemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e com os nossos esforços e sacrifícios próprios. (...) A deficiência ideológica para não dizer a falta total de ideologia, por parte dos movimentos de libertação nacional – que tem a sua justificação de base na ignorância – constitu uma das maiores senão a maior fraqueza da nossa luta contra o imperialismo”*<sup>189</sup>.

O conhecimento das realidades africanas, adquirido pela sua profissão, as influências recebidas das correntes ideológicas políticas e culturais que marcaram o mundo na segunda metade do século XX – marxismo-leninismo, o pan-africanismo, negritude, e a sua actividade diplomática permitiram que Cabral construí-se e desenvolve-se um projecto político-cultural, adaptado ao contexto africano mais concretamente à Guiné e Cabo Verde.

Tendo em conta a realidade em que estava inserido, a primeira atitude de Cabral na concepção do seu modelo foi conhecer e analisar as dinâmicas da sociedade colonizada e colonizadora.

Com base na teoria marxista, Cabral efectuou uma leitura da sociedade colonizada com base no materialismo histórico e dialéctico<sup>190</sup>, onde o conhecimento do processo histórico assumiu um papel central.

---

<sup>189</sup>Cabral, Amílcar – *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p.201-202.

<sup>190</sup> A dinâmica dialéctica TESE+ANTITESE=SÍNTESE, enunciada pelo filósofo alemão Friedrich Hegel, afirma que tudo é fruto da luta de ideias e forças, que na sua oposição geram uma realidade concreta, que uma vez sendo síntese da disputa, torna-se novamente tese, que já carrega consigo o seu oposto a antítese, que numa nova luta de um ciclo infinito gerará o novo, a nova síntese.

Cabral considerava o conhecimento do processo histórico um elemento essencial para compreender as diversas fases de desenvolvimento da sociedade e conhecer a natureza e a extensão dos seus desequilíbrios e conflitos. O processo histórico da colonização e o seu impacto sobre a sociedade africana constituiu a Tese de toda a sua análise socioeconómica e cultural.

Este interpretou o colonialismo/imperialismo como o resultado de um processo histórico, incumbido de uma «missão histórica», que falhou quando aplicado aos territórios colonizados, ou seja na *“sua condição de capital em acção (...) aceleração do processo de desenvolvimento das forças produtivas e transformação, no sentido da complexidade, das características do modo de produção; aprofundamento da diferenciação das classes com o desenvolvimento da burguesia e intensificação da luta de classes; aumento significativo do standard geral médio do nível de vida económica, social e cultural das populações. (...) quer no plano económico, quer nos planos social e cultural, o capital imperialista ficou longe de cumprir (...) a missão histórica desempenhada pelo capital nos países de acumulação:”*<sup>191</sup> .

Para as sociedades colonizadoras o seu impacto foi positivo, uma vez que permitiu a acumulação de mais-valias e desenvolvimento económico e social, nas sociedades colonizadas o seu resultado foi a *“paralisia, a estagnação”* do processo histórico, e a desestruturação social, *“a perda progressiva, em certos casos, do prestígio das classes ou camadas dirigentes nativas, o êxodo forçado ou voluntário, duma parte da população camponesa para os centros urbanos, com conseqüente desenvolvimento de novas camadas sociais: trabalhadores assalariados, empregados do Estado, do comércio e profissões liberais, e uma camada instável dos sem trabalho (...) a acção imperialista orienta-se no sentido da criação duma burguesia ou pseudo-burguesia local, enfeudada à classe dirigente do país dominador.”*<sup>192</sup> .

A discrepância entre estes dois mundos impunha ao segundo lutar pela reconquista do seu processo histórico que havia-lhe sido negado pelo país colonizador.

---

Karl Marx e Friedrich Engels, influenciados por este pensamento elaboram uma nova concepção filosófica do mundo, o **“materialismo histórico e dialéctico”**, que usaram para a análise social.

O materialismo dialéctico é assim chamado, porque a sua maneira de considerar os fenómenos da natureza, o seu método de investigação e de conhecimento é dialéctico, e a sua interpretação, a sua concepção dos fenómenos da natureza, a sua teoria é materialista.

O materialismo histórico estende os princípios do materialismo dialéctico ao estudo da vida social, aplicando estes princípios aos fenómenos da vida social, ao estudo da história da sociedade. A dialéctica marxista defende que as leis do pensamento correspondem às leis da realidade. A matéria e o conteúdo histórico, ditam a dialéctica do marxismo.

<sup>191</sup> Cabral - *Amílcar, Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p.90..

<sup>192</sup> *Idem.* p. 207.

A reconquista deste direito passava pela recuperação da independência e liberdade política, económica, social e cultural, que os países colonizadores tentavam usurpar através de diversos métodos violentos, alguns deles referidos em capítulos anteriores.

A situação em que a população se encontrava e a luta para a recuperação deste conjunto de direitos, a que Cabral deu o nome de Cultura, constituiu a Antítese de todo o processo histórico da sociedade colonizada.

Tendo em conta os diversos significados atribuídos ao conceito cultura, nas mais diferentes áreas das ciências sociais como a sociologia, história e antropologia, todas elas têm como característica comum o homem, as suas relações sociais, e o produto dessas relações.

Um produto que pode assumir as mais diferentes formas e significados, como a produção do conhecimento, a criação de obras de arte, a construção de tradições e de costumes, de crenças, de modos de comportamento, de comunicação, de organização económica, política e jurídica, etc.

Resultado do modo como os diversos grupos humanos foram resolvendo os seus problemas ao longo da história, a cultura simboliza a humanização e a criação, ou seja, humanização na medida em que o homem só se torna homem porque no seio de um grupo cultural.

Simboliza, a criação uma vez que o homem não só recebe a cultura dos seus antepassados, como também cria elementos que a renovam.

Neste sentido a cultura possui um carácter adaptativo, ou seja o homem tem a capacidade de responder ao meio de acordo com a mudança de hábitos, como goza também de um carácter cumulativo, na medida em que as modificações trazidas de uma geração para outra acabam por eliminar, transformar e incorporar na cultura aspectos mais adequados à sobrevivência.

Em resumo, a cultura simboliza tudo o que é apreendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo social, corresponde a formas de organização social transmitidas e remodeladas de geração em geração que, a partir de uma vivência e tradição comum, se apresenta como a identidade daquele grupo<sup>193</sup>.

---

<sup>193</sup> Segundo JeanLoup Amselle, “ *a culture never manifest itself as strongly as when is this in the process of disappearing. (...) Culture as a collective identity, as a classification, us thus continuously the subject of a political struggle, of a struggle for*

Para Cabral a cultura assumiu um papel central no processo de luta de libertação nacional.

Sem discordar da anterior definição de cultura que apresentamos, para Cabral a cultura era a síntese das dinâmicas elaboradas e fixadas pela «consciência social», para a solução dos conflitos em cada etapa da evolução de uma sociedade.

A cultura era o motor da história, uma vez que se tratava do nível de consciência e desenvolvimento do pensamento do homem colonizado, que tinha como objectivo reconquistar a sua personalidade histórica e a independência, “*resultante mais ou menos consciencializada das actividades económicas e políticas, a expressão mais ou menos dinâmica do tipo de relações que prevalecem no seio dessa sociedade, por um lado entre o homem, (considerado individual ou colectivamente) e a natureza e, por outro, entre os indivíduos, os grupos de indivíduos, as camadas sociais ou as classes. (...) Fruto da história de um povo, a cultura determina, simultaneamente, a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem (...) elemento essencial da história de um povo. Como a história ou porque é história, a cultura tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção*”<sup>194</sup>.

Para Cabral a cultura era a resposta a toda a violência e usurpação de que foi vítima, a sociedade colonizada. Esta respondeu também com um carácter violento. Segundo Cabral, tratou-se de uma violência *libertadora* ou *revolucionária* e *organizada*, encarada de forma positiva e optimista, cuja finalidade era a transformação da vida económica, social e cultural das sociedades africanas colonizadas no sentido do progresso.

A cultura que assume a forma de *violência libertadora/ revolucionária* aparece como uma forma de defesa e de resistência contra o poder colonial, ou seja um jogo de forças entre o território colonizado e o país colonizador<sup>195</sup>.

Esta nova violência libertadora ou revolucionária tomou corpo na luta armada, que segundo Cabral, perante a situação que se vivia era o único recurso para a reconquista da liberdade, “*forma de violência que (deve) ser utilizada pelas forças de libertação nacional, para não só responderem à violência do imperialismo mas também para*

---

*recognition that takes the shape of an incessant reclassification, such that even the appearance of the society must be subjected to constant redefinition.*”, in Amselle, Jean-Loup – *Mestizo logics: Anthropology of identity in Africa and elsewhere*, Californi: Stanford University Press, 1998, p. 41-42.

<sup>194</sup> *Ibid.* p. 223-224.

<sup>195</sup> “*The definition of a given culture is, in fact, the result of a relation of intercultural forces: the culture that dominates spatially maintain the ability to assign other cultures to their respective places within the system, thereby making them into subordinate or determined cultures. Thus are cultures that have the power to name other cultures and to circumscribe their own field of expression, while others are only capable of being named.*” *Idem.* p, 33

*garantirem, através da luta, a vitória final da sua causa, isto é, a verdadeira independência nacional*<sup>196</sup>.

Síntese de todo este processo, o desenvolvimento do movimento de libertação nacional e da luta armada estavam, no entanto, dependentes da existência de uma estrutura que desempenhasse a função de mobilizar, preparar o povo sob a direcção de uma organização política sólida e disciplinada.

Uma estrutura que conseguisse aglutinar, no seu seio, todos os grupos sociais que formavam a sociedade colonizada e capaz de construir e desenvolver, de forma progressiva, uma cultura nacional, inserida numa dimensão internacional.

Foi dentro deste contexto que surgiu o Partido/ PAIGC, enquanto instrumento político e cultural, capaz de guiar o povo para a independência durante a luta de libertação e garantisse a construção nacional após a sua reconquista.

No entanto, a síntese de todo este processo, novamente se transformaria em tese, uma vez que após a independência iniciar-se-ia um novo momento histórico, resultante das aprendizagens feitas durante o processo histórico de libertação nacional e dos factores internos e externos que a influenciaram.

## **1.2. Luta de Classes ou de uma Nação-classe**

Tal como Karl Marx utilizou o método dialéctico, nomeadamente o «materialismo histórico e dialéctico», para explicar as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos, Cabral utilizou o mesmo método para explicar que a leitura histórica realizada por Marx não se adaptava às sociedades africanas colonizadas.

Na teoria marxista, o materialismo histórico pretende explicar a história das sociedades humanas, em todas as épocas, através dos factos materiais, essencialmente económicos e técnicos. A sociedade é comparada a um edifício no qual as fundações seriam representadas pelas forças económicas, a infra-estrutura,

---

<sup>196</sup> *Ibid.* p. 211.

enquanto o edifício em si, era representado pelas ideias, costumes, instituições (políticas, religiosas, jurídicas, etc), a super-estrutura.

A concepção materialista da história de Marx afirmava que o modo pelo qual a produção material de uma sociedade constituía o factor determinante da organização política e das representações sociais de uma época.

Ao estudar determinado facto histórico, Marx procurava os elementos contraditórios e tentava encontrar o elemento responsável pela transformação num novo facto que desse continuidade ao processo histórico.

No processo histórico, essas contradições eram geradas pelas lutas entre as diferentes classes sociais. A evolução de um modo de produção para o outro ocorreu a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da luta entre as classes sociais (relações de produção) predominantes em cada período.

Sem discordar da leitura marxista da história da humanidade, Cabral discorda da sua aplicação às realidades africanas, uma vez que, enquanto doutrina, realizou a sua análise histórica centrada nas experiências europeias.

Discorda, primeiro no que respeita à aplicação da «ditadura do proletariado», uma vez que *“ela não se coaduna connosco; nós não temos proletariado. As estruturas dos partidos marxistas não podem aplicar-se entre nós. O marxismo visava as sociedades industriais do passado do ocidente.”*<sup>197</sup>.

Segundo, rejeita o conceito de luta de classes sociais (burguesia e proletariado) como força motriz da história africana: *“Aqueles que afirmam – e quanto a nós com razão – que a força motora da história é a luta de classes, decerto estariam de acordo em rever esta a afirmação, para precisá-la e dar-lhe até maior aplicabilidade, se conhecessem em maior profundidade as características essenciais de alguns povos colonizados (dominados pelo imperialismo)”* (Cabral 1974, p. 202).

Para Cabral, a análise marxista excluía de todo o processo histórico da humanidade todas as regiões, povos e épocas, onde a escrita não era utilizada: *“A história de toda a sociedade até aqui é a história (escrita) de luta de classe”*<sup>198</sup>.

---

<sup>197</sup> Amílcar Cabral em entrevista in Arquivo PIDE/DGS pasta n.º2, p. 170-174

<sup>198</sup> Marx, Karl; Engels, Frederich – *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante, 2004, p. 36.

A análise realizada por Marx, segundo o Manifesto Comunista, teve como ponto de partida o “*descobrimto da América, a circum-navegação de África (...) o mercado das Índias orientais e da China*”<sup>199</sup>.

A tentativa de refutar qualquer teoria que deixasse de fora da história mundial os povos que haviam sido subjugados, levou-o a rever alguns conceitos, nomeadamente marxistas.

A ideia de luta de classe também excluía da história os povos e regiões onde o desenvolvimento das forças e relações de produção não se tinham submetido à categoria de classes sociais. Esta interpretação levou Cabral a questionar-se sobre o conceito história e quem nela participava, “*Será que a história só começa a partir do momento em que se desencadeia o fenómeno classe e, conseqüentemente, luta de classes? Responder pela afirmativa seria situar fora da história todo o período de vida dos agrupamentos humanos... Considerar que vários agrupamentos humanos da África, Ásia e América Latina viviam sem história ou fora da história no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo.*”<sup>200</sup>.

Uma vez que a leitura do processo e evolução histórica da sociedade de Marx não reflectia as realidades africanas, mais especificamente a realidade guineense e caboverdeana, Cabral considerava que a evolução do processo histórico das sociedades africanas, no momento em que estava integrado, encontrava-se não na luta de classes mas sim no modo de produção e no nível das forças produtivas.

Era o grau de domínio do homem sobre as forças produtivas que indicariam o estado de desenvolvimento de cada sociedade dentro de um conjunto humano.

Ao adoptar esta leitura, Cabral integrou os povos africanos no processo histórico, demonstrando que estes também haviam contribuído para o desenvolvimento histórico da humanidade através das suas técnicas que foram violentamente usurpadas e estagnadas pela acção colonizadora.

Repare-se que Cabral não exclui a existência de uma luta de classes, num futuro próximo, nas sociedades africanas.

Tal como em todas as sociedades, o desenvolvimento do processo histórico e os diversos factores (interiores ou exteriores) que contribuíram para a sua evolução, deu origem à formação de grupos sociais com diferentes níveis económicos.

---

<sup>199</sup> *Idem*, p. 37.

<sup>200</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p. 203.

No caso ocidental o desenvolvimento económico possibilitou o aparecimento de dois grupos antagónicos - o proletariado e a burguesia. No caso africano o colonialismo possibilitou o aparecimento de uma *pseudo-burguesia* local, habitante na sua maioria nas cidades, dependente do sistema colonizador e de um grande grupo de trabalhadores agrícolas ou citadinos.

Este grupo oprimido pelos colonizadores opressores, segundo Cabral, constituía um só grupo que apelidou de *Nação-classe*. Este conceito abrangia todos os grupos sociais que constituíam a sociedade guineense e caboverdeana, a quem havia sido usurpada a história pela classe burguesa do país colonizador: “*Essa Nação-classe, que pode estar melhor ou pior definida, é dominada não pelo povo do país colonialista mas pela classe dirigente do país dirigente*”<sup>201</sup> .

Esta Nação-classe de Cabral, encontrava-se mobilizada à volta do objectivo comum, a transformação estrutural da situação opressora e colonizadora que a todos desfavorecia. Em poucas palavras exigia a independência e a sua libertação “*de toda e qualquer espécie de opressão, a liquidação progressiva de todas as barreiras económicas, sociais e culturais a que tem estado sujeito, a construção de uma sociedade nova, baseada no trabalho e na justiça; enraizada na nossa própria história e na realidade da nossa terra, aberta a todas as conquistas realizadas pela humanidade no caminho do progresso.*”<sup>202</sup>.

Mas se esta luta Nação-classe realizava-se contra um grupo opressor, no caso guineense e caboverdeano este opressor era o governo colonial português, constituído pela classe burguesa colonialista portuguesa: “*a nossa luta é, fundamentalmente, baseada não na luta de classes mas na luta da nossa Nação-classe contra a classe dirigente colonialista portuguesa.*”<sup>203</sup> .

Tendo em conta a situação, política, económica e social de Portugal na altura, a luta desenvolvida por esta Nação-classe, aliava-se à própria luta desenvolvida pelo povo português contra a classe dirigente do país: “*é aí que se encontra exactamente a união entre a nossa luta e a luta do português para a transformação social económica e cultural da sua vida;*

---

<sup>201</sup> Cabral, Amílcar, entrevista do Secretário-geral do PAIGC, «Anticolonialismo e polémica, Londres, 27 de Outubro de 1971, p. 9.

<sup>202</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e Luta II. A prática revolucionária*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 116.

<sup>203</sup> Cabral, Amílcar – entrevista do Secretário-geral do PAIGC, «Anticolonialismo e polémica, Londres, 27 de Outubro de 1971, p. 10.

*porque o povo português também se bate, utilizando formas que são cada vez mais desenvolvidas contra a mesma classe dirigente.”*<sup>204</sup> .

Afirmar que lutava contra o sistema colonial português e não contra o povo português foi o mote para a formação de uma nova frente da luta, desta vez contra o próprio sistema político português defensor do colonialismo: “*Nunca lutámos contra a política de um homem, nem nunca lutamos contra Salazar; nem sequer contra o fascismo. São os portugueses patriotas que devem lutar contra o fascismo português. Nós lutamos contra o colonialismo português e ele não é filho de Salazar, mas duma situação de dominação de classe em Portugal e da situação imperialista em geral.*”<sup>205</sup>.

A luta dos portugueses contra a opressão seria a aplicação da estratégia utilizada nas colónias – destruir o colonialismo português destruindo também o fascismo em Portugal.

Com esta fórmula, Cabral tentava consciencializar o povo português da opressão a que estava sujeito e que essa mesma opressão repercutia-se ou contribuía para uma opressão desse mesmo governo à população das colónias.

Tratava-se de uma dupla luta de libertação: a luta nos territórios colonizados contra o colonialismo e a luta na metrópole contra o fascismo. Ambas tinham o mesmo fim: *Liquidar o fascismo em Portugal, se ele não se liquidar pelar pela liquidação do colonialismo ...Por isso dirigindo-se ao seu povo, ele dirigia-se também ao povo português, dando à sua luta uma dimensão cultural duplamente libertadora e desalienante. (do homem português) sujeito a um sistema que o alienava da sua dignidade e da sua verdadeira identidade cultural*<sup>206</sup>.

Na conquista da liberdade, Cabral acabou por seguir as pisadas da teoria marxista. Para Marx, a burguesia moderna das sociedades ocidentais, “*produto de um longo percurso de desenvolvimento (...), desempenhou na história um papel altamente revolucionário*”<sup>207</sup>.

Para Cabral, a pseudo-burguesia formada pelo colonialismo, que apelidou de *revolucionária* cabia a tarefa dirigir a luta de libertação nacional.

Pelo papel que desempenhava dentro do sistema colonizador, era ela quem mais cedo tomava consciência das contradições e das desigualdades sociais dentro do

---

<sup>204</sup> Idem. p. 10.

<sup>205</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e luta I. A arma da teoria*, Lisboa, Seara Nova, 1978. p.100.

<sup>206</sup> Alegre, Manuel – «O duplo sentido cultural da obra de Amílcar Cabral». *Continuar Cabral. Simpósio internacional Amílcar Cabral*, Odivelas:Estampa, 1984, p. 228.

<sup>207</sup> Marx, Karl; Engels, Frederich – *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições Avante, 2004, p. 38

sistema colonizador: “a camada que mais cedo realiza a consciência da necessidade de se desembaraçar da dominação estrangeira”<sup>208</sup> .

A esta classe em formação cabia a tarefa de reconquistar o modo de produção e as forças produtivas, usurpados pela classe burguesa colonialista portuguesa, e colocá-los ao serviço do desenvolvimento do povo a fim de criar “a possibilidade concreta de passarem da situação de exploração e de subdesenvolvimento em que se encontram, para uma nova fase do seu processo histórico, a qual pode conduzi-los a uma forma superior de existência económica, social e cultural.”<sup>209</sup> .

No entanto, o seu papel na luta de libertação estava pendente entre duas balanças, ou aliava-se de corpo e alma ao movimento de libertação, ou *emburguesava-se*, isto é traía a revolução e aliava-se com o *capital imperialista*, criando assim uma situação neocolonial no território.

Para que esta segunda hipótese não vigorasse, Cabral propunha que esta “*pseudo burguesia revolucionária*”, fosse capaz “*de suicidar-se como classe para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertence.*”<sup>210</sup>

A proposta de suicídio de classe de Cabral passava por um processo educativo a que chamou de *reafricanização* ou *reconversão dos espíritos*. Este processo tinha como objectivo reforçar neste grupo uma consciência revolucionária; repudiar a mentalidade de classe assimilada do país colonizador, desalienando-se, e possibilitar uma identificação com os grupos trabalhadores.

A tomada de poder pela pequena burguesia autóctone, para além de se contrapor a teoria da ditadura do proletariado marxista, contraria também a dialéctica marxista da história, uma vez que Cabral não via no suicídio de classe o fim das contradições sociais: “*A eternidade não é coisa deste mundo, mas o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer história, porque não pode libertar-se do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas.*”<sup>211</sup> .

---

<sup>208</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p. 212.

<sup>209</sup> *Idem*, p. 205.

<sup>210</sup> *Ibid.* p. 213.

<sup>211</sup> *Ibid.* p. 204.

Resta-nos tentar perceber a forma como Cabral visionou esta libertação e a reconquista dos modos de produção e da personalidade histórica do homem negro africano.

## 2. O campesinato e a luta de libertação nacional

A agricultura, e o elevado grau de dependência da população deste sector económico, foi uma característica geral dos países onde Cabral viveu.

Em Cabo Verde, Cabral teve a oportunidade de vivenciar de perto as crises agrícolas provocadas pela seca e a falta de investimentos técnicos para o seu desenvolvimento. Em Portugal, teve a possibilidade de conhecer de perto as precárias condições de vida do agricultor português, bem como da exploração de que foi vítima. Durante o período que viveu em Portugal, Cabral teve também a oportunidade de presenciar algumas manifestações levadas a cabo pelo próprio camponês.

Na Guiné e em Angola, enquanto engenheiro agrónomo, teve a oportunidade de conhecer um mundo agrícola tradicionalmente africano. Pôde também verificar os imensos recursos que poderia retirar da terra, com base numa boa assistência técnica. Mas, enquanto que na Guiné conheceu um agricultor mais livre no cultivo da terra, em Angola assistiu à exploração económica da terra e do seu agricultor.

Em todos estes países onde viveu, a figura do camponês sempre foi uma presença constante.

Tudo isto leva-nos à questão de como Cabral interpretou o papel do campesinato na luta de libertação nacional.

Segundo Cabral, apesar de o camponês, ou seja o homem que vive e trabalha no campo, com poucas relações com o sistema colonizador, o bastião da cultura tradicional, constituir maior grupo da sociedade, onde estava concentrada a força física, este não se encontrava preparado para assumir as rédeas da luta de libertação uma vez que se encontrava mais afastado do poder colonizador do qual tinha muito pouco, ou quase nenhum, conhecimento sobre o modo como este funcionava, uma vez que este *“não sabe ler nem escrever e quase não tem relações com as forças coloniais, excepto o pagamento dos impostos, que, mesmo assim, não paga directamente”*<sup>212</sup>.

---

<sup>212</sup> *Ibid.* p. 145

Este camponês, segundo Cabral “*não tem reivindicações de terra a fazer. Cada qual pode cultivar o seu bocado de terra*”, mas tal não indica que esta massa camponesa esteja completamente alheia aos problemas levantados pela acção colonizadora. Ela está consciente e, por isso, participa activamente na luta.

Mesmo assim, a mobilização nos campos foi uma tarefa difícil, era preciso fazer com que as pessoas do campo compreendessem a sua situação de «colonizado»: “*Os nossos militantes da cidade foram também para lá – operários, pequenos empregados, etc. – todos abandonaram o que tinham e partiram para o mato a fim de mobilizar a população.*”<sup>213</sup>.

Quando transporta a mobilização para o campo, o objectivo é tentar provar ao camponês de que era explorado na sua própria terra.

A mobilização e consciencialização que foi feita nos campos, diferenciava-se daquela que acontecia na cidade, não se tratava de explicar que era a luta contra o imperialismo e colonialismo, uma vez que estes não tinham um contacto directo com o sistema colonial.

Utilizando uma linguagem directa e compreensível ao camponês iletrado, tentou fazer compreender ao camponês a sua situação real, a qual com que o camponês estivesse em contacto, confrontando-o com a sua realidade quotidiana, “*Lembrem-se sempre, que o povo não combate por ideias feitas, por coisas que existem na cabeça dos indivíduos. O povo luta e aceita fazer os sacrifícios necessários. Mas fazem-no para obter vantagens materiais, para viver em paz e melhorar as suas vidas, para sentir progresso e para poder garantir um futuro aos seus filhos*”<sup>214</sup>.

Por esta falta de contacto com o sistema colonial, Cabral não considera ser os camponeses a grande força revolucionária da luta de libertação, uma vez que estes (juntamente com as classes trabalhadora da cidade), não conseguiam ainda “*distinguir de per si a verdadeira independência nacional da fictícia independência política.*”<sup>215</sup>.

Cabia à pequena burguesia revolucionária, que Cabral reconhece como sendo uma *minoría activa* da população, a tarefa de “*consciencializar ab initio essa diferença e leva-la, através da luta, à consciência das massas populares*”<sup>216</sup>. Esta ideia partilhada também por Kwame N’Krumah, apelando à necessidade de “*desenvolver o potencial revolucionário*

---

<sup>213</sup> Amílcar Cabral, *Guiné-Bissau – Nação Africana Forjada na Luta*, p.86

<sup>214</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p. 220

<sup>215</sup> *Idem*, p. 209

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 210

*dessa camada rural de camponeses e operários agrícolas, porque constituem a força principal da revolução. Compete aos quadros revolucionários a tarefa primordial de os levar a tomar consciência das realidades do seu potencial económico, e de os conquistar*<sup>217</sup>.

Uma das características do projecto de Cabral e apesar de abordar muito vagamente o seu projecto de construção pós independência é possível verificar que este foi o grupo a que Cabral mais prestou atenção.

Os planos de reforma agrária e a aposta na exploração de produtos economicamente rentáveis estiveram na base dos seus planos para esse período.

Tudo isto leva-nos a crer que, apesar de os camponeses não serem, para Cabral, a grande força revolucionária, era contra a exploração e miséria deste grupo sujeito a dominação colonial que a revolução deveria dirigir-se.

No entanto, apesar de todo o empenho e confiança nas massas camponesas e mesmo da sua participação na revolução/luta de libertação, a sua história em todo este processo de independência ainda continua por explorar.

---

<sup>217</sup> N'Krumah, Kwame – *A luta de classes em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977, p. 94.

### 3. PAIGC

#### 3.1. Formação de um Estado-Nação na Guiné e em Cabo

##### Verde

O século XIX europeu – prolongando-se pelo século XX – ficou marcado pela formação do Estado-nação, tal como hoje o conhecemos. A definição do Estado partiu do princípio de forma ideal de organização política, social e cultural, seja a da correspondência entre um território, o exercício de uma soberania por um país, uma língua nacional e um povo.

A formação do Estado-nação foi feita na base de violências autênticas ou simbólicas, de exclusão do Outro/estrangeiro e de invenção do nacional.

Tal processo foi aplicado por nações europeias na construção dos seus grandes impérios coloniais, onde as suas colónias seriam o lugar de invenção, aplicação, verificação e legitimação de conceitos que permitiam confirmar uma suposta vocação civilizadora contido no carácter nacional e colonizador do Estado-nação.

Se, por um lado, o Estado-nação permitiu conceber uma ideia de comunidade que suprimia as desigualdades sociais internas, por outro lado, os territórios colonizados asseguravam a ordem “natural” de uma desigualdade hierárquica, implícita na ideia de que alguns povos ou nações eram superiores e tinham o direito, e mesmo a obrigação, de tutelar outros povos considerados inferiores.

No caso dos antigos Estados africanos, cujas fronteiras foram destruídas e novamente moldadas a régua e esquadro consoante os interesses dos Estados-nação europeus, permitiram a formação de territórios colonizados profundamente fragmentados, desestruturados no plano político e económico, com uma grande diversidade populacional, linguística, cultural e administrativa.

Foi este o cenário com que Cabral se deparou em Cabo Verde e Guiné no início da luta de libertação nacional. O elo comum entre ambos os países foi a acção colonizadora portuguesa.

A necessidade de construir uma plataforma de luta comum entre estes países deu origem ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1956.

Com a formação do PAIGC com características ocidentais adaptado à realidade da Guiné e Cabo Verde, Cabral tinha como objectivo inserir o homem caboverdeano e guineense na dinâmica da história mundial: “*Claro que não podemos pretender, por exemplo organizar o nosso partido de acordo com os partidos da França ou de qualquer país da Europa, ou mesmo da Ásia, com a mesma forma de Partido. Começámos um bocado assim, mas aos poucos tivemos que mudar para nos adaptarmos à realidade concreta da nossa terra.*”<sup>218</sup> .

O PAIGC foi, segundo Cabral, a “*obra mais importante (que o povo da Guiné e Cabo Verde) realizou ao longo da sua história*”<sup>219</sup>, uma vez que não se tratava de um acontecimento de momento, mas algo com ““ *um sentido claro para hoje e para amanhã*”<sup>220</sup>.

Neste sentido, a formação e desenvolvimento do PAIGC ultrapassava o simples papel de liderar uma luta armada de libertação. Nele estava explícito a ideia da construção de um Estado-nação durante e pós libertação, “*o nosso Partido deve ter o papel fundamental de instrumento que estuda e toma as decisões relativas aos problemas de desenvolvimento da vida do nosso povo. O partido deve ter a acção fundamentalmente política, de orientação, enquanto que passo a passo vamos criando os instrumentos necessários para a execução da solução dos nossos problemas (...) satisfazer as aspirações, os sonhos, os desejos do nosso povo: ter uma vida digna, decente, como todos os povos do mundo desejam ter a paz para construir o progresso na sua terra, para construir a felicidade para os seus filhos*”<sup>221</sup> .

O Partido, considerado *instrumento mãe* do povo para a libertação nacional, requeria uma organização política unida, consciente e activa, capaz de colocar em prática um projecto específico, com vários níveis de libertação que deveria prolongar-se mesmo após o fim da luta armada, capaz de liderar uma construção nacional.

Síntese da luta de libertação nacional da Guiné e de Cabo Verde, o PAIGC estava investido de um triplo sentido: libertação territorial, desenvolvimento político, social e económico, e construção de uma nação.

---

<sup>218</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e luta I. A arma da teoria* Lisboa: Seara Nova, 1978. p.131.

<sup>219</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e Luta II. A pratica revolucionária*. Lisboa,: Seara Nova, 1977, p. 208.

<sup>220</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p. 164.

<sup>221</sup> *Idem*. p. 157

Politicamente, Cabral não ambicionava, para a Guiné e Cabo Verde, apenas a conquista de uma “*bandeira, hino e ministros (...), tomar o palácio do governador*”<sup>222</sup>, nem a substituição da administração colonial por um governo autóctone revolucionário, “*Não queremos que ninguém mais explore o nosso povo, nem brancos nem pretos, porque a exploração não é só os brancos que a fazem, há pretos que querem explorar ainda mais que os brancos.*”<sup>223</sup> .

O que ambicionava era a criação de estruturas alternativas, de responsabilização colectiva, que tendesse para uma democracia participativa, ao invés de uma política ditada por uma hierarquia.

Para o Partido, representante da luta de libertação, Cabral defendia de uma organização solidamente centralizada e disciplinada que tinha como objectivo construir uma vanguarda revolucionária;

Inspirado pelas teorias leninistas, Cabral defendia a aplicação nestes territórios de uma democracia revolucionária, centrada nos conceitos de um *centralismo democrático* e de *direcção colectiva*.

Desenvolvido por Lenine na transição do século XIX – XX, o centralismo democrático era um sistema de organização interna no qual, diante de uma determinada questão programática, as bases do partido tinham o direito à discussão livre da mesma questão. Discussão onde a *crítica* e a *autocrítica* assumiam uma importância fundamental como garantia de liberdade do debate e expressão de ideais e pensamentos. Segundo este modelo, discutida uma questão e tomada uma decisão sobre ela, a sua aplicação deveria ser adoptada e executada eficazmente por todas as estruturas do Partido, do topo à base.

Com a aplicação deste princípio, Cabral pretendia impulsionar o debate político e a livre discussão.

Relativamente ao exercício do poder, Cabral, em nome da democracia revolucionária, exigia que os responsáveis e dirigentes do Partido vivessem “*no meio do povo, à frente do povo, atrás do povo. Devem trabalhar para o Partido na certeza de que estão a trabalhar para o povo da nossa terra*”<sup>224</sup>.

---

<sup>222</sup> *Idem*. p. 165.

<sup>223</sup> *Ibid*. p. 165.

<sup>224</sup> *Ibid*. p. 174.

No quadro da democracia revolucionária, o poder pertence ao povo, vem da maioria, mas é exercido pelo partido único, expressão suprema da vontade do povo. Seguindo a mesma concepção Leninista, os organismos essenciais do Partido eram:

- . O **Congresso**, organismo superior do PAIGC, onde eram debatidos todos os assuntos importantes, previamente discutidos em outras organizações do Partido. Cabia ao Congresso “*Examinar, modificar e estabelecer a linha política, o programa e os estatutos do partido; definir as tácticas do Partido no que respeita às questões fundamentais da actualidade política, eleger o Conselho superior de luta (CLS)*”<sup>225</sup>. As decisões tomadas nas reuniões do Congresso eram obrigatórias para todo o Partido, podendo apenas ser modificadas, substituídas ou anuladas por outra reunião do Congresso.
- . O **Conselho Superior de Luta**, expressão centralizada da totalidade da organização. Era uma delegação do congresso, dispunha no quadro de decisões de todos os poderes. Cabia ao CSL a eleição de um Comité Executivo da Luta, responsável pela “*aplicação da doutrina política do Partido, pelo cumprimento do seu programa, pelas relações do Partido no plano exterior (encarregue de eleger) os Secretário geral do partido, um Secretário adjunto e dois secretários, para a constituição dum Secretário Permanente.*”<sup>226</sup>.
- . Os **Organismos Básicos**, o instrumento essencial para colocar em prática as decisões do congresso e a construção da organização, com base na criação de Unidades de trabalho, de intervenção e de discussão. Representados através de 5 departamentos, nomeadamente uma comissão de controlo, uma comissão de segurança, uma comissão de Reconstrução nacional, uma comissão de Organização e Orientação.

Relativamente à organização do território, o Partido defendia a Constituição de uma Câmara de Representantes na Guiné e em Cabo Verde, que num futuro próximo e independente juntas iriam “*Estudar e decidir das possibilidades, das bases e da forma de*

---

<sup>225</sup> Estatutos, p. 12

<sup>226</sup> Idem. p. 12

*realizar, no quadro da unidade africana, a união orgânica dos povos da Guiné e Cabo Verde, com fundamento nos laços de sangue e nos laços históricos que ligam esses povos.”*<sup>227</sup>.

A par da organização do Partido, as contradições governamentais criadas pelo sistema colonizador no território permitiram a Cabral fazer uso delas para o benefício do homem guineense e caboverdeano.

Através de uma organização política territorial, onde as representações do partido e os habitantes dispunham de poderes próprios: “*Somos um povo sem autonomia, sem independência, cuja vida quotidiana depende da direcção de um Estado estrangeiro (...) que se instalou no nosso país com as suas tropas, polícia, administradores, chefes de posto, cipaios, prisões e tribunais – instrumentos que constituem um Estado para nos dominar, para manter a situação colonial do nosso país.*”<sup>228</sup>.

O território guineense encontrava-se dividido segundo os Estatutos do PAIGC em 11 regiões e 28 zonas, o arquipélago caboverdeano encontrava-se dividido em 2 regiões e 9 zonas.

As zonas eram formadas pelas secções organizadas pelo Partido, cujo organismo superior era a Conferência de Zona, que se reunia duas vezes por ano para escolher os delegados, eleger o comité de zona e para discutir os assuntos relacionados com a Zona.

As regiões, constituídas por, pelo menos, duas zonas, tinham como organismo central a Conferência regional que se reunia de seis em seis meses por convocação do Comité regional, organismo dirigente da região. A ela cabia a discussão das questões relacionadas com a região e a eleição dos delegados para o Congresso.

A inclusão das Tabancas, órgão do poder tradicional, e dos anciãos ou chefes tradicionais no sistema de organização, demonstra a abertura do PAIGC para as estruturas tradicionais “*barbichas brancas na rocha negra dos seus rostos, (...) e que nós respeitamos mesmo quando a dialéctica da lógica não está sempre do seu lado (...) são os nossos museus, as nossas bibliotecas, os nossos livros de história – o presente e o passado.*”<sup>229</sup> .

Para além de serem um importante elo de ligação e de apoio entre o povo e a luta de libertação, o objectivo da relação com estes grupos foi fazer renascer elementos

---

<sup>227</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 30.

<sup>228</sup> Idem. p. 114.

<sup>229</sup> Cabral, Amílcar - «Prefácio». *A libertação da Guiné. Aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1975, p. 7.

positivos das sociedades tradicionais, dentro desta nova sociedade idealizada por Cabral.

Assim, na concepção de Cabral, *“Dirigir colectivamente, em grupo, é estudar os problemas em conjunto, para encontrar a sua melhor solução, é tomar decisões em conjunto, é aproveitar a experiência e a inteligência de cada um, de todos para melhor dirigir, mandar, comandar. (...) Centralismo, porque o poder, a capacidade de decidir e de dirigir está concentrado em órgãos especiais e nenhum outro órgão ou indivíduo pode usar desse poder. Democrático porque o uso do poder por esses órgãos não depende apenas da vontade dos que mandam, mas baseia-se nos interesses e na opinião expressa pela maioria.”*<sup>230</sup>.

Com base neste modelo, Cabral através do Partido abriu espaço para a participação de toda a população ou seus representantes, em especial as antigas instituições africanas a poderem participar no processo de decisão.

A nível social, a actividade do PAIGC pautou-se pela construção de uma sociedade debilitada pela acção colonizadora. Liquidar a *“exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, de grupos ou de classes. Eliminação dos lucros injustos, liquidação da miséria e da ignorância, do medo, da prostituição, do alcoolismo.”*<sup>231</sup>., constituíram a base do sistema social a ser construído pelo PAIGC.

No plano social, o PAIGC defendia a protecção dos direitos dos trabalhadores, a garantia de trabalho, a abolição dos trabalhos forçados, salários e vencimentos justos, limitação do horário de trabalho, liberdade sindical, assistência social (escolas-piloto, centros de saúde, hospitais) e independência e desenvolvimento económico.

Este último passava, necessariamente, pela *“liquidação de todas as relações económicas do tipo colonialista e imperialista”*<sup>232</sup>, através da reforma agrária e pelo desenvolvimento e modernização da agricultura<sup>233</sup>, a par do desenvolvimento industrial e comercial, em bases modernas.

---

<sup>230</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e Luta II. A prática revolucionária*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 162

<sup>231</sup> Estatutos. p.5.

<sup>232</sup> Idem. p. 5

<sup>233</sup> As actividades nesta área desenvolveu-se em duas direcções, uma direccionada para o desenvolvimento económico do país, com o incentivo à prática agrícola sustentável, diversificada e «inteligentemente orientada» (cultivo de produtos de alimentação quotidiana mas também de bens industrializáveis e de exportação), o desenvolvimento de pequenas indústrias caseiras (artesanato, tecidos, sabão...) e o desenvolvimento comercial, através de armazéns do povo

Estas acções a nível político, territorial e social, propostas pelo PAIGC, foram colocadas em prática nas chamadas Zonas Libertadas pela luta armada, protegidas pela estrutura militar do Partido, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

Esta organização foi complementada também pelo desenvolvimento de meios de comunicação, com a criação de uma emissora do Partido – Rádio de Libertação, a edição do jornal *Blufo*, de tiragem irregular e edição pelo PAIGC do primeiro livro escolar *O Nosso Primeiro Livro de Leitura*.

O trabalho desenvolvido pelo PAIGC permitiu às populações adquirirem um poder que até então havia-lhes sido vedado. Através dos instrumentos criados e disponibilizados pelo PAIGC, guineenses e caboverdeanos passaram a poder controlar o seu próprio destino. *“Hoje os filhos do mato da nossa terra, que ontem não tinham opinião nenhuma em relação à sua própria vida, ao seu destino, podem dar a sua opinião, podem decidir, desde a questão do Comitês do Partido, até aos tribunais populares”*<sup>234</sup>.

O Partido dotou os territórios colonizados de um estatuto político, de uma organização política e administrativa soberana, possibilitou a participação dos habitantes na direcção e funcionamento das instituições através do sufrágio universal., que o transformaram num cidadão, dotado de uma personalidade jurídica, inserido no contexto dos Direitos dos Homem e nas liberdades fundamentais.

O PAIGC assumiu, dentro do território, o estatuto de um «Partido-Estado», *“nas nossas circunstâncias, Partido equivale a Estado, porque não há outro meio de fazer do estado um organismo verdadeiramente nacional, verdadeiramente libertador”*<sup>235</sup>.

A eleição, em 1972, da Assembleia Nacional Popular na Guiné<sup>236</sup>, eleita por sufrágio democrático pela população das Zonas Libertadas, levou Cabral a afirmar que *“A situação que já conseguimos criar repousa sobre as realidades concretas da nossa terra e da nossa sociedade, nós não gostamos da guerra; mas esta luta armada tem as suas vantagens. Através dela estamos a construir uma nação que é sólida, cónscia de si mesma. Já libertamos mais de dois terços do nosso território nacional. Libertaremos o resto. E libertaremos as ilhas do arquipélago de Cabo*

---

<sup>234</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p.158.

<sup>235</sup> Cabral, Amílcar – *In a libertação da Guiné. Aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1975, p. 171.

<sup>236</sup> Entre as medidas que a Assembleia Popular deveria tomar, estava a proclamação da independência do território e a promulgação da primeira Constituição.

*Verde. Passo a passo vamos construindo o nosso Estado. A nossa posição presente é a de uma nação independente com uma parte do seu território nacional, especialmente os centros urbanos e as ilhas, ainda ocupada pelo inimigo. Através desta luta vamos conquistando o direito À nossa personalidade própria no domínio internacional.”<sup>237</sup>.*

O território dispunha agora de um órgão supremo da soberania do povo, que proclamou a existência jurídica do Estado Nacional da Guiné-Bissau, e preparava-se para a provar a respectiva Constituição.

---

<sup>237</sup> Cabral, Amílcar, «Prefacio». *A libertação da Guiné. Aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1975, p. 8-9.

## 4. Amílcar Cabral e o pan-africanismo

### 4.1. As unidades africanas

Se a teoria da unidade africana surge geralmente ligada ao nome de Nkrumah, a verdade é que este é um tema em desenvolvimento desde início do século XX e que começou a ser elaborado fora do continente pela diáspora intelectual antilhana e americana.

O advogado Sylvester Williams de Trinidad ou o historiador W.E.B Du Bois foram os primeiros a lançar o termo e a ideia do pan-africanismo, nas primeiras reuniões pan-africanas realizadas em Londres em 1900 e Paris em 1919.

Neste princípio, a tónica do tema não era a unidade ou a unificação do continente fragmentado pela acção das potências europeias, mas sim o “*direito dos Africanos à sua própria terra, à sua própria personalidade – o direito, enfim, dos «povos negros a serem tratados como homens»*”<sup>238</sup>.

As resoluções dos Congressos Pan-Africanos de Paris (1919), de Londres-Bruxelas (1921), o encontro realizado em Lisboa (1923) e de Nova Iorque (1927), foram tomadas uma série de reivindicações dos africanos e afrodescendentes sobre alguns problemas concretos, mas não abordaram o problema específico da divisão arbitrária do continente.

Tal atitude só veio a acontecer no V Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester em 1945, “*Pan-Africanism and African nationalism really took concrete expression when the fifth Pan-African Congress (...) for the first time the necessity for well-organized firmly-knit movements as a primary condition for the success of the national liberation struggle in Africa was stressed. (...) Instead of a rather nebulous movement concerned vaguely with black nationalism, the Pan-African movement became an expression of African nationalism.*”<sup>239</sup>.

Em 1958, realizou-se em África a Primeira Conferência dos Povos Africanos em Accra, contou com a participação de 8 países – Egipto, Ghana, Sudão, Líbia, Tunísia, Marrocos e Etiópia. Este encontro, para além da troca de experiências e de

---

<sup>238</sup> Benot, Yves – *Ideologias das independências africanas*. vol. I e II, Lisboa: Sá da Costa, p. 195

<sup>239</sup> N’Krumah, Kwame - *Africa must unite*. London: Panaf, 1998, p. 134-135.

assuntos de interesse comum, tinha como objectivo explorar meios de consolidação e segurança dos países recém independentes, fortalecer os laços económicos e culturais entre os países, procurar formas de apoio aos países ainda submetidos à acção colonizadora.

Este ano ficaria também marcado pela realização da conferência All- African People's, na qual compareceram sessenta e duas organizações nacionalistas. O espírito Pan-africanista que durante mais de 50 anos esteve fora do continente africano, dava agora os primeiros passos para a unidade africana.

À teoria das reuniões seguiram-se as primeiras tentativas de unificação. Em 1958, a união entre o Ghana e a República da Guiné deram origem à União dos Estados Africanos, substituída em 1959 pela Comunidade dos Estados Africanos Independentes, “ *The general policy of the Community would be to build up a free and prosperous African Community for the benefit of its peoples, and the peoples of the world. The policy would be founded on the maintenance of diplomacy, economic and cultural relations, on basis of equality and reciprocity, with all the states of the world with adopted positions compatible with Africans interests. One of its main objectives would be to help African territories not yet free to gain independence.*”<sup>240</sup>.

Foram várias as tentativas de unificação: a União Guiné – Ghana de Novembro de 1958 a Dezembro de 1960; a Federação do Mali ( Senegal-Sudão) de 1959 e a União dos Estados Africanos (Ghana, Guiné e Mali) de 1960 a 1962 foram algumas das tentativas, uniões diferentes da Conferência dos Estados Independentes. Desta vez tentava-se construir seriamente um núcleo de unidade, tanto a nível interno, diplomático, económico, cultural e de defesa.

Estes esforços de unificação, cujo objectivo era constituir o mais depressa possível conjuntos geopolíticos diferentes dos conjuntos legados pela acção colonizadora, conduziram na realidade a programas mas não a realizações concretas. Em contrapartida, os esforços realizados em prol da unidade conduziram à descoberta de factores e afirmação de ideais comuns, ou seja vontade de pôr fim ao colonialismo directo em toda a África e precaver do neocolonialismo, e o apoio aos movimentos de libertação dos países ainda subjugados.

---

<sup>240</sup> Idem, p. 141.

Quando, finalmente, em 1963, os Estados africanos conseguiram encontrar-se para a conferência cimeira de Adis Abeba, as divisões provocadas pelo insucesso das uniões, continuavam a ser profundas.

O principal produto saído desta reunião foi a Carta da União Africana, instrumento base da Organização da Unidade Africana (OUA). Os objectivos expressos pela OUA eram:

- a. Promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos;
- b. Coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, no sentido de atingir uma vida melhor para os povos de África;
- c. Defender a soberania, integridade territorial e independência dos estados africanos;
- d. Erradicar todas as formas de colonialismo da África;
- e. Coordenar e harmonizar as políticas dos estados membros nas esferas políticas, diplomática, económica, educacional, cultural, da saúde, bem-estar, ciência, técnica e de defesa.

Apesar do entusiasmo na realização da unidade africana, vários factores contribuíram, e continuam a contribuir, para o seu fracasso. A base central deste problema esteve, e continua estar, no ideal de construção de um Estado-nação, modelo ocidental por parte os países africanos saídos de um sistema colonizador, sem levar em consideração os problemas deixados pelos países colonizadores. Problemas que passam sobretudo pela questão territorial e fronteiriça, problemas de ordem populacional, linguística e cultural. A fraca discussão existente sobre este assunto, e a sua substituição pela simples resolução de problemas económicos, levaram o historiador Boubacar Barry a afirmar: “ *Muito cedo, diante dos limites concretos de um desenvolvimento separado, os Estados sentiram a necessidade de se reagruparem em escala sub-regional, regional e continental, para intensificar as trocas intra-africanas e realizar investimentos de interesse comum. (...) A vocação económica (...) revela antes de tudo a preocupação dos Estados de resolver os problemas do desenvolvimento, mas acima de tudo a vontade manifesta de fugir do debate político da unidade. Os Estados preocupados em primeiro lugar com consolidar poderes hegemónicos no interior, não estão dispostos a ceder uma parcela sequer da sua*

*soberania nacional, materializada nas fronteiras artificiais, herdadas da divisão colonial. É esse paradoxo que explica o fracasso da maior parte dos projectos de integração regional.”<sup>241</sup>.*

#### **4.2. O PAIGC no contexto da Unidade africana**

A conquista da independência por um povo, herdeiro de uma sociedade traumatizada, destorcida e empobrecida, como foi o caso da Guiné e Cabo Verde, contribuiu para que a unidade africana fosse o centro das suas atenções.

Desde que o grupo crioulo, composto por guineenses e caboverdeanos, decidiu enfrentar a dominação estrangeira, colocou-se a necessidade de uma organização que fosse capaz de unir para a luta o povo da Guiné e de Cabo Verde.

O método por que se optou para a realização da unidade foi a criação de um Partido comum – PAIGC – capaz de desenvolver uma luta de libertação em ambos os países, a criação de infra-estruturas num e noutro país a ser coordenada passo a passo, de forma a que as bases criadas para o desenvolvimento económico-social, em cada um dos países pudessem consolidar os fundamentos para a realização da unidade entre ambos.

A construção nacional implicava o reforço constante das bases políticas, económicas, sociais e culturais, de forma coordenada e convergente, para a construção da Unidade, ou seja uma responsabilidade e escolha de ambos os povos. Inspirado na pela análise da situação de opressão e dominação em que viviam ambos os povos e o firme propósito de se libertarem, a unidade entre ambos revelou ser a maior arma na luta de libertação.

Repare-se que a história comum entre os dois países, defendida por Cabral, mais não é que uma re-apropriação da uma história construída pelo governo colonial de uma ligação entre os dois histórica e cultural entre os dois países. O que Cabral fez foi apropriar-se desta construção numa perspectiva diferente, seguindo a lógica pan-

---

<sup>241</sup> Barry, Boubacar, 2000, Senegâmbia: o desafio da história regional, consultado em 28 de Outubro de 2007, em SEPHIS- Centro de Estudos Afro-asiáticos: <http://www.sephis.org/pdf/barryportuguese.pdf>, p. 77

africanista, ou seja uma lógica de solidariedade que deveria nortear o relacionamento entre as nações africanas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A fórmula para a unidade defendida pelo PAIGC, apresentada em 1960 num Memorandum enviado ao governo português. Neste documento foram apresentadas propostas para a eliminação pacífica da acção colonizadora na Guiné e em Cabo Verde.

Relativamente à unidade, o documento preconizava em caso de decisão favorável, a Constituição de um Parlamento, com deputados guineenses e caboverdeanos escolhidos entre os membros eleitos para a Câmara dos Representantes, “*eleitos por sufrágio universal, directo e secreto, em eleições gerais e livres, controladas pela Comissão Especial da ONU*”<sup>242</sup>. O Parlamento seria o órgão supremo do poder legislativo na Guiné e em Cabo Verde.

Cabia a este Parlamento a indicação do futuro Governo da Guiné e Cabo Verde, órgão do poder executivo de ambos os países.

Repare-se que este processo de unidade política entre os dois países, não é de todo um processo obrigatório. A proposta alternativa à unidade, defendia a transformação das Câmaras dos Representantes em Parlamentos Nacionais, órgão Supremo do poder legislativo, respectivamente na Guiné e em Cabo Verde. Tal como no processo de unidade favorável, cabia ao Parlamento guineense e caboverdeano indicar o Governo dos respectivos países.

Com ou sem união, o objectivo primordial no período pós independência era que “*todos os assuntos da vida dos povos guineense e caboverdeano (deveriam) ser resolvidos e controlados por esses mesmos povos, através dos seus legítimos representantes. Esta condição é a base indispensável para que os povos da Guiné e Cabo verde possam, em qualquer momento e em plena liberdade, determinar o seu próprio destino.*”<sup>243</sup>.

A nosso ver, a unidade pensada por Cabral / PAIGC deve ser entendida tendo em conta dois diferentes períodos em que foi pensada e desenvolvida.

Falamos primeiro da unidade necessária durante a luta pela independência. Neste período, esta união representa uma força comum na luta contra um inimigo comum – a acção colonial portuguesa.

---

<sup>242</sup> Cabral, Amílcar, *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p. 30.

<sup>243</sup> Idem. p. 31.

Cabral descreveu a unidade neste período da seguinte forma: “o sentido da unidade que vemos no nosso princípio é o seguinte: qualquer que sejam as diferenças que existem (entre os nossos países), é preciso ser um só, um conjunto para realizar um dado objectivo. (...) Então qual era o problema de unidade na nossa terra? (...) Em primeiro lugar, como toda a gente sabe, a união faz a força. A partir do momento em que surgiu na cabeça de alguns filhos da nossa terra a ideia de liquidar a dominação colonialista estrangeira, pôs-se um problema de força, uma força necessária para ser oposta à força dos colonialistas. Portanto, quanto mais gente se unir, quanto mais unidos estivermos, nós correspondemos àquilo que todo o mundo sabe: a união faz a força.”<sup>244</sup>.

Não se tratava ainda de uma união política, uma vez que os partidos políticos eram proibidos. “Isso significa que o nosso problema de unidade não era no sentido de reunir várias cabeças diferentes, pessoas diferentes, do ponto de vista de objectivos políticos, de programas políticos, (...) sobretudo porque com a dominação estrangeira na nossa terra, com a proibição total que sempre existiu, em toda a nossa vida, de criar qualquer partido da nossa terra, não havia partidos diferentes para terem de se unir”<sup>245</sup>. Neste período, a proposta de Cabral passava por uma união psicológica, assente no princípio da «união faz a força».

O segundo período de unidade, proposto por Cabral, correspondia ao período pós independência. A nosso ver, mais do que uma união territorial e política, Cabral defendia uma unidade complementar e coordenada entre Guiné e Cabo Verde.

Quer isto dizer que, após a conquista da independência nacional de cada país, era necessária uma “colaboração com todas as forças progressivas, anti-colonialistas e anti-imperialistas do mundo, para a construção de uma vida de paz e de progresso para todos”<sup>246</sup>.

Seria neste novo período de luta que se abordaria a questão da coordenação e complementaridade entre os países africanos, a nível político, económico, social e cultural. Esta coordenação e complementaridade eram necessárias não só para o desenvolvimento de cada país como também de toda a África.

Segundo ideologia do Partido, nesta etapa mais avançada das relações políticas entre os dois Estados e da organização constitucional, em função da construção de uma progressiva estrutura complementar das relações de cooperação económica, social e cultural, formar-se-ia uma outra entidade jurídico-política, com um carácter

---

<sup>244</sup> Cabral, Amílcar – *Guiné- Bissau: Nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974, p. 117-119

<sup>245</sup> *Idem*, p. 119.

<sup>246</sup> Estatutos. p. 3

supranacional, que Cabral caracterizou como sendo uma “*pátria africana forte e progressiva*” .

Cabral analisou com alguma regularidade as diferenças estruturais na Guiné e em Cabo Verde, onde concluiu que a luta em ambos os países requeria uma abordagem plural. Ao mesmo tempo, Cabral tinha consciência das contradições e das tensões internas em ambos os países; por exemplo, assinalou o “problema” dos caboverdeanos na Guiné e na sua utilização pelos portugueses como agentes da acção colonial.

No entanto, tendo em conta as diferenças históricas e culturais entre os dois territórios, Cabral nunca adoptou uma argumentação univalente, nem nunca defendeu a existência de uma nação como uma entidade homogénea, lembrando sempre que a fórmula nacional (Guiné e Cabo Verde), através de uma responsabilidade colectiva, partilhada poderia ser favorável a todos.

A visão de Cabral/PAIGC aproxima-se da corrente pan-africanista defendida por Kwame Nkrumah sobre a unidade africana.

N’Krumah também reconheceu as diferenças económicas, sociais e culturais dos territórios africanos, mas defendeu a unidade com base nos interesses comuns para a conquista da independência e na construção de um Estado sólido, “*Critics of African unity after refer to the wide differences in culture, languages and ideas in various parts of Africa. This is true, but the essential facts remains that we are all Africans, and have a common interest in the independence of Africa. (...)I hope to see in Africa, not a large number of small and weak countries subject to all dangers of balkanisation, but rather the evolution of some ort of African union. Such visions need not to prejudice the local autonomy of individual territories, but it would provide mechanism which would allow African as a whole to co-ordinate its defence, its main lines of economic and foreign policies*”<sup>247</sup> .

A defesa da unidade Africana de Cabral, onde se integra a acção do PAIGC, estava figurada, antes de mais, no projecto de unidade entre Guiné a Cabo Verde.

A união ou a coordenação entre estes dois países era considerado um dos primeiros passos para a libertação africana.

---

<sup>247</sup> N’Krumah, Kwame, *I speak of freedom*. London: Panaf, 1961, p. 176.

## 5. O homem no modelo quadro de reflexão de Amílcar

### Cabral

#### 5.1. A formação do Homem Novo

Uma das pedras angulares do pensamento de Cabral foi a ideia de formação de um «homem novo», cidadão de uma sociedade justa, igualitária.

Este ideal, praticamente presente em todo o pensamento dos homens revolucionários da época, encontrou a sua expressão máxima na obra *Os Condenados da Terra* de Frantz Fanon: “*A humanidade espera alguma coisa de nós que não seja essa imitação caricatural e em geral indecorosa. Se queremos transformar a África numa nova Europa, a América numa nova Europa, confiemos, então, aos europeus os destinos dos nossos países. Saberão fazê-lo melhor que os mais dotados de nós. Mas se queremos que a humanidade avance com audácia, se queremos elevá-la a um nível diferente do que foi imposto pela Europa, então é necessário inventar e descobrir. Se queremos responder à esperança dos nossos povos, não devemos fixar-nos apenas na Europa. Além disso, se queremos à esperança dos europeus, não devemos reflectir uma imagem, mesmo ideal, da sua sociedade e do seu pensamento pelos quais sentem de quando em quando uma imensa náusea. Pela Europa, por nós e pela humanidade camaradas, é necessário mudar de pele, desenvolver um pensamento novo, tratar de formar um homem novo*”<sup>248</sup>.

As alterações sociais provocadas na estrutura social pela acção colonizadora, favoreceu o desenvolvimento de um pequeno grupo constituído pela «*pequena burguesia autóctone*» e a manutenção de um grande grupo composto pelas «*massas populares nativas*» na sua maioria camponeses.

O primeiro grupo formado pelo domínio estrangeiro desenraizado, assimilado, económica e culturalmente alienado afastava-se das *massas populares nativas*, portadora da cultura tradicional do país.

Estes dois grupos constituíram a base do projecto da formação de um «homem novo» negro e africano, integrado no processo histórico mundial.

---

<sup>248</sup> Fanon, Frantz – *Os condenados da terra*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961, p. 311-312.

No processo de luta de libertação nacional, levada a cabo por Cabral/PAIGC, a educação assumiu um papel central. Segundo Cabral, mais do que fazer uma luta armada para uma libertação física da dominação colonial, era primordial fazer uma libertação intelectual e psicológica do homem negro-africano de conceitos, comportamentos e valores impostos pelo sistema colonizador.

*“A propósito da educação”*, artigo publicado em 1949 no *Boletim de Propaganda e Informação*, Cabral considera a educação como o elemento central para a evolução do homem: *“É que hoje na encruzilhada da História (...) que o Homem está vivendo, seja em Cabo Verde, seja em qualquer parte do Mundo, a Educação constitui a base fundamental em que deve assentar o trabalho de emancipação de cada ser humano, da consciencialização do Homem, não em função das necessidades e conveniências individuais, ou de classe, mas sim, relativamente ao meio que vive; às necessidades de colectividade e aos problemas da Humanidade em geral. (...) Hoje a Educação visa o objectivo da realização plena do Homem, sem distinção de raças ou de origens, como ser consciente e inteligente, útil e progressivo, integrado no Mundo e no seu meio (geográfico, económico e social), sem sujeição. Para isso e por isso, o problema da educação não pode ser tratado separadamente do económico-social”*<sup>249</sup>.

A proposta de educação apresentada por Cabral abrangia todos os grupos sociais. Com o objectivo de fazer do homem africano parte integrante do mundo, este processo de formação passava primeiro pela aproximação da pequena burguesia (futura detentora do poder) às massas populares, através do processo já mencionado de *retorno às fontes* ou de *reafricanização dos espíritos*.

Enquanto a pequena burguesia retornava às origens, através de uma aprendizagem com as massas populares, estes, por sua vez, deveriam ser alvo de uma educação.

Uma das principais críticas de Cabral à cultura tradicional foi o sistema de credices, mesinhos, o medo da natureza e a camaradagem que, de certo modo, mantinham o atraso do homem negro-africano em relação às grandes inovações da humanidade, *“O mezinho é uma característica da África. (...) Eu só chamo a atenção para o facto de sentirem isso, se por um lado é uma força, por outro é uma fraqueza. É a força, porque um camarada que põe o seu mezinho acredita em alguma coisa, além das palavras do Partido, e vai com mais*

---

<sup>249</sup> Cabral, Amílcar – «A propósito da educação». *Boletim de Propaganda e Informação*, Ano II, n.21, Junho de 1947, p. 7 .

*coragem, não podemos esquecer isso. É uma fraqueza, porque ele pode cometer muitos erros fiado nisso.*”<sup>250</sup> .

Deste modo, Cabral defendeu uma educação para o futuro, assente numa base científica, “*a nossa cultura deve desenvolver-se numa base de ciência, deve ser científica, quer dizer, não acreditar em coisas imaginárias*”<sup>251</sup>

O combate ao analfabetismo, através da criação de escolas-piloto nas Zonas libertadas, foi uma das estratégias de Cabral.

Entre o grande grupo composto pelas massas populares estavam presentes os principais actores da luta armada, falamos do exército.

São conhecidos, por toda África, a instabilidade política, social e económica, causada pelos militares através dos sucessivos golpes de Estado, de modo que a educação deste grupo, foi também outra das grandes preocupações de Cabral.

Mais do que formar militares, Cabral teve como objectivo formar homens conscientes, e instruídos, facto que o levou a “*Exigir aos responsáveis do Partido que se dediquem seriamente ao estudo, que se interessem pelas coisas e problemas da vida e da luta no seu aspecto fundamental, essencial e não apenas nas suas aparências. Obrigar a cada responsável a melhorar dia a dia os seus conhecimentos, a sua cultura, a sua formação política.*”<sup>252</sup>.

O processo de formação de um homem novo, revestiu-se de um duplo sentido; se por um lado apelava à rejeição de todos os aspectos negativos da cultura colonizadora através do processo de *assimilação crítica*. Por outro lado, invocava a própria cultura africana tradicional deveria ser purificada, ou seja eliminar todos os seus aspectos negativos, “*combater o medo e a ignorância, par eliminar a pouco e pouco a submissão diante da natureza e das forças naturais que a nossa economia ainda não dominou. Lutar sem violências desnecessárias, contra todos os aspectos negativos, prejudiciais ao homem, que ainda fazem parte das nossas crenças e tradições. Convencer a pouco e pouco, em particular os militantes do Partido, que nós acabaremos por vencer o medo da natureza*”<sup>253</sup> .

Tal como defendia para a cultura, a conquista da independência ou a construção nacional, este processo da formação do «homem novo» deveria ser uma actividade constante e dinâmica, ou seja “*Educar-nos a nós próprios, educar os outros, a população em*

---

<sup>250</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p.141-142.,

<sup>251</sup> Idem. p. 145.

<sup>252</sup> Cabral, Amílcar - *Unidade e Luta II. A prática revolucionária*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 158

<sup>253</sup> Idem. p. 158.

geral (...). Convencer cada um de que ninguém pode saber sem aprender e que a pessoa mais ignorante é aquela que sabe sem ter aprendido. Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos livros e na experiência dos outros. Aprender sempre.”<sup>254</sup> .

Deste modo, Cabral defendia que toda a cultura e conhecimento adquirido ou produzido por estes dois grupos sociais, saídos da sociedade colonizada, deveria ser colocada ao serviço da formação deste «homem novo», especificamente o homem negro-africano guineense e caboverdeano, “a nossa cultura tem de ser popular, quer dizer cultura de massas, toda a gente tem direito à cultura. Além disso, respeitando aqueles valores culturais do nosso povo, que merecem ser respeitados. A nossa cultura não pode ser para uma elite, para um grupo de pessoas que sabe muito, que conhece as coisas. Todos os filhos da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde, têm que ter direito a avançar culturalmente, a participar nos nossos actos culturais, a manifestar e a criar cultura”<sup>255</sup> .

## **5.2. A mulher negra-africana no projecto de libertação e construção nacional de Cabral/ PAIGC**

A representação feminina no processo de luta de libertação e construção nacional em África continua a ser uma questão muito pouco debatida na historiografia relativa a este momento da história contemporânea africana.

No entanto, nas imagens de vídeo ou fotográficas sobre o período da independência, é possível verificar uma constante presença feminina nas reuniões e visitas internacionais, nos comités de luta, assumindo o papel de enfermeiras, professoras, militantes e militares, ao mesmo tempo que assumiam o papel de esposas, mães e governantes da casa.

Nas diversas situações de luta, a mulher negra-africana aparecia como um elemento indispensável nos movimentos revolucionários de libertação nacional, num mundo pós segunda guerra mundial.

---

<sup>254</sup> Idem. p. 158.

<sup>255</sup> Ibid. 158.

Estas imagens vieram contradizer as representações produzidas pela cultura ocidental de uma mulher negra-africana, passiva, ignorante, analfabeta desprotegida e vulnerável.

Estas representações, fruto de viagens realizadas pelos antigos exploradores europeus, de relatórios e reflexões produzidas pelos missionários, administradores e outras autoridades coloniais, reproduzidos em estudos realizados por professores e antropólogos, foram, mais tarde, reproduzidas em grandes escala (nacional ou internacional) com o apoio dos meios de comunicação social.

Imagens estereotipadas e discriminatórias, foram alvo de críticas de mulheres negras- africanas, “ *The image of the African woman in the mind of the world (...) has been set: she is breeding too many children she cannot take care of, and for whom she should not other people to pick up the tab. She is hungry, and so are her children. In fact it has become a cliché of Western photojournalism that the African woman is old beyond her years; she is half naked; her drooped and withered breast are well exposed; the are flies buzzing around the faces of her children, and has a permanent begging bowl in the hand.*”<sup>256</sup> .

Esta caracterização normalmente ligada à mulher negra africana do mundo foi complementada com imagens sexualizadas da mulher negra e cidadina em África.

A acção colonizadora produziu sérias alterações na organização familiar africana, assim como alterou profundamente as relações sociais, profissionais e económicas entre género.

A hierarquia de género europeia, característica da sociedade burguesa, privilegiava os direitos do homem sobre direitos da mulher, onde esta era vista quase como uma «propriedade» do homem, encarregue de tratar da casa e dos filhos, proibida de trabalhar, de participar na vida política, também foi implementada em África.

No entanto, a mulher negra-africana foi triplamente vítima deste modelo, primeiro por ser mulher, segundo por ser negra e terceiro por ser oprimida pelo sistema colonizador.

Perspectivas como estas levaram-nos a questionar qual o papel atribuído por Cabral/PAIGC, à mulher negra-africana no processo de libertação e construção nacional da Guiné e Cabo Verde.

---

<sup>256</sup> Maloba, W.O - *African women in the revolution*. Eritrea: Africa World press, 2007, p.4-5.

Como verificamos anteriormente, o projecto de libertação nacional de Cabral defendia a libertação física e psicológica, económica e cultural do sistema colonizador e, assim, formar um homem negro-africano novo, “*plenamente consciente dos seus direitos e deveres nacionais, continentais e internacionais*”<sup>257</sup>.

Deste modo, no processo de construção de um homem novo estava obrigatoriamente incluída a formação e emancipação da mulher negra-africana. Cabral sabia que a luta de libertação nacional estaria condenada ao fracasso, caso não se promovesse também a emancipação feminina.

Foi assim que no programa do PAIGC, Cabral já estabelecia em 1956 “*a igualdade dos cidadãos perante a lei, sem distinção de nacionalidade ou grupo étnico, de sexo, de origem social, de nível cultural, de profissão*”, e mais, defendia que os “*homens e as mulheres gozarão da mesma condição na família, no trabalho e nas actividades públicas*”<sup>258</sup>

Para além da vivência no contexto feminino caboverdeano que, com certeza, o influenciaram nesta vertente da luta, é importante revelar a existência de dois documentos que melhor nos ilustram sobre a posição e o modelo de Cabral no que respeita a esta questão.

O manuscrito de Cabral “*As mulheres na frente da nossa luta e da nossa vida*”, escrito, ao que tudo indica, durante a década de sessenta, aborda, com bastante rigor, a importância e a necessidade da mulher negra-africana no processo de libertação nacional.

Dada a importância deste documento para a compreensão da trilogia Cabral – Mulher – Libertação Nacional, tomamos a liberdade de transcrever alguns fragmentos: “*apesar da importância da mulher na vida dos povos africanos, só raramente ele toma parte activa nas questões políticas. Modesta sem dar mostras de ter consciência do seu valor e da sua força dentro da sociedade, a mulher africana é mantida afastada dos assuntos políticos, das questões de mando, das decisões que dizem respeito à vida que, afinal ela alimenta com o seu trabalho de todos os dias. Em alguns casos mesmo, provavelmente nas sociedades africanas muito influenciadas por costumes de outros meios, a mulher vive numa situação de inferioridade em relação aos homens, chegando mesmo a ser tratada como propriedade do pai ou do marido. Mas é bom não esquecer que noutros casos, principalmente nas sociedades africanas mais antigas ou que guardaram*

---

<sup>257</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p.119.

<sup>258</sup> Estatutos, p. 3.

*melhor os costumes antigos, a mulher teve ou tem um papel político importante. Ela toma parte nas questões de mando, dá a sua opinião para assuntos relacionados com a paz e a guerra, é algumas vezes dirigente religiosa e chega mesmo a ser chefe político. (...) O colonialismo — dominação do nosso povo e da nossa terra pelos colonialistas — fez muito mal aos africanos em particular à mulher africana. Onde a mulher tinha alguma dignidade, os colonialistas acabaram com essa dignidade. (...) os colonialistas reforçaram uma falta de consideração, alimentando na cabeça dos homens o desprezo e o desrespeito pela mulher. (...). Uma coisa muito importante para nós e que, na resistência contra o colonialismo — contra a dominação estrangeira - a mulher mostrou-se sempre bem mais dividida que o homem. Podemos mesmo dizer que, enquanto muitos homens se mostraram fracos diante dos dominadores e capatazes estrangeiros e vários deles chegaram a vender-se ao inimigo, raro é o caso em que a mulher africana se liga ao inimigo contra o seu povo, tendo menos contacto com os colonialistas, fechada sobre si mesma diante do estrangeiro, dedicadas à defesa da vida e da família contra a opressão colonialista, a mulher a africana é hoje o depósito fiel das tradições, do patriotismo, do amor à terra e ao povo, nos nossos países. Este facto é mais uma razão de força para a mulher, mais um aspecto do seu grande valor no presente e no futuro da nossa vida. Será que a mulher tem consciência do seu valor? (...). A mulher africana, embora calada, modesta e sofrendo muitas vezes tem consciência do seu valor. Ela sabe que é sobre os seus ombros que se encontra a maior parte do peso da vida da família. (...). Será que o homem africano não tem consciência do valor da mulher africana? (...). O homem africano sabe que a mulher africana é a força da sua vida, a garantia de sustento da família, da saúde e da educação da família. Diante da miséria, da fome, da opressão, do trabalho forçado, dos impostos injustos, do roubo da sua mancarra (...) é na mulher que o homem deposita a sua última esperança (...) para a garantia do pão de cada dia (...). A questão não é portanto, a de criar uma no mesmo povo a consciência do valor da mulher. A coisa que interessa ao nosso Partido, a nossa luta, ao nosso povo — é ter consciência de que a mulher africana tem um papel político importante - muito importante mesmo — a desempenhar na nossa vida de hoje e de amanhã. Quem trata da vida de família, do sustento da casa, da economia, da saúde, da educação dos filhos e do próprio homem (...). Grandes seriam as dificuldades da nossa luta e da nossa vida, se a mulher não tomasse parte nas questões políticas. Por isso mesmo o nosso Partido, desde os primeiros tempos da sua vida, tem feito tudo para chamar as mulheres da nossa terra para as fileiras da luta armada (...) ela deve estar na frente, ao lado do homem e pôr o seu trabalho e a sua inteligência ao serviço da conquista da independência nacional do nosso povo. (...). Amanhã, (...) ela poderá, também fazer tudo o que o homem fará. Como*

*cidadã livre de uma pátria livre e independente (...). Nós estamos a lutar pela independência nacional e pelo progresso da nossa terra, pela sua dignidade. Não há independência nacional, nem progresso, nem dignidade, se estas coisas não também para as mulheres, para todas as mulheres da nossa terra.*"<sup>259</sup> .

Este pensamento, extremamente arrojado para a época (tanto em África como no restante mundo ocidental, onde as mulheres ainda lutavam pelo direito de igualdade)<sup>260</sup>, teve o seu efeito prático na criação em 1961 da União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde (UDEMU).

A UDEMU foi uma organização das mulheres do PAIGC, fundada por Cabral com o objectivo de mobilizar e enquadrar o grupo feminino para a luta, pela sua emancipação, ou seja pela liquidação injusta da condição de desigualdade em relação ao homem em que se encontrava a sociedade africana, como refere os seus estatutos:

*“L’UDEMU tem por objectivo a emancipação total da mulher na Guiné portuguesa e nas Ilhas de Cabo Verde. Empenha-se na participação activa na luta pela libertação nacional e na completa descolonização dos povos desses países, como a primeira etapa da emancipação da mulher guineense e caboverdeana. (...).*

*Para realizar o seu objectivo, a UDEMU*

- a) Mobiliza as mulheres para a participação efectiva na luta pela liquidação urgente e total o colonialismo português, pela descolonização e pela construção pacífica do progresso e da felicidade dos povos da Guiné portuguesa e das ilhas de Cabo-verde.*
- b) Luta por uma progressiva e completa igualdade de condição entre a mulher e o homem na família, no trabalho e nas actividades públicas, contra factores e circunstâncias nocivas à dignidade da mulher.*

---

<sup>259</sup> Cabral, Amílcar - *As Mulheres – na frente da nossa vida e da nossa luta*, Arquivo Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares, doc. 07060.027.027.

<sup>260</sup> Em Portugal apenas com o 25 de Abril foi reconhecido a todas as mulheres o direito ao voto. Até então vigorou o decreto-lei 19.694 de 5 de Maio de 1931, que pela primeira vez, na história política do país, as mulheres foram consideradas eleitoras. Este decreto, contudo, era bastante limitativo, pois permitia que as mulheres votassem para as juntas de freguesia mas só aquelas que eram chefes de família, ou seja, as viúvas, divorciadas, separadas de pessoas e bens, com família própria e aquelas que estivessem casadas mas que os maridos estivessem no estrangeiro ou nos territórios colonizados. Não obstante só o podiam as mulheres que tivessem completado o ensino secundário ou fossem titulares de um curso superior com certificado.

- c) *Realiza um trabalho cultural e de esclarecimento político da condição da mulher para elevar constantemente os níveis gerais de instrução e de cultura bem como a sua consciência profissional e política.*
- d) *Combate toda a espécie de parasitismo no seio da família e luta pela independência económica da mulher.”*<sup>261</sup>

Mais do que a participação da mulher na luta armada e na tomada de decisões políticas, Cabral defendia que a emancipação, a promoção e a dignificação da mulher deveria passar pela sua ida à escola, ao investimento na sua educação.

Neste contexto Cabral, apelava a todos os militantes do Partido a “*Defender os direitos da mulher, respeitar e fazer respeitar as mulheres (crianças, «bajudas» ou adultas), mas convencer as mulheres da nossa terra de que a sua libertação deve ser obra delas mesmas, pelo seu trabalho, dedicação ao Partido, respeito próprio, personalidade e firmeza diante de tudo quanto possa ser contra a sua dignidade.*”<sup>262</sup>.

Apenas com a libertação e emancipação da mulher, complementado pela construção e formação do homem novo, estaria concluída a proposta de libertação e independência da Guiné e Cabo Verde elaborada por Cabral.

---

<sup>261</sup> UDEMU – União democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde, Arquivo Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares, doc. 07073.132.004

<sup>262</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e Luta II. A prática revolucionária*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 158.



## Conclusão

Os conhecimentos que adquiriu ao longo da vida possibilitaram a Amílcar Cabral uma visão particular da África, permitindo-lhe conceber e desenvolver um conjunto de estratégias destinadas à libertação física, psicológica, social, cultural, económica e política dos homens e dos territórios africanos dominados pelo colonialismo português, em particular a Guiné e Cabo Verde.

A estratégia política e cultural desenvolvida por Cabral traduziu-se na criação do PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde - que se tornou na organização-chave destinada a permitir a concretização das ambições do povo guineense e caboverdeano.

Infelizmente, o seu projecto para o futuro de África, no geral, e para a Guiné e Cabo Verde, em particular, foram interrompidos pelo seu assassinato na madrugada de 20 de Janeiro de 1973 em Conackry.

A sua formação escolar, a experiência de vida que adquiriu nos países onde viveu ou que visitou, as pessoas que conheceu, as correntes ideológicas que marcaram o pensamento de vários políticos revolucionários da sua geração, foram um contributo decisivo na formação intelectual de Cabral.

O trabalho que realizou ao longo de dezassete anos de luta consistiu na preparação do terreno, onde lançou as bases que iriam dar origem ao futuro Estado-nação guineense e caboverdeano.

A particularidade da sua reflexão e acção está na forma como concebeu a luta de libertação. Mais do que a construção de um Estado ou da aquisição de um estatuto político internacional, o objectivo fundamental da sua luta era exactamente melhorar o nível económico, social e cultural das populações libertadas.

Desta forma, a luta de libertação nacional e o projecto de construção nacional da Guiné e Cabo Verde eram para Cabral um processo paralelo, simultâneo e interdependente.

Os termos *libertação* e *independência* tiveram para Cabral um duplo sentido. Se, por um lado, significava uma libertação e independência física do território, por outro lado, continham em si a ideia de valorização do homem colonizado.

O que tornou o seu projecto tão especial foi a forma como interpretou as realidades sociais e económicas da Guiné e de Cabo Verde, como reformulou várias teorias internacionais a fim de poder adaptá-las à realidade guineense, caboverdeana e, sobretudo, a forma como concebeu a estrutura dos futuros Estados, das futuras nações e o futuro de um «homem novo», independente e dirigente de uma sociedade nova.

No entanto, durante todo o processo de socialização, é natural que o indivíduo cometa erros.

Embora quase sempre associado ao fracasso, a algo negativo, o erro continua a ser, muitas vezes, encarado como algo a ser punido. No entanto, no processo de aprendizagem e de formação do indivíduo, o erro é uma etapa fundamental. A cultura do erro enquanto fracasso, tem, aos poucos, cedido espaço a uma cultura que admite o erro como algo necessário, como um elemento construtivo.

Deste modo, o pensamento e os projectos de Amílcar Cabral têm de ser, naturalmente, estudados e analisados no tempo em que foram realizados. Aos olhos da actual historiografia e dos novos instrumentos que ela nos oferece, é-nos possível hoje verificar hoje os erros de avaliação cometidos por Amílcar Cabral.

A importância da pequena burguesia no processo de libertação /construção e a construção de um espaço nacional Guiné e Cabo Verde, elementos centrais na estratégia de libertação proposta por Cabral acabaram por ser os grandes obstáculos no avanço do seu projecto.

Apesar de considerar os camponeses, a força física e motriz da luta, Cabral via na pequena burguesia, o único grupo capaz de tomar as rédeas da construção nacional, colocando nele todas as suas esperanças.

Consciente da situação de dependência da pequena burguesia em relação ao poder colonial, Cabral esboçou a teoria do suicídio da pequena burguesia, a fim de evitar que esta sucumbisse ao desejo natural de usurpar o poder e trair a revolução.

O facto de achar que tal suicídio e entrega à construção nacional, só poderiam ser verificados depois da independência, acabou por se revelar um duro golpe no seu projecto político-cultural.

Kwame N'Krumah, já havia alertado para os perigos da pequena burguesia africana, ou seja “ *classe que se desenvolveu sob o colonialismo (...) a mesma classe que beneficia depois da independência, do neocolonialismo. O seu interesse reside na manutenção das estruturas socioeconómicas capitalistas.*”<sup>263</sup>.

O mesmo defendia Frantz Fanon, afirmando que a identificação com a revolução por parte da pequena burguesia só tinha sentido antes e não depois do seu envolvimento na revolução<sup>264</sup>.

Outro erro de análise de Cabral foi o projecto de unidade Guiné e Cabo Verde. Influenciado pela sua formação o projecto de unidade, acabou por ser a reapropriação de uma ideia colonialista em construção desde o século XV.

Apesar de reconhecer as diferenças culturais entre os dois territórios, Cabral considerava que esta diferença seria uma mais-valia para a futura independência do país.

Esta *unidade da diferença*, se assim podemos chamar, defendida por Cabral, veio quebrar com as concepções ocidentais de um Estado-Nação homogéneo, uma vez que defendia que “*A maior asneira que se podia fazer na nossa terra seria criar na Guiné, partidos ou movimentos na base de etnias, o que era um meio bastante bom, não só para o inimigo nos dividir ainda mais, durante a luta, mas também para garantir a sua vitória, a destruição da nossa independência, depois da luta (...). Em cabo Verde, seria absurdo pensar em criar um Partido de gente que tem alguma coisa e um Partido de gente que não tem nada, para lutar contra o colonialismo português.*”<sup>265</sup> .

Se, neste período, Cabral tivesse tido a possibilidade de aceder a uma historiografia não colonial, esta teria permitido pôr em evidência a inviabilidade deste projecto.

---

<sup>263</sup> N'Krumah, Kwame – *A luta de classes em África*. Lisboa: Sá da Costa, 1977, p. 9.

<sup>264</sup> Fanon, Frantz – *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulisseia, p. 171 - 179

<sup>265</sup> Cabral, Amílcar – *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. p. 169.

As diferenças geográficas mas, sobretudo, culturais entre os dois territórios<sup>266</sup>, os conflitos existentes entre caboverdeanos «*os bermedjos*» e guineenses «*preto nok*»<sup>267</sup>, ao qual acrescenta-se os próprios interesse da pequena burguesia que assumiu o poder após a independência, acabou por interromper os sonhos de Cabral em Novembro de 1980, com o Golpe de Estado militar levado a cabo pelo primeiro-ministro João Bernardo Vieira (Nino Vieira), afastando o presidente Luís Cabral e o governo composto por caboverdeanos. O PAIGC da Guiné foi, então, separado do de Cabo Verde e o sonho pan-africanista de Cabral de uma unidade africana dificilmente será concretizado

As estratégias desenvolvidas por Cabral para a libertação/construção, sempre tiveram por base o seu idealismo e confiança de que os homens poderem um dia mudar e esta foi talvez a sua grande fraqueza. Deste modo sempre visionou o futuro Estado-nação, a ser liderado por um grupo de vanguarda, composto pelos *melhores filhos* da terra.

Aqui a estratégia política de Cabral cruza-se com a sua estratégia cultural, este *filho da terra*, futuro governador do país e do seu povo, seria o fruto do processo de luta de libertação, um «homem novo», universal, iluminado, capaz de aplicar na prática, os princípios do partido, “*quer dizer aproveitar dos outros, mas criticando aquilo que pode servir para a nossa terra (...) acumular experiências e criar.*”<sup>268</sup>.

---

<sup>266</sup> “A cultura tal como a história, é necessariamente um fenómeno em expansão, em desenvolvimento. Mais importante ainda é ter em consideração o facto que a característica fundamental de uma cultura é a sua íntima ligação, de dependência e reciprocidade, com a realidade económica e social do meio, com o nível de forças produtivas e o modo e produção que a sociedade cria.” in Cabral, Amílcar – *Unidade e Luta II. A prática revolucionária*, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 229.

<sup>267</sup> Termo que designa os «autênticos» filhos da terra.

<sup>268</sup> Cabral, Amílcar – *Análises de alguns tipos de resistência*. Guiné-Bissau: Imprensa Nacional, 1979, p. 107.



## Bibliografia

### Livros:

- . P.A.I.G.C. – *Manual Político*. Porto: Afrontamento, 1974.
- . Cabral, Amílcar – *Guiné-Bissau – Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974.
- . Cabral, Amílcar – *Unidade e Luta I. A Arma da Teoria*. Textos coordenados por Mário Pinto de Andrade, Lisboa: Seara Nova, 1978.
- . Cabral, Amílcar – *Unidade e Luta II. A Prática Revolucionária*. Textos coordenados por Mário Pinto de Andrade, Lisboa: Seara Nova, 1977.
- . Cabral, Amílcar – *Análise de alguns tipos de resistência*. Guiné-Bissau: Imprensa Nacional, 1979.
- . Cabral, Amílcar – *Estudos agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: ICT, 1988.
- . Cabral, Amílcar – *Nacionalismo e Cultura*. Galiza: Edicións Laiovento, 1999.
- . Cabral, Amílcar, *As mulheres na frente da nossa vida e da nossa luta*. Arquivo Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares, documento 07060.027.027.

### Artigos publicados:

- . Cabral, Amílcar – A propósito da educação. *Boletim de propaganda e Informação*, 1947, n.º21 p. 24-25.
- . Cabral, Amílcar – Algumas considerações acerca das Chuvas. *Boletim de Propaganda e Informação*, 1949, n.º 1, p. 5-7.
- . Cabral, Amílcar – Em defesa da terra, *Boletim de Propaganda e Informação*, 1949-1951, n.º 1 a 24.
- . Cabral, Amílcar – A Cultura e o combate pela independência. *Seara Nova*, 1974, n.º 1544.

### Entrevistas:

- . Entrevista do Secretário Geral do PAIGC, Amílcar Cabral, para as revistas «Anticolonialismo» e «Polémica», em Londres a 27 de Outubro de 1971.

### Estatutos:

- . Programa e Estatutos do P.A.I.G.C
- . Estatutos U.D.E.M.U – União Democrática sobre as Mulheres da Guiné e Cabo Verde.

## Literatura sobre Cabral e o P.A.I.G.C

- . Cabral, Luís – *Crónica da libertação*. Lisboa: edição O Jornal, 1984.
- . Chabal, Patrick - *Amílcar Cabral, revolutionary leadership war*. Londres: Hurst & Company, 2002.
- . Castaneheira, José Pedro – *Quem mandou matar Amílcar Cabral?*. Lisboa: Relógio de água, 1995.
- . Davidson, Basil – *A libertação da Guiné, Aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- . Ignátiev, Oleg – *Amílcar Cabral*. Moscovo: Edições Progresso, 1984.
- . Osório, Oswaldo – *Emergência da poesia em Amílcar Cabral*. Praia: Edição Grafedito - Coleção Dragoeiro, 1983.
- . Oramas, Oscar, *Amílcar Cabral, para além do seu tempo*, Lisboa: Hugin, 1998.
- . Pereira, Aristides – *Guiné-Bissau e Cabo Verde. Uma luta, um Partido, dois países*. Lisboa: Editorial Noticias, 2002.
- . Tomás, António – *O fazedor de Utopias. Uma autobiografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.
- . Continuar Cabral / Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Praia: Grafedito/Prelo: Estampa, 1983.
- . *Cabral no cruzamento de épocas. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, Praia, Alfa Comunicações, 2005.

## Bibliografia Geral

- . Almada, José Hopffer – «O papel do milho na simbolização da identidade cultural do caboverdiano». In *Cabo Verde – Insularidade e Literatura*. Paris: Éditions Rartitla, 1998, p. 63-79.
- . Amado, Leopoldo Victor – *Guerra colonial versus guerra de libertação (1963-1974): o caso da Guiné-Bissau*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Letras, Lisboa, 2005.
- . Amselle, Jean-Loup – *Mestizo logics: Anthropology of identity in Africa and elsewhere*, Californi: Stanford University Press, 1998.
- . Akinde, Charles Olaiipo – *Os princípios do Pan-africanismo*. Dinamarca: African Studies, s.d.
- . Andrade, Mário Pinto de – *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998.
- . Cabral, Juvenal – *Memórias e Reflexões*. Praia: Edições do Autor, 1947.
- . Castro, Armando – *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

- . Carreira, António – *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- . Carreira, António – *Angola: da Escravatura ao trabalho livre. Subsídios para a história demográfica do século XVI até à independência*. Lisboa: Editora Arcádia, 1977.
- . Carreira, António – *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.
- . Césaire, Aimé – *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- . Cruz, Elisabeth Ceita Vera – *O Estatuto do Indigenato – Angola- A Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa*. Luanda: Novo Imbondeiro Editores, 2005.
- . Duarte, Manuel – *Caboverdianidade e africanidade, e outros textos*. Praia: Spleen, 1999.
- . Fanon, Frantz – *Pele Negra, mascaras Brancas*. Porto: Paisagem, 1975.
- . Fanon, Frantz – *Os condenados da terra*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.
- . Filho, João Lopes, Ilha de S. Nicolau – *Cabo Verde formação da sociedade e mudança cultural*, tese de Doutoramento, Antropologia Cultural e Social da Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia, Lisboa, 1993.
- . Filho, João Lopes – «Cabo Verde – As Ilhas Hesperitanas». *Oceanos*. 2001, n.º 46, p. 84-96.
- . Filho, Wilson Trajano – *Uma experiência singular de criouliização*. Brasília: Série Antropológica, 2003.
- . Filho, Wilson Trajano – *Polymorphic Creoledom: The “creoule” society of Guinea-Bissau*. United States:UMI, 1998.
- . Fleischer, Helmut – *Concepção marxista da história*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- . Galvão, Henrique- *Exposição*. Assembleia da República, 1947, processo no.42/DP, Assembleia nacional, Arquivo, Reb.3378, Secção XXVIII, Caixa 48, no 10, fls. 57-114.
- . Galvão, Henrique – *O assalto ao “Santa Maria”*. Lisboa: Edições Delfo.
- . Grassi, Marzia – *Rabidantes. Comercio Espontâneo transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: ICS, 2003.
- . Grassi, Marzia – *Cabo Verde pelo mundo: o género e a diáspora caboverdeana*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006.
- . Guimarães, José Marques – *A difusão do nativismo em África: Cabo Verde e Angola: séculos XIX e XX*. Lisboa: África Debate, 2006.
- . Harnecker, Marta – *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. Lisboa: Presença, 1976.
- . Havik, Ohilip J. – «Estradas sem fim: o trabalho forçado e a “política indígena na Guiné (1915-1945)»». In *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*, Porto: Campo das Letras, 2006, pp.229-247.
- . Wheeler, Douglas L. - «The forced labour “system” in Angola, 1903-1947: reassessing origins and persistence in the context of colonial consolidation, economic growth and reform failures». In *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*, Porto: Campo das Letras, 2006, pp. 367-393.

- . Lara, Lúcio – *Documentos e comentários para a história do MPLA*. Luanda: Publicações Dom Quixote, 2000.
- . Laban, Michel – *Cabo Verde: encontro de escritores*. Porto: Fundação Engenheiro António Almeida, 1992.
- . Laban, Michel – *Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.
- . Laranjeira, J.L. Pires – *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.
- . Laranjeira, J. L. Pires – *Mensagem: boletim da Casa dos Estudantes do Império*. Lisboa: ALAC, 1996.
- . Laranjeira, J. L. Pires – *Negritude Africana de língua portuguesa. Textos de apoio (1947-1963)*. Braga: Angelus Novus, 2000.
- . Lefebvre, Henri - *Para Compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1966.
- . Lefebvre, Henri - *O pensamento de Lenine*, Lisboa: Moraes, 1975.
- . Lemelle Sidney, Kelley, Robin DG - *Imagining Home. Nationalism in the Africa diaspora*. New York: Verso, 1994.
- . Lénine, V.I. - *O Estado e a Revolução*. Porto: Latitude, s.d.
- . Lobo, Andréa de Souza, *Tão longe, tão perto. Organização familiar e emigração feminina na ilha da Boavista, Cabo Verde*, Tese de Doutoramento do apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2006.
- . Lopes, Baltasar – *Chiquinbo*. Lisboa: Editor África – Literatura, Arte e Cultura, 1984.
- . Lopes, José Vicente – *Cabo verde. Os bastidores de independência*. Praia: Spleen edições, 2002.
- . Lopes, Manuel – *Os Flagelados do Vento Leste*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- . Marx,K; Engels,F - *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edicções Avante, 2004
- . Maloba, W.O - *African Women in Revolution*. Eritrea: Africa World Press, 2007.
- . Mariano, Gabriel – «Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou». In *Cultura Caboverdiana – Ensaios*. Lisboa: Veja, 1991.
- . Mateus, Dalila Cabrita – *A Luta pela Independência. A formação das Elites Fundadoras da FRELIMO. MPLA e PAIGC*. Lisboa: Inquérito, 1999.
- . Memmi, Albert – *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Lisboa: Mondar editores, 1974.
- . Mendy, Peter Karibe - *Colonialismo português em África: Tradição de Resistência na Guiné-bissau (1879-1959)*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.
- . Mendes, Afonso – *A Huíla e Moçamedes. Considerações sobre o Trabalho Indígena*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958.
- . Monteiro, Júlio; Sousa, H. Teixeira; Oliveira, A.N. Ramires - *Plano de abastecimento de Cabo Verde em época de seca*. Lisboa: IICT, 1985.

- . Nóvoa, António, et al – *Para uma história da educação colonial*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1996.
- . Munanga, Kabengele – *Negritude, usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- . Nkrumah, Kwame, *Africa must unite*. London: Panaf, 1998.
- . Nkrumah, Kwame – *A luta de classes em África*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- . Paulo, João Carlos – *A honra da bandeira: a educação colonial no sistema de ensino português (1926 – 1946)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.
- . Peixeira, Luís Manuel de Sousa – *Da mestiçagem á cabovedianidade. Registos de uma sociocultura*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- . Pepetela - *A geração da Utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- . Pereira, José Pacheco - *Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa América, 1983
- . Pereira, José Augusto- «A economia de Cabo Verde no contexto do Estado Novo (1940-1960)». *Ler História*. Nº 47. Lisboa, 2004, p. 55-79.
- . Romano, Luís – *Famintos*. Lisboa: Ulmeiro, 1983.
- . Salen, Jean - «Lenine e a Revolução». *Vértice*, v. 137. Lisboa, 2007, p. 128-142.
- . Santos, Eduardo dos – *A negritude e a luta pelas independências na África portuguesa*. Lisboa: Minerva, 1975.
- . Semedo, José Maria – «O milho, a esperança e a luta». *Cabo Verde – Insularidade e Literatura*. Paris: Éditions Rartltala, 1998, p.81-92.
- . Smith, Linda Tuhiwai – *Decolonizing methodologies. Research and indigenous peoples*. New York: Zed Books Ltd, 2005.
- . Spínola, Daniel – «Sementeira, Chuva e Seca». *Cabo Verde – Insularidade e Literatura*. Paris: Éditions Rartltala, 1998, p. 47-56.
- . Telo, António – *Portugal na Segunda Guerra Mundial 1941-1945*. Lisboa: Vega, 1991.
- . Theimer, Walter – *História das ideias políticas*, Lisboa: Circulo de Leitores, 1977.
- . Zahar, Renate - *Colonialismo e alienação. Contribuição para a teoria política de Frantz Fanon, Ulmeiro*. Lisboa, 1976.
- . *Do reino de caliban I. antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa Cabo Verde e Guiné-bissau*. organização, selecção, prefácio e notas de Manuel Ferreira, Lisboa: Seara Nova, 1975.

### **Documentos electrónicos:**

- . Barry, Boubacar, 2000 – *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Consultado em 28 de Outubro de 2007, em SEPHIS- Centro de Estudos Afro-asiáticos: <http://www.sephis.org/pdf/barryportuguese.pdf>.

## Obras Gerais

- . *História geral de Cabo Verde: corpo documental* [ed.] Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde; direcção do projecto Luís de Albuquerque, Maria Emília Madeira Santos. - Lisboa : IICT, vol. I e II, 1988-1991.
- . Elikia, M'Bokolo – *África Negra: história e civilizações*. Lisboa: Vulgata, vol. I e II, 2007.
- . Ilffe, John – *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.
- . A Descoberta das ilhas de Cabo Verde, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Praia, 1998.
- . Pélißer, René – *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegambia: 1841-1936*. Lisboa: Estampa, vol. I e II, 1989.
- . História de Portugal. *O Estado Novo (1926-1974)*, Direcção José Mattoso, coordenação de Fernando Rosas, Lisboa: Editorial Estampa, vol. VII, 1998.
- . Appiah, Kwame Anthony; Jr, Henry Louis Gates – *Africana – The encyclopedia of african and african-american experience*. London: Running Press, 2003.
- . Benot, Yves – *Ideologias das independências africanas*. vol. I e II, Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- . Bobbio, Norberto – «Estado». *Enciclopédia Einaudi*. 1989, v.14, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, p. 214-275.
- . Bergounioux, Alain – «Partidos». *Enciclopédia Einaudi*. 1996, v.22, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 65-81.
- . Bergounioux, Alain – «Nação». *Enciclopédia Einaudi*. 1996,v.22, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, p. 277-305.
- . Enwezor, Okwui – *The short century. Independence and liberation movements in Africa 1945-1994*. Munich: Museum Villa Stuck, 2001.

## Arquivos

- . Arquivo Histórico Parlamentar
- . Arquivo Fundação Mário Soares
- . Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- . Arquivo Histórico Militar
- . CIDAC: Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

